

COMENTÁRIO LEVE DA GRANDE GUERRA

III

PORTUGAL EM CAMPANHA

CF
INSTITUTO
PORTUGUEZ

DO AUTOR

(COMENTÁRIO LEVE DA GRANDE GUERRA)

Volumes publicados:

- I — *Europa em guerra*, Lisboa, 1915.
- II — *O Homem, lobo do Homem*, Lisboa, 1921.
- III — *Portugal em campanha*, Lisboa, 1921.

Volumes no prelo:

- IV — *Latinos e Germanos*.
- V — *A carranca da Paz*.
- VI — *Portugal vitorioso*.

AGOSTINHO DE CAMPOS



COMENTÁRIO LEVE DA GRANDE GUERRA

III

PORTUGAL
EM CAMPANHA



LIVRARIAS AILLAUD & BERTRAND

PARIS — LISBOA

LIVRARIA CHARDRON

PORTO

LIVRARIA FRANCISCO ALVES

RIO DE JANEIRO

1921



430/93

Todos os exemplares vão rubricados pelo Autor

[Handwritten signature]

Comp. e imp. na Tip. da Empresa Guedes
242, Rua Formosa, 248 — Pôrto.

PRIMEIRA PARTE

OS NOSSOS FIÉIS ALIADOS

I

ESPIÃO INGLÊS

Junho, 1914.

EM princípios de 1912 foi um advogado inglês, Beltrão Stewart, condenado pelo Tribunal Imperial de Lípsia a três anos e meio de presidio, por delicto de espionagem. Stewart era sujeito rico, sócio dos mais finos grêmios de Londres, aparentado com famílias illustres da côrte de Inglaterra. Tanto monta dizer que era homem desportivo, e que por despôrto se dedicou à espionagem, em proveito do seu país.

Comentando êste facto e o sintoma que êle representava, disseram alguns jornais alemães de então, que na Alemanha a espionagem em tempo de paz não era occupação distinta; e fizeram menção de estranhar e censurar que um homem como Beltrão Stewart, gentil-homem desde o bico do sapato à copa do chapéu, se fizesse espião por prazer. A estranheza e as cen-

suras alemãs eram de-certo expressas pelo desejo de encobrir o evidente, embora inevitável mau gosto, de encarcerar por três anos e meio um criminoso do gênero de Stewart; de outro modo deveríamos concluir que aqueles jornalistas não leram ou não souberam ler a História.

Ensina-nos a História que em todos os tempos o patriotismo e o despôrto se completaram e fundiram numa eficaz aptidão de defesa e ataque, sempre que a um conveio aproveitar as qualidades de resistência e coragem física que o outro desenvolve nos homens. As mães de Esparta, quando ensinavam aos filhos a dissimulação do próprio sofrimento; os cavaleiros da Idade-Média, ensaiando uns nos outros os golpes mestres com que depois rachavam de meio a meio os turcos da Ásia-Menor e da Palestina; os heróis da Península, com as suas correrias desenfreadas sôbre as searas dos moiros tranqüilos; os fidalgos portugueses, prontos a embarcar nas primeiras cascas de noz que afrontaram o Mar Tenebroso; os exploradores inglêses da África; os pioneiros e sertanejos lusitanos; os oficiais do exército japonês, disfarçados em *culis* para espionarem na Sibéria sob as chicotadas dos russos; Roosevelt, presidente da República e conquistador do canal de Panamá nas suas horas vagas de *rough-rider*, *cow-boy* e ca-

gador de feras: — tudo são cultores de *sport* e como tais prestaram à sua religião, à sua pátria e à própria civilização serviços tão preciosos como os que, noutros momentos da História, realizaram os pensadores e os sábios.

Mal vai ao país que não sabe manter uma aristocracia apta a correr ao perigo por amor do perigo, e se limita a confiar num heroísmo criado dentro da chocadeira artificial das abstracções e das teorias. Se a Inglaterra tem ainda, na sua classe superior, muitos Baden-Powell, muitos Jameson e muitos Beltrão Stewart, prova isso que ela é ainda grande e forte, pois não lhe falta quem considere a guerra não só como um dever, mas também como um jôgo. Os portugueses que enterraram Portugal em Alcácer-Quibir eram de-certo patriotas. O que os matou, e a nós com êles, foi serem, além disso, apenas guitarristas. . .

CAVALHEIRISMO NAVAL

Maio, 1916.

A BATALHA naval da Jutlândia há-de dar que discutir para anos e anos; mas os Ingêleses começaram a comentá-la, dois dias depois de ferida, com tanta fleugma, como se se tivesse ferido há meio século.

O *Times*, que continua a ser o ponteiro infalível da opinião média britânica, raciocina sobre o acontecimento com a mesma serenidade que sempre revestem os seus comentários; e os únicos períodos onde deixa transparecer um calor de sentimento, ainda assim comedido e discreto, são os consagrados à memória das centenas de oficiais que morreram no inferno do combate.

«O povo inglês — diz êle — contava, neste primeiro grande encontro naval com a marinha inimiga, ver reproduzida a vitória de Trafalgar; mas tem de contentar-se com muito menos do que isso.» Pululam no seu artigo, escrito aliás

sob a impressão das primeiras notícias da batalha, que eram as mais pessimistas e desagradáveis, observações críticas evidentemente repassadas de tristeza, mas de uma dignidade que se pode sem nenhum favor adjectivar de majestosa:

«Os Alemães, com os seus zeppelins, tinham olhos, e nós... não tínhamos zeppelins.»

«O decurso da acção revela uma certa falta de coesão e de habilidade (*cleverness*), além da excessiva confiança com que se prolongou o combate com a frota alemã antes que *Sir John Jellicoe* pudesse acudir.»

«É notório que a nossa esquadra não é suficientemente forte em torpedeiros (*torpedo-craft*), devido às dificuldades da mão-de-obra nos estaleiros. Não pode constituir surpresa para ninguém que ambos os combatentes cantem vitória: os Alemães, por não terem sido decisivamente batidos no seu primeiro grande recontro com a mais poderosa marinha do mundo; e os Ingêleses, porque impediram o inimigo de realizar o seu objecto, e o obrigaram a fugir para salvar-se.»

Há uma frase, entre as que acabamos de transcrever, donde espreita grave censura ao comandante das duas divisões de cruzadores de batalha. É aquela em que se fala da *excessiva confiança* com que êle aceitou ou procurou o

combate, sem esperar que o almirante Jellicoe pudesse vir atacar os Alemães.

Esta excessiva confiança (*over-confidence*) dos Ingêleses tem-se revelado várias vezes na guerra actual, e é o grave defeito das suas entranhadas virtudes desportivas. Relíquia do cavalheirismo poético das guerras de outro tempo, esta excessiva confiança está deslocada na prosaica estratégia de hoje em dia, graças à qual o homem se esconde calculada e avaramente atrás da terra ou da névoa, e procura esmagar o inimigo quasi sem ver, e sem ser visto.

*

* *

Já por mais de uma vez tem sucedido isto, na frente de batalha inglêsa: o comando, vendo a impossibilidade ou inutilidade de resistir, manda retirar da linha de fogo uma companhia; e logo outra companhia próxima, vendo deserto o terreno deixado por aquela, se precipita com entusiasmo, de própria iniciativa, na vaga aberta pela manobra de recuo — para ser afinal inteira e inútilmente dizimada.

Tal é o efeito da bravura sem disciplina, combinada com o instinto ou furor desportivo que caracteriza a mocidade britânica. Encarada

desistido de safar o submarino, e começado a ocupar as suas canoas de salvação, não querendo *fugir* dos Alemães, voltaram para bordo e começaram a jogar tranqüilamente as cartas sôbre a ponte. Entretanto aproximava-se o torpedeiro alemão; e, quando se viu a distância conveniente, torpedeou, em águas neutrais, o barco inerte e inofensivo. A isto responderam os Ingêses, alinhando-se no convés do seu submarino, de braços cruzados, impassíveis como estátuas, com as faces voltadas ao inimigo.

E o inimigo — inimigo do seu próprio bom nome, inimigo dessas obras primas da humanidade que se chamam a galhardia, a lealdade e a coragem — borrifou com metralha aqueles trinta, e assim desonrou a Alemanha.

III

O INGLÊS ANTIPÁTICO

Dezembro, 1916.

AINDA agora, no carro eléctrico da Estrêla, transitei com duas frescas e elegantes *girls* inglêsas, que de vista conheço desde pequenas. Há menos de dois anos, cruzando-me com elas na rua e vendo-as crescer na alegria e na saúde, brancas, rosadas e loiras no meio da nossa gente escura e pálida; pisando com mais certeza que nós esta terra que é nossa, e não delas — há menos de dois anos olhava-as eu como a dois anjos claros do Norte, que passeassem inocentemente a vitória do Deus anglo-saxónio sôbre o Lucifer latino, entre os anjos escuros, decaídos e precitos, cá de baixo, do Sul...

Mas agora o meu sentimento, ao vê-las, foi diverso. Pus-me a pensar que outra raça, prendada, como a delas, de fôrças e energias dominadoras, se erguera para contestar violentamente

à sua raça o domínio do mundo — aquele confortável e saboroso privilégio de calcar a terra inteira como coisa sua: como o lombo submisso de um animal enorme, vencido, amansado, resignado a sentir sôbre a sua corpôlência e a sua fôrça inútil, o orgulhoso pé do dono e do senhor.

¡Ó loiras *girls* frágeis e seguras! ¡já não sois indiscutidamente, como outrora, herdeiras presuntivas (e um pouco presunçosas, às vezes) do império único, absoluto quási, dêste mundo! Outro valor tão forte se alevanta, se não mais forte ainda, do que o da raça que vos fêz princesas...

Neste jornal que dorme sôbre o meu joelho em-quanto filosofo à vossa custa, vem uma notícia que a esta hora já encheu de pasmo a terra inteira, e que vos interessa mais que a mais ninguém. O vosso Rei precisa tanto de soldados, que já se viu forçado a tirar-vos os noivos. «¡À guerra, à guerra, solteiros!» diz a lei nova, e nunca vista na vossa terra livre, onde a vontade de cada um foi sempre, na disciplina consciente e reflectida, a mais alta lei para todos. «¡À guerra, à guerra, solteiros!» Assim vos tiram, para hoje, os parceiros de *tennis*, e, para amanhã, os pais de loiros e rosados *babies* — obras-primas do vosso sangue e da vossa edu-

cação, ;deliciosos penhores da eternidade imperial da vossa raça!

Como boa comerciante, a Inglaterra hipoteca a fortuna presente ao lucro futuro, e rói o seu capital de hoje para salvar o juro de amanhã. Não são só as libras que se afundam na voragem da Guerra. Lá se vai, com a lei nova e imprevista, a liberdade individual, tão preciosa ou mais que o oiro, para o Inglês individualista. Lá se vai, misturado com a lama das trincheiras de Flandres e de França, o melhor sangue da Inglaterra de hoje. Lá se vai também agora, com os vossos noivos forçados ao serviço da Morte, boa parte do sangue de amanhã...

*

* *

Descontando confiadamente a vitória final na guerra militar feita à Alemanha, prepara-se a Inglaterra para travar com a sua rival uma guerra económica, tão feroz ou mais do que a outra. Feita a paz nas trincheiras, o assédio comercial prosseguirá; e a Guerra vai transportar-se das trincheiras para as alfândegas, cabendo então às tarifas diferenciais o papel cominatório que agora desempenham os couraçados.

Convém repetir neste momento que a Alemanha, com tãda a sua fôrça e tãda a sua excelência militar, é mais terrível ainda na paz do que na guerra; e convém lembrar, sobretudo à Inglaterra e aos Inglêses, que o que tornou a Alemanha temível e invencível, na paz, foi o seu dom de atracção, de captação, de comunicabilidade, de consideração pelos outros, de atenção e respeito pelos usos e gostos alheios. Para fazer a guerra, virou-se a Alemanha do avesso; e foi tão brutal e antipática com as armas na mão, quanto havia sido persuasiva, solícita e atraente, no tempo em que, em vez de balas e gases assassinos, nos mandava catálogos e amostras.

Não foi só por trabalharem mais, e mais barato, que os Alemães tiraram aos Inglêses, primeiro o monopólio e mais tarde a hegemonia do comércio. Foi, sobretudo, por tratarem melhor os seus fregueses.

Ou por feitiço inato, ou por vaidade imperial, o Inglês apresentou-se sempre aos outros povos como senhor, ou como superior. Recusou-se a aprender as nossas línguas, a moldar a sua indústria pelas nossas preferências, a pôr em dia com as novas reclamações do tráfico moderno a sua velha rotina comercial. Vestido sem cerimónia, percorreu como excursionista as

nossas terras; e, se bem que nós nos consolássemos, acusando-o de refractário ao sentido do ridículo, a verdade é que, no fundo, nos julgávamos desconsiderados e vexados com a sua indiferença pelos nossos hábitos ou preconceitos. E viveu entre nós, insulado e distante, numa implacável quarentena de desconfiança ou desprezo pela nossa língua, pela nossa raça, pelo nosso convívio.

Eu estou convencido de que o mundo virá a ser uma delícia, depois da paz. O Alemão, tão simpático antes da Guerra, vai ficar depois dela simpatiquíssimo, para nos fazer perdoar e esquecer as barbaridades que perpetrou em campanha. O Inglês, reconhecendo em-fim que o vinagre não apanha tantas moscas como o açúcar, porá de parte a receita falida do «*made in Germany*» e tratará de bater a concorrência germânica, abandonando o seu orgulho «*made in England*», rivalizando de amabilidade com o Alemão e dando-nos até — jó honra longamente ambicionada! — algumas palmadinhas nas costas.

*

* *

No seu opúsculo «A Inglaterra pacifista», acusa o Sr. Basílio Teles os Ingêleses, de terem

o coração egoísta e duro, o temperamento açambarcador, estreito fanatismo pelos costumes e instituições da sua raça, inaptidão para a arte e as grandes criações abstractas do espirito. Acusa-os de detraírem malèvolamente os usos ou ideias que lhes não são familiares, e de serem refractários à simpatia, ao entusiasmo, à paixão desinteressada e efusiva pela natureza e os homens. Considera-os, sumariando todos estes defeitos, como *indigertveis* e impotentes, por isso, para manterem na civilização do mundo uma salutar hegemonia.

Julgo ver neste libelo um tanto de exagêro, como quando se assaca ao génio inglês a inaptidão para a arte; creio ver nêle capitulados como inferioridades diversas, simples variantes ou corolários da mesma inferioridade, como quando se accusam de detrair os costumes alheios, depois de os ter criminado de fanatismo pelos seus próprios costumes. E não sei bem se à sua libelada falta de simpatia, de entusiasmo, e de paixão desinteressada pela natureza, se quer contrapor como virtude a indolência do *lazzarone* italiano, que goza a natureza de barriga para o ar, como Deus a deu, ao passo que o Inglês a domina ou afeiçoa pelo trabalho, para a melhorar, ou intensificar, ou gozar melhor a seu gôsto.

O adjectivo *indigertvel*, aplicado à raça anglo-saxónica, é certo. Mas será daí que lhe vem a impotência *para manter na civilização do mundo uma salutar hegemonia*? Uma raça de fácil digestão é uma raça comida; e não será possível exercer-se uma hegemonia salutar, quando se está já transformado em sucos nutritivos no estômago alheio. O Inglês é indigerível, como bem diz o Sr. Basílio Teles; mas a sua disposição para digerir o mundo, não se exerceu somente sobre o mundo — terras: exerceu-se e exerce-se também sobre o mundo — homens. Mais e melhor do que nenhuma outra grande nação da Europa, a Inglaterra assimila dentro de si os elementos de immigração que lhe fornecem as raças mais diversas, e isto não se consegue só com qualidades inferiores e repulsivas.

Fanáticos pelos seus costumes, detractores, por isso, dos costumes alheios, os Ingêses são evidentemente, no contacto exterior, antipáticos aos outros povos. E se o Sr. Basílio Teles entende que daí lhes tem vindo em boa parte a decadência presente e lhes virá no futuro a ruína total, se não mudarem um pouco — o illustre publicista tem de-certo carradas de razão.

*

* *

Tenho notado que muitos produtos fabricados em Inglaterra, de antigo e amplo consumo em Portugal, apparecem agora, durante a Guerra e pela primeira vez, com os seus prospectos, instruções e mais papelada commercial, amavelmente redigidos em portuguez.

Tardou, mas arrecadámos. Vê-se que o Bretão vai aprendendo com os Alemães, não só a dar muita pancada nos Alemães, o que é excelente; mas a dar também alguma consideração ao resto do mundo, o que redundará afinal, se continuar neste auspicioso caminho, em grande beneficio da própria Gram-Bretanha.

Estão os Ingleses profundamente enganados, se imaginam que poderão continuar depois da Guerra a exportar como antes dela o orgulho da sua raça e o desprêzo das outras. Uma grande parte da Humanidade, se a Inglaterra vencer, como se espera, ficar-lhe há devedora da liberdade e da própria existência. Mas, se os Ingleses insistirem na paz em considerar os outros povos como bicharia inferior, ou refinarem nesse mau costume, os outros povos lembrar-se hão mais vivamente de que a liberdade e a existência da

própria Gram-Bretanha não terão sido asseguradas só com dinheiro britânico e patriotismo britânico, mas também com muito sangue francês, belga, sérvio, português, romeno, italiano. Esta montaria à Alemanha é feita por uma cooperativa em que cada um dá o que tem e alguns, dos mais humildes, já deram tudo o que tinham. Gasta-se muito ferro, muito oiro e muito esforço; mas gasta-se também muita dor; e a dor inglesa não é mais nobre, nem mais dolorosa, do que a dor de tôda a gente.

Oferecendo-nos finalmente os seus produtos na nossa língua, mostram os Ingêleses ter tirado da Guerra uma boa lição de diplomacia ou habilidade comercial. Isto, porém, não basta para lhes assegurar no mundo a situação que elles iam perdendo em benefício dos Alemães: é preciso que a escola da adversidade e do perigo lhes comunique também outras virtudes menos egoístas e, entre estas, um pouco mais de humildade e um pouco mais de fraternidade.

Tem-se dito muito que os Alemães são maus psicólogos, que não souberam compreender nem penetrar a alma dos outros povos, e que aos seus erros crassos de psicologia se deve em grande parte a guerra que estamos sofrendo e que já custou à humanidade, segundo os últimos cálculos, uns dez milhões de cadáveres.

Seria bom — bom para êles próprios em primeiro grau — que outros povos que muito ajudaram a tirar o argueiro do olho alemão, fizessem qualquer esforço para remover a tranca enorme que lhes deturpa ou cega a própria vista.

IV

A IRLANDA

Julho, 1916.

MR. Birrell, ministro dos negócios da Irlanda no gabinete britânico, é um literato, espírito fino e erudito, mas tem uma alcunha que define o seu feitio político ou moral, e que explica em parte como é que os Fenianos de Dublin conseguiram imperturbadamente pôr oito ou dez mil homens em pé de revolução bem armada. Em tôda a Inglaterra, quando se fala de mr. Birrell, ninguém diz *mr. Birrell*, mas sim *the Joker*, isto é, *o pândego*. Temos, pois, que a revolta da Irlanda não vingou, entre outras razões, por ter sido pensada por Casement, um maluco; mas podia sem grande custo ter vingado, visto que era a mr. Birrell, um pândego, que sobretudo competia não a deixar fazer.

Tem esta guerra europeia trazido à humani-

dade poucas e mediócras vantagens; entre essas, porém, há uma considerável, que não se lhe pode negar: é a de vir encafuando pouco a pouco nas nossas cabeças ilustres uma Inglaterra muito diferente da que lá estava, e muito mais engraçada. Por exemplo: o aforismo *The right man in the right place* era assim uma espécie de divisa suplementar das armas inglêsas, muito mais característica e significativa, para nós, que a velha história da liga desprendida e do *Honni soit qui mal y pense*. Hoje, graças aos ensinamentos da Guerra, já sabemos que a Inglaterra põe fàcilmente no lugar próprio, não um homem à altura, mas um patusco de alto lá com êle: *The right joker in the right place...*

« Mr. Birrell é célebre pelos seus bons ditos e incapaz de tomar seja o que fôr a sério. Aceitou por chalaça o lugar de ministro, que sempre exerceu a chalacear. Quando já os Fenianos preparavam às claras o golpe de Dublin, realizava-se em casa de um banqueiro de Londres certa festa em benefício da Cruz Vermelha, e foi mr. Birrell o leiloeiro gracioso e encantador das prendas da *kermesse* incluída no programa. E emquanto o ministro da Irlanda fazia espírito em Londres, os seus subordinados locais fechavam os olhos à preparação da revolta. »

Eis o que nos conta um jornal insuspeito de querer desagradar à Inglaterra. Nem se pode desagradar à Inglaterra, mostrando que a sua validade é bastante para brincar com coisas tão sérias em tempos tão sérios.

Figurava-se outrora a Fôrça numa serena mulher de braços cruzados. Mr. Birrell refrescou êste velho símbolo, pondo a Fôrça de braços cruzados — e bem cruzados perante a conjura irlandesa — mas com as pernas a fazer piruetas.

*

* *

Há quem pretenda que o problema político da Irlanda é afinal um problema religioso. Se o rei de Inglaterra fôsse católico (dizem êsses tais) não existiria o movimento do *Home Rule*, nem qualquer outro sintoma de desgosto nacional. Os católicos-romanos são maioria na Irlanda, e não podem suportar a prosperidade da minoria protestante do Ulster, que é talvez a região mais laboriosa do mundo.

Certo é que, política e socialmente, a Irlanda não tem motivo real para estar desgostosa, e ainda menos para se revoltar, como acaba de fazer o partido dos *Sinn Feiners*. O movimento constitucionalista, iniciado por Butt e Parnell

há cerca de trinta anos, obteve não só o que os seus fundadores ambicionavam como ideal extremo, mas ainda outras muitas vantagens que ninguém então se atrevia a sonhar. A reforma agrária, mais importante que nenhuma outra, já fez passar dois terços da propriedade rústica para as mãos da população agrícola — e continua no mesmo rápido caminho de libertação, a ponto de poder dizer-se que o solo da Irlanda pertence agora ao povo que o cultiva. Construíram-se por conta do Estado milhares de habitações que o seu locatário pode adquirir mediante pagamentos módicos e fáceis, ficando proprietário da casa e do terreno que a circunda. E assim o camponês da *Verde Erin*, que era dantes um escravo miserável, goza hoje em dia das casas mais confortáveis, dos vestidos melhores, da alimentação mais abundante. A administração local está de todo nas mãos do povo. As pensões de reforma trouxeram paz e bem-estar a dezenas de milhares de velhos, homens e mulheres. Uma lei de seguros nacionais estende os seus benefícios admiráveis a toda a população pobre da Irlanda. Pelo Parlamento britânico foi criada uma esplêndida universidade irlandesa, de carácter retintamente nacional. Ensino primário e ensino secundário, foram também profunda e largamente remodelados e melhorados.

Ora tudo isto custou e custa muito dinheiro, que a Irlanda, sòzinha, não pode pagar: e o *deficit* dos encargos administrativos enormes tem sido coberto pela Escócia, pelo País de Gales, principalmente pela própria Inglaterra. ¿Porque é, então, que a Irlanda se revolta?...

É preciso consignar, antes da resposta, que não é a Irlanda que se revolta, mas meia dúzia apenas, de fanáticos, de azedos, de insatisfeitos, de energúmenos irredutíveis. Mas é preciso acrescentar que, em país celta e católico, quem governa não são as maiorias sensatas, cordatas e pacatas: são justamente os poucos agitados e agitadores de fel e vinagre. ¿É um motivo religioso que os impele? Não nos parece, e já diremos porquê.

*

* *

Revoltou-se a Irlanda, apesar de ter tódas as razões para estar contente, e ainda mais uma — a Guerra — para estar quieta neste momento. Como êste facto é inexplicável por motivos económicos, sociais ou políticos, há quem pretenda filia-lo no sentimento religioso: o catolicismo irlandês em rivalidade com o protestantismo do Ulster, do Rei, da esmagadora maioria do Reino-Unido, ou do próprio Império Britânico, excluídas,

é claro, as multidões subalternas de maometanos, budistas, etc.

Já sabemos que foi sòmente uma minoria que se revoltou; já dissemos que esta circunstância não modifica praticamente o aspecto do fenómeno, pois em país celta e católico são sempre as minorias que governam. E a minoria irlandesa entendeu que devia organizar na Irlanda uma república *made in Germany*, escolhendo para isto o momento em que a Inglaterra está travando com a Alemanha uma luta difficil de vida ou de morte. . .

Eu creio que essa ideia de fabricar em semelhante ocasião uma república irlandesa vem mais do celticismo que do catolicismo. ¿Não está já definido o feitiço céltico como um misto de íntima passividade e de rebeldia pueril? A passividade entrega e escraviza as maiorias cordatas à rebeldia pueril das minorias agitadas. E estas não sabem governar nem reformar senão *deitando abaixo*, ao contrário do espírito normando ou saxónico, mais apto a progredir sem destruir. Por isso a Irlanda menor dos Fenianos quis agora deitar abaixo o Rei, que verdadeiramente não existe, e soltar-se da Inglaterra, que há vinte e cinco anos só tem existido para lhe fazer bem. E o único resultado certo e novo que a Irlanda tiraria d'isto, se a Inglaterra fôsse

vencida, era o enfeudar-se à Alemanha, que num instante faria dela outra Alsácia, ou outra Polónia.

Mas o govêrno republicano parecia-lhe barato, mesmo por êsse duro preço, porque a República é o govêrno ideal dos Celtas, isto é, das maiorias passivas que abdicam na agitação pueril das minorias rebeldes e mexidas. Govêrno raso, govêrno amorfo, govêrno fluido e incoercível, sem ninguém ou sem nada que se possa agarrar, sacudir e tombar — eis o Paraíso Terreal desta raça admirável de escravos eternos, e de eternos revolucionários.

*

* *

«Cego pelo seu ódio, tão violento como repentino, o acusado jogou tudo. ¡Perdeu, deve pagar!»

Foi com estas palavras que o acusador público britânico fechou o seu libelo acusatório esmagador, no processo de alta-traição instaurado ao cavaleiro Rogério Casement. E o correspondente do *Comércio do Pôrto* em Londres descreve assim o momento solene em que a sala ouviu aquele convite para a valsa macabra da fôrca:

«O acusador sentou-se. O acusado sorriu. O público, êsse, estremeceu, não sei se de ódio, se

de pavor, ao ouvir pronunciar as palavras fatais que levarão ao cadafalso *Sir Roger Casement*.»

Eu creio que o público estremeceu, não por ódio, nem por pavor, mas, mais inglêsmemente dominado do interêsse pelo jôgo. Lá disse o acusador: «*O reu jogou tudo: ; perdeu, deve pagar!*»

Jogar bem, jogar mal, ganhar, perder, colher o prémio, pagar... Para os Ingêleses a vida e a morte, a felicidade e a desgraça, o êxito e o insucesso, a vitória e a derrota — reduzem-se todos àqueles cinco ou seis verbos que êles começam a conjugar desde que entram na escola ainda infantes e só acabam de conjugar na velhice, quando o médico, desesperado de encontrar um remédio eficaz, os declara para todos os efeitos... *knocked out*.

— ; Já não há esperança, doutor? — perguntará por ventura uma irmã ou uma filha extremosa.

— Não, minha senhora. Perdeu, deve pagar.

E êste mundo não é mais do que um campo de *foot-ball* ou de *cricket*, e a vida uma regata, uma corrida, ou uma aposta. Lutar é entrar num desafio; resignar-se equivale a desistir do jôgo; ser vencido chama-se *perder*. Quem perde, deve pagar.

Mas ; não haverá excepções? Há. Os próprios

jogos inglêses não escapam à regra de que tudo tem excepções. O médico, por exemplo, luta com a morte para salvar o doente, e salva-o às vezes. Outras vezes, o doente não se salva, visto que, neste mundo, por mais voltas que dê a medicina, há sempre doentes que perdem o jôgo. Morreu, perdeu, deve pagar. O médico, êsse, perdeu também. Mas deve receber.

V

PROFECIAS DE POETAS

Maio, 1916.

*E tu ficarás só na tua ilha normanda,
Com teus barões feudais e teus mendigos nus;
Devorará teu peito um cancro aceso: a Irlanda...*

(GUERRA JUNQUEIRO. *A' Inglaterra*, 1891.)

VINTE e cinco anos volvidos sôbre esta profecia do nosso grande poeta, em plena guerra de vida ou morte da Inglaterra contra a Alemanha, o cancro da Irlanda acende-se em revolta, ao mesmo tempo que um general inglês, à frente de nove mil homens, capitula nos confins da Mesopotâmia, perante o Turco de Bagdad. E logo adiante está a Índia mal contida, aonde as duas notícias formidáveis devem ter chegado como a cobra de fogo de um rastilho, a rastejar para um grande paiol...

A batuta alemã mantém-se, ao que se vê, admirável de precisão; mas a orquestra é nu-

merosa e heterogénea de mais, até para um *Kapellmeister* da sua fôrça.

Foi sufocada a revolta irlandesa; a Índia continua quieta; os Russos do Gram-Duque vão vingando menos mal os Inglêses do Townsend; Verdun é um marmelo cru inengolível; o Presidente Wilson parece em-fim disposto a opor ao delírio submarino alguma coisa mais sonante do que a emissão infatigável de notas diplomáticas...

Depois (e como sempre) a Inglaterra continua a reagir na medida dos golpes que recebe: a terrível surpresa de Dublin e a dolorosa capitulação de Kut-el-Amara logo se repercutiram no parlamento britânico, causando o abandôno da política de água morna e a aceitação quási unânime do recrutamento obrigatório.

É pêne que este grande povo inglês, que durante tantos séculos teve sempre o seguro instinto da conservação da sua saúde e da sua robusteza, e ininterruptamente encontrou reis, e rainhas, e estadistas, e generais, e almirantes, e livres-dianteiros, aptos a defendê-lo e engrandecê-lo a tempo e horas — precise de estimulantes, e até de cáusticos, agora que o perigo se tornou mais grave que nunca, e que o Tempo fêz medrar o seu mais terrível inimigo.

Shakespeare viu o futuro, a quatro séculos de distância, quando disse:

*This England never did, nor never shall,
Lie at the proud foot of a conqueror,
But when it first did help to wound itself.*

E, afinal, é sempre assim: o pé insolente do conquistador só consegue calcar aqueles que primeiro já se haviam ferido e traído a si próprios...

*

* *

Poetas são profetas—pelo menos quando os guia a inspiração e o génio, isto é: quando são verdadeiramente poetas, e não apenas enfiadores de rimas.

Na seguinte quadra de Lord Tennyson está definida em dois versos a grandeza da Inglaterra, e prevista nos outros dois, com genial clarividência, o germe da diminuição dessa grandeza, ou, pelo menos, dos perigos que a ameaçam hoje agudamente:

*We sailed wherever ship could sail,
We founded many a mighty state;
Pray God our greatness may not fail
Through craven fears of being great!*

Traduzidos em má prosa, dizem estes versos, mais ou menos: « Nós, Inglêses, navegámos até onde puderam ir navios e fundámos assim poderosas nações. Queira Deus que a Inglaterra não venha a perder a sua grandeza, *pelo tímido receio de ser grande!* »

Lord Tennyson foi grande poeta; mas o dom profético, revelado nestes dois últimos versos, veio-lhe de ter sido um grande poeta *inglês*, quero dizer: patriota, nacionalista, orgulhoso da sua raça e cuidadoso dos destinos dela.

Tendo morrido em 1892, não chegou a ver desenhar-se a evolução política que pouco a pouco foi levando a Gram-Bretanha a abdicar e a encolher-se, *pelo tímido receio de ser grande*, perante a expansão alemã.

Entre os primeiros sintomas concretos, e mais característicos, dessa política de abdição ou de resignação, deve contar-se o célebre tratado da partilha eventual da África Portuguesa, realizado, ao que parece, três ou quatro anos depois de haver sido arrumado em Westminster, com tôdas as honras e ao lado das cinzas de Chaucer, o corpo frio de Lord Tennyson. Vinte e dois anos depois da sua morte — em 1914 — começava êste duelo terrível entre uma Inglaterra que cometera a imprudência de se julgar grande de mais, e uma Alemanha ansiosa e furiosa por ser maior.

¿Como e quando acabará a luta corpo a corpo, e dente a dente, entre o velho gigante que adormecera na contemplação satisfeita da sua fôrça, e o novo, incansável em preparar-se e robustecer-se para atacar e vencer o seu rival?

O mais que pode afirmar-se é que a luta nem poderia começar, ou já teria acabado, se a Inglaterra se não tivesse diminuído, como receava o seu Poeta, *pelo tímido receio de ser grande.*

*

* *

Um médico francês que era ao mesmo tempo um homem de espírito — o dr. Laségue — costumava dizer aos seus alunos e assistentes, como regra de bem-viver profissional: « *Ceux qui perdent la tête ne perdent pas grand'chose* ».

É preciso consignar-se, em abôno da cabeça de mr. Asquith, primeiro ministro do Reino-Unido, que o ilustre estadista a não tem perdido, apesar da sua idade e das responsabilidades que pesam sôbre os seus ombros.

A solidez e frescura do cérebro que preside ao poder executivo britânico mais uma vez ficou demonstrada no debate parlamentar em que o ex-ministro da Marinha, Winston Churchill, veio, queixoso de lhe não darem no gabinete o lugar

que entendia merecer, definir a sua intervenção e responsabilidade em actos tão graves como a expedição a Antuérpia e os desembarques de tropas nos Dardanelos.

Mr. Asquith revela-se assim o digno chefe de uma nação que também não perde tempo a perder a cabeça e onde, com tóda a liberdade de discussão e de crítica (e apesar de tantos contratemplos, desilusões, hesitações, que a Guerra tem trazido) ainda até agora se não esboçou um movimento irreflectido de desespero ou de retaliação.

Basta êste admirável estado de espírito nacional para conferir à Inglaterra, na campanha de resistência e de paciência em que ella está empenhada, uma enorme e creio que invencível superioridade. Se a nação continuar disposta, como até agora se tem mostrado, a prestar-se de boa vontade aos encargos e sacrificios que o seu govêrno lhe exige, sem reclamar dêle uma compensação à vista em avanços decisivos, grandes batalhas e vitórias retumbantes — a Inglaterra ir-se há tornando, apesar da sua aparente inacção na guerra terrestre (ou graças, exactamente, a essa inacção) cada dia mais respeitável e mais forte. E ainda que a Alemanha continue a conter a Rússia, a neutralizar a França, a avançar nos Balcans, a resistir financeiramente, e a abas-

tecer-se de homens, de víveres e de munições — sempre encontrará na hora das contas e das conversas um interlocutor, pelo menos, capaz de falar-lhe alto e de contestar-lhe, pelo menos, uma boa metade da parte do leão.

Há mais de um século cantava assim Bocage a superioridade militar de Inglêses e Francêses:

*«No continente o Galo é o deus da guerra;
O Anglo audaz sôbre o pélogo iracundo
Da vitória os pendões troando aferra:*

*¡Ah! Nutram sempre assim rancor profundo!
Um triunfa no mar, outro na terra,
Se as mãos se juntam, ¿que será do mundo?»*

Bocage morreu novo de mais para ver a Inglaterra, há cem anos, triunfar na terra, como havia triunfado no mar. E a Inglaterra, pelo seu lado, envelheceu tão pouco nestes cem anos — apesar de tudo — que ainda hoje é, como era então, um dos dois galos no estreito poleiro dêste mundo.

VI

GUERRA E DEMOCRACIA

Outubro, 1916.

A INGLATERRA tem sido, por consenso geral, uma das mais perfeitas democracias do mundo. Tirante a Suíça e os três reinos escandinavos, pode dizer-se que não há outra para amostra, pelo menos na Europa; e pode acrescentar-se que a Inglaterra leva sôbre estas quatro a vantagem única de ser, além de uma perfeita democracia, o foco e a sede de um extenso e fortíssimo império.

Todos nós vimos, no reinado de Eduardo VII, como um rei empreendedor e hábil, que a lei e a tradição política reduziram democráticamente à condição de vaga sombra, director nominal dos negócios internos da Gram-Bretanha, conseguiu no em-tanto agarrar na sua mão bem viva e bem activa os cordéis da política exterior, e comandá-los segundo os seus gostos ou planos, simpatias ou ideias, mas, em todo o caso, sem consulta

ou licença do povo soberano. A democracia britânica foi assim, sem dar por isso, dirigida autocràticamente durante anos, como qualquer Prússia ou Rússia, no capítulo gravíssimo das suas relações internacionais. Revogando a seu talante a praxe do *isolamento magnífico*, procurando aproximações e amizades, firmando alianças, Eduardo VII segurava profeticamente o futuro da Gram-Bretanha; e se a sua obra diplomática houvesse sido continuada nos mesmos termos, e se à sua obra diplomática exterior tivesse correspondido interiormente um sistema concorde e complementar de política, de administração e de preparação militar, a Gram-Bretanha teria aparecido em Agosto de 1914 muito mais defendida do que os factos a encontraram, contra os perigos essenciais que o Rei previra e que a Democracia nem sequer presentiu.

Dizem os entendidos que, numa democracia como a inglêsa, a política tem de assentar sôbre factos simples e evidentes, porque as subtilidades de chancelaria não a movem nem a comovem. «Seria difícil (escreve o arguto e espirituoso diplomata português snr. visconde de Santo Tirso) fazer compreender ao povo inglêso a necessidade política de combater ao lado da França, a fim de impedir que a Alemanha assentasse o seu predomínio absoluto sôbre as ruínas da sua

antiga inimiga. E foi o facto brutal da invasão da Bélgica, com o seu nítido carácter de violação do Direito e da Justiça, que conseguiu acordar o *espírito elementar* do público inglês, levando-o a preparar-se para a guerra...»

¡Tanto monta dizer que, sem o criminoso êrro alemão, o *espírito elementar* da democracia inglêsa ainda não teria compreendido! Mas como, apesar do claríssimo aviso, a Inglaterra precisou de mais de um ano para se convencer ùtilmente, os filósofos que acreditem no progresso democrático da humanidade, e que o desejem, teem de pôr luto, em face desta prova tremenda que de si deu uma das mais perfeitas democracias do mundo. Na verdade o seu espírito revelou-se ainda menos que *elementar*, visto haver-lhe falhado o próprio e elementaríssimo instinto de conservação.

*

* *

Abril, 1917.

Um deputado alemão — o nacional-liberal Stresemann — largou ùltimamente no Parlamento uma terrível bisca à Inglaterra, dizendo que, dos seis monarcas que se aliaram com ela, um,

o Tsar, está destronado e prêso; e quatro outros — o rei da Bélgica, o da Sérvia, o do Montenegro e o da Roménia — são hoje pobres reis sem reino, a viverem no exílio, ou em restos estreitos dos seus países invadidos e devastados. A única excepção é, na Europa, o rei de Itália; e este, diz o deputado alemão, também não goza de grande saúde política...

Eu creio que a saúde política dos reis está lutando neste momento com uma gravíssima epidemia; e tanto, que não me arriscaria a assinar, se fôsse médico dessas coisas, um prognóstico muito favorável com referência à própria saúde política de S. M. o rei da Prússia, Imperador Alemão.

No em-tanto, ao pequeno saldo de reis neutrais que ainda restam na Europa convirá meditar na observação de Stresemann, ou talvez mais ainda no discurso ultimamente proferido pelo primeiro ministro inglês Lloyd George, ao felicitar-se pela beligerância dos Estados-Unidos, no *American Luncheon Club*, de Londres.

Lloyd George declarou-se feliz por ser o primeiro ministro inglês que, *falando em nome do povo*, vinha saudar a nação americana como camarada de armas; e acrescentou que se felicitava, não só porque os Estados-Unidos traziam aos Aliados formidáveis recursos, *mas também*

porque era democrata. Depois, explicando e justificando as longas hesitações dos Estados-Unidos antes de tomarem partido contra a Alemanha, achou natural que, vendo a Guerra de longe, muitos Norte-americanos a vissem mal, supondo-a o resultado das *velhas maquinações dos reis*, e não, como é, uma luta pelo Direito e pela Liberdade.

Foi, pois, bastante maltratada neste discurso a realeza em geral, e a própria realeza britânica não faz grande vista, através das palavras do ministro que declarou falar ali em nome do Povo, quando é certo que foi do Rei, e não do Povo, que êle recebeu o direito de ali falar como ministro.

A Gram-Bretanha tem à sua frente um rei que, por em-quanto, não lhe fêz mal nenhum e que merecia ser respeitado, ao menos na bôca do primeiro ministro britânico. E à frente dos poucos países neutros que ainda restam na Europa (à excepção da Suíssa, que é republicana, e da Grécia, que não é nada), estão quatro reis e uma rainha. Não se percebe, portanto, que vantagem teria o snr. Lloyd George em achincalhar essa gente em nome do povo inglês. O que se percebe é que a Guerra estraga tudo — incluindo as cabeças dos homens mais inteligentes e mais práticos.

*

* *

Novembro, 1917.

Visto que os reis, coitados, estão pela hora da morte, tenhamos a coragem de falar em defesa dos reis. E visto que os ventos sopram em furacão rajadas de liberdade e democracia, tentemos mesmo, pelo gosto desportivo de ir contra o vento, o elogio do Absolutismo.

O snr. Lloyd George, primeiro ministro do Reino-Unido, e aliado político e militar de meia dúzia de reis, fêz em Londres um discurso republicano, em que a realeza foi tratada como um trapo. Sòmente, ao mesmo tempo que deprimia os monarcas, sem exceptuar os mais constitucionais, nas duras linhas do seu discurso, o ministro possesso de democracia fêz, sem dar por isso, em algumas das suas entrelinhas, um eloqüente panegírico da monarquia autocrática.

Foi quando, descrevendo a arrogância do militarismo alemão, tal como se revelava já muito antes da Guerra, proferiu esta confissão inconsciente das suas próprias e gravíssimas culpas:

«A Europa sentia-se mal. A Europa estava

meio assustada. A Europa vivia na ansiedade e na apreensão. A Europa sabia o que significava a obsessão militar alemã. O que a Europa ignorava era o momento em que havia de acontecer o que aconteceu: e a opressão em que se vivia paralisava em todos os Estados a actividade benéfica que devia ter-se consagrado inteiramente ao bem-estar das populações. »

Mas, vamos lá a umas perguntas inocentes: ¿O que fazia o snr. Lloyd George, emquanto pesava sôbre a Europa, e portanto sôbre o seu país, uma ameaça tão clara e tão teimosa? ¿O que fêz, em anos de govêrno, para prevenir e anular, ou amortecer, pelo menos, o perigo que devia oprimi-lo ainda mais do que aos outros Europeus, visto que era um Europeu dirigente? ¿Estava entretido na actividade benéfica de fornecer mais bem-estar às populações britânicas? Mas ¿porque lhes não forneceu então aquele bem-estar fundamental, que consistia em armá-las para se defenderem da ameaça prussiana, armá-las a tempo e horas, evitando que a flor dessas populações viesse a ser dizimada, numa guerra longa, sôbre os campos da França devastada?

É porque não teve um rei com a iniciativa bastante para lhe dizer que antes de aumentos de salários e de reformas para a velhice, o que

a Gram-Bretanha precisava era de soldados, de armamentos e de munições — um rei com o poder e a iniciativa bastante para mandar embora o snr. Lloyd George, se o snr. Lloyd George não visse (como não soube, ou não quis ver) que acima do interêsse do político, e do egoísmo estreito e míope das classes que o apoiavam, havia o interêsse muito mais alto do Estado, da Nação e da Pátria...

- *

* *

Junho, 1915.

O caso de lord Norbury é bem característico do patriotismo e do civismo à inglêsa. Lord Norbury tem cincoenta e dois anos e era amador de mecânica. Agora é operário numa fábrica de munições, trabalha dez horas por dia, recebe em paga dez xelins e vive dêles, como os outros operários, embora seja rico bastante para gastar num minuto o que ganha numa semana.

É o que se chama « dar o exemplo ». E é assim que em geral se legisla na Inglaterra: em vez de promulgar e impor leis, govêrnos e parlamentos limitam-se muitas vezes, e sobretudo nos casos graves, a expor os problemas, lembrando

ou aconselhando as soluções que a nação devia dar-lhes. A nação escuta atentamente e o governo aguarda com fleugma. Em seguida, pouco a pouco, começam a surgir os «exemplos». E quanto mais grave é o caso, de mais alto vem o exemplo: os grandes executam-se primeiro, para que os pequenos se convençam depois. Assim, a minoria dos nobres e dos ricos põe em movimento a multidão dos humildes e dos pobres. Assim a lei brota dos cimos, não como tirania geradora de descontentamentos e revoltas, mas como sugestão que tudo arrasta, determinando uma poderosa, irresistível unanimidade.

Foi assim que o Rei «deu o exemplo», quando se atribuiu ao alcoolismo operário a carrestia de munições, mandando encerrar e selar as suas adegas pelo tempo que a Guerra dure. E ao exemplo do Rei seguiu-se logo o do ministro da Guerra, e outros, e outros — ao mesmo tempo que a apressada, tumultuária, revolucionária e despótica intervenção de Lloyd George, com a sua mania tão pouco inglesa de legiferar à moda continental, deu o resultado nulo que se sabe. Tão nulo, que a lei teve de ser anulada logo depois de decretada, porque arruinava a França e Portugal, e a própria Escócia produtora de whisky, e até muitos bancos ingleses, financeiramente associados àquela indústria escocesa.

Substituída a imposição pelo exemplo, é de crer que o alcoolismo diminua de modo gradual e seguro, até que um dia apareça então a lei proibitiva, que servirá para convencer os refractários, sem prejudicar os inocentes, nem irritar os homens de boa vontade. Tão certo é isto, que já se está assistindo ao espectáculo maravilhoso de ver os próprios taberneiros, com medo da proibiçãõ súbita, procurarem e encontrarem maneira de diminuir a embriaguez, nos condados onde mais se fazem sentir os seus efeitos.

Dir-se há que a lei virá, assim, quando já não fôr precisa. Ao que se pode responder que virá, quando possa ser cumprida. E uma lei que chega antes disso, não é uma lei, mas uma asneira.

VII

VOLUNTARIADO E OBRIGAÇÃO

Junho, 1915.

NO cumprimento do seu pio dever de «dar o exemplo» a aristocracia inglêsa tem sido terrivelmente desbastada pela guerra. Reproduz-se agora em muito maior escala o fenómeno que já se observara a quando da guerra anglo-boer: o sistema do voluntariado militar enfraquece ali sobretudo a classe dirigente, isto é, aquella que é ao mesmo tempo fisicamente forte, pelo exercicio dos jogos corporais; moralmente forte, pela renovação do sangue e pelo culto do cavalheirismo e do carácter; intelectualmente forte, pela selecção e pela educação.

Nos países onde o serviço militar obrigatório existe nas leis, mas é falseado pelos costumes, a carne de canhão é fornecida pelo gado popular, e a «gente fina» poupa-se, com o que aliás nada ganha a nação, porque a «gente fina»

que trata zelosamente de poupar-se, e de empurrar os outros, não será muito mais que um bando de fracos e degenerados. Onde quer que a obrigação militar se cumpra a valer, vão para a guerra os bons enquadrados pelos mediócrs, os fortes misturados com os fracos, o trigo confundido com o joio. Nivelá-se e compensa-se dêste modo a perda do melhor com a do pior; a soma das perdas produz uma média que não afecta particularmente nenhuma classe; e a nação evita assim um desequilíbrio funesto das suas fôrças de perduração e de resistência colectiva.

Mas na Inglaterra deu-se já êste desequilíbrio em grau apreciável com a guerra anglo-boer e tudo indica, para depois da guerra actual, o seu agravamento em alta e talvez irremediável medida, se aquêle país insistir no sistema de recrutamento que é o orgulho da sua organização social individualista e liberal, mas que ameaça tornar-se para êle, dada a voracidade e a lentidão do conflito europeu, em nocivo utensílio de enfraquecimento e decadência.

Há quem suponha que a Inglaterra lucra no negócio, defendendo-se tenazmente do contágio militarista, e aliando-se, para se desfazer dos seus piores inimigos, às nações ingénuas que sustentam na paz e na guerra, afinal para pro-

veito dela, grandes exércitos permanentes. Correu mundo até, como caricatura feliz dêste modo de ver, a historietã seguinte: Guilherme II havia declarado que se bateria em-quanto houvesse um Alemão na Alemanha; e Jorge V respondera, sabendo disto, que a Inglaterra não faria a paz, em-quanto em França existisse um Francês...

Aprofundando um pouco mais a análise dos factos, talvez não pareça tão fácil dizer se é a França que perde mais, perdendo muitos Francêses, se é a Inglaterra, sacrificando sem conta os Inglêses melhores.

VIII

«LES EMBUSQUÉS»

Julho, 1915.

OS soldados inglêses que estão na linha de fogo reclamam do govêrno o recrutamento obrigatório de todos os homens solteiros jovens e válidos.

É, mais talvez do que um desejo de patriotas, um compreensível e legítimo grito de protesto dos que mais duramente estão sentindo e sofrendo a iniquidade do sistema militar voluntário, que deixa morrer às dezenas de milhar os inglêses mais corajosos, mais briosos e mais dignos, ao passo que os outros continuam à boa vida, para colherem mais tarde (com uma vitória que aliás não parece fácil de obter desta maneira) o fruto regado pelo sangue alheio, o imerecido prêmio da sua indiferença ou do seu comodismo.

O que admira, neste espectáculo de injustiça disparatada, é o comedimento e a resignação dos sacrificados. O que admira, é que os

que já são soldados, logo que lhes confiam as armas com que partem para o sacrifício, não as empreguem antes de mais nada para exigir violentamente a igualdade de todos os cidadãos inglêses perante o direito à vida, ou o dever de morrerem pela Pátria. Assim se revela uma vez mais aquele transcendente respeito da liberdade individual, que é o traço característico da fisionomia colectiva da Inglaterra.

Em França levantou-se há pouco uma campanha sonora contra o que ali se chama *les embusqués*, isto é, contra os que procuram iludir, sob pretextos variados, a obrigação militar combatente, tão grave neste momento. Essas excepções, se existem, serão tão poucas, no meio do admirável impulso unânime do patriotismo francês, que mais valeria desprezá-las com o silêncio, do que pô-las num relêvo ao mesmo tempo escandaloso e inútil.

Na própria Alemanha, onde a igualdade dos homens perante o dever militar é tão exemplarmente rigorosa, e onde o patriotismo assume êsse incomparável grau de coesão que é o verdadeiro segredo da resistência a tantos e tão poderosos inimigos — na própria Alemanha a imparcialidade da direcção militar é discutida, e suspeita de favoritismos, geradores de protestos e denúncias. É o que se vê do edital publicado

recentemente (leia-se *Berliner Tageblatt* de 17 de Junho) pelo comando geral do 2.º corpo de exército (Stettin), com o fim de pôr cõbro à aluvião das denúncias recebidas. O general barão de Vietinghoff, que assina êsse documento, afirma que nenhum mancebo foi isento do serviço militar de campanha, a não ser por incapacidade física, ou por qualquer justo motivo de interêsse público, militar ou civil; e declara lamentar a odiosa malsinação dessas licenças especiais, por parte de denunciantes *não anónimos* (sic) que não hesitam em atribuí-las a subôrno e em dizer: *¡com dinheiro tudo se arranja!* E o comandante geral conclui pedagògicamente: «Cumpra cada um o melhor que possa, com inteira dedicação, o seu dever, e deixe-se de mirar à direita e à esquerda se o vizinho cumpre o seu».

Êste exemplo alemão, um pouco surpreendente, vem pôr em mais clara evidência a admirável brandura com que os inglêses que morrem pela Inglaterra suportam ou perdoam àqueles que ficam a ver a guerra de palanque.

IX

O PESSIMISMO INGLÊS

Julho, 1915.

ENTRE os milhares de caricaturas a que a Guerra tem dado origem, uma das que mais me interessou vi-a num jornal alemão e era um ataque ao pessimismo. Havia no primeiro plano uma rua estreita e sombria que desbocava numa praça cheia de sol. Na rua escura tinha o Pessimista aberta a sua loja de óculos e lunetas de vidros negros, que ninguém lhe comprava; e estava à porta vestido de luto e olhando com enveja para o oculista da Praça, em cuja vitrina só havia lunetas e óculos de vidros côr de rosa. Sôzinho, abandonado, amarelo e sêco, o Pessimista via a multidão acotovelar-se à porta do seu rival, do vendedor de Optimismo, que era um sujeito gordo, lustroso, risonho e vestido de claro...

Como na Alemanha, também na França, na Rússia e na Itália os governos e todos os ele-

mentos dirigentes são optimistas. A começar nos comunicados oficiais e a acabar nas notícias que a Imprensa fornece ao público, tôda a arte e todo o cuidado estão postos em amplificar as boas novas, em mascarar as más, ou em entreter de qualquer modo, no arrastamento de uma campanha sem fim, a ansiedade patriótica.

A Inglaterra, original como sempre e só igual a si própria, virou tudo isto do avesso. Ali o optimista é quási um traidor. Aquele que aparece a dizer que a vitória das armas inglêsas é certa, que os recursos do inimigo se esgotam, que tudo vai bem — é olhado com desconfiança, e pode acontecer que, se insiste, o encarcerem ou fusilem como espia alemão. Os jornais que exploram o patriotismo e o nervosismo das multidões são exageradamente apreensivos e pessimistas: « Por êste caminho a Inglaterra vai ser batida », diz um. « Os Alemães continuam invencíveis », clama outro. O povo lê, embriaga-se conscientemente do sentimento do perigo — e as tiragens aumentam.

No comêço da Guerra foi a opinião inglêsa pior que optimista, porque foi indiferente e leviana. Os ministros responsáveis tinham de journadar pelas províncias, afirmando ao povo que o caso era sério, que a própria existência nacional estava em jôgo. E o povo, teimoso, não se deixava

convencer de que uma luta renhida em França, na Alemanha, na Sérvia, na Bélgica e na Rússia, fôsse na verdade uma guerra em que a Grã-Bretanha tinha a todo o custo de intervir para vencer. Agora, tudo mudou e tudo está no seu lugar. O govêrno precisa de homens, de dinheiro, de munições, de fornecimentos militares. Em qualquer parte, para que tudo isto apareça, basta que o govêrno queira e mande. Na Inglaterra, é necessário que o queira e faça o povo inteiro. Gastaram-se meses para fazer neste sentido a educação do povo inglês. Hoje, está perfeita essa educação e a máquina admirável trabalha admiravelmente para o seu fim.

À medida que a Guerra se prolonga, transforma-se de artifício imposto pelos homens em acontecimento natural. A natureza, pouco a pouco, reassume o uso dos seus direitos e cria ou implanta no lugar próprio os instintos e as tendências necessárias. Por isso o patriotismo é agora optimista nos países onde os governos governam, e para governarem precisam de conservar o povo distraído; ao passo que nas terras onde é o povo quem governa o pessimismo se estabeleceu salutarmente, para que o povo se compenetre das suas responsabilidades e realize o que afinal depende apenas, ou na máxima parte, do seu próprio esforço e da sua própria vontade.

X

VOLTAS QUE O MUNDO DEU

Agosto, 1915.

POR ocasião do primeiro aniversário da morte de Jaurés, realizou em Paris o partido socialista francês uma sessão comemorativa, *de carácter privado*. Na mesma noite cantava-se no teatro da Ópera-Cómica a *Manon*; e, tendo um dos cantores entrado em scena entre o 4.º e o 5.º actos para ler uns versos escritos em memória do grande orador socialista, levantaram-se tumultos na sala e o conflito só se apagou com um bom jacto orquestral de *Marselhesa*...

E eis aqui ao que está reduzida em França, pelos perigos da Guerra e pela mudança profunda que esta impôs à psicologia colectiva, a popularidade do grande tribuno parlamentar e do grande reformador social. Os seus próprios amigos não se atreveram a saudar-lhe a memória numa demonstração de carácter público. Os seus ini-

migos abafaram prontamente a voz que se ergueu para lembrá-lo fora dos muros dos grêmios partidários.

A impopularidade póstuma de Jaurés a um ano de distância do seu estúpido assassinio simboliza e resume a impopularidade do socialismo e do radicalismo, na França de 1915. Na Inglaterra de 1915 observa-se o mesmo fenómeno. Sem ter havido dissolução do parlamento liberal, já não é o liberalismo quem governa. Lloyd George é ainda a primeira figura do ministério, mas Lloyd George está voltado do avesso: deixou de ser o ministro radical, socialista e pacifista que era antes da Guerra, e é agora um ministro militar, militarista e imperialista, que mobiliza, transfere e castiga os operários, como se fôsem soldados, prega a expansão naval e aceita o serviço militar obrigatório, outrora furiosamente combatido por êle próprio.

A impopularidade de Jaurés e a reviravolta de Lloyd George constituem um sintoma único. O morto é impopular, porque já não pode adaptar-se às novas circunstâncias. O vivo adaptou-se, porque o poder e a popularidade sabem-lhe bem.

Previa tôda a gente que uma guerra longa tinha por força de mudar a electricidade política do polo negativo das lutas de classes e do inter-

nacionalismo socialista e pacifista, para o polo positivo da unidade nacional dentro das fronteiras e da resistência militar em face do estrangeiro. Mas nem todos calculavam que, como agora se tem visto, a reacção militar e imperialista começasse mais forte e mais unânime, exactamente nos países onde as doutrinas socialistas e radicais tinham feito maior caminho. Os que se embalavam nessa doce ilusão devem estar agora livres

Daquele engano d'alma, ledo e cego,

que a Alemanha não deixou durar muito...

XI

BALANÇO DE UM ANO

Dezembro, 1915.

VÃO quasi passados dezassete meses de guerra e tãda a gente estã convencida, senã de que a Alemanha vai vencer, pelo menos de que nã serã possivel esmagã-la. Pensa-se agora, em resumo, que nos dois grandes teatros de Leste e de Oeste poderã os Alemães conservar-se por longo tempo em situaçã puramente defensiva e dilatãria; que a ligaçã directa que o avanço dos Alemães abriu para o Oriente, atravẽs dos Balcans, os habilita, por um lado a ferir a Inglaterra nos òrgãos do seu comẽrcio e trãnsito mundiais; e, por outro lado, a reabastecerem-se *ad libitum* de viveres e de matẽrias primas. Alẽm disto prevẽ-se que arrastarã inevitãvelmente para a òrbita dos seus interẽssem e energias todos os neutros que ainda hesitam a esta hora, como a Romẽnia e a Grẽcia, e atẽ quem sabe se os que menos

vontade tem de sair da neutralidade, como a Holanda, a Suécia e a Espanha.

Tudo é possível, incluindo mesmo aquilo que é provável. Mas o mais possível de tudo, neste vasto e nunca visto cataclismo europeu, são ainda as decepções e as surpresas. Decepções e surpresas, valha a verdade, não tem sido muitas, desde que a Guerra estalou. A Bélgica foi invadida e destruída, como era de esperar, visto que significava para a fúria alemã o caminho mais curto e mais fácil. A Rússia está fora de combate, como era de esperar da sua colossal desorganização. Áustria e Hungria não passam já hoje de províncias do Império Alemão, como era de esperar da sua intimidade e colaboração com um amigo absorvente. O comércio exterior da Alemanha deixou de existir, como era de esperar da soberania marítima da Gram-Bretanha. E, apesar do seu admirável esforço, encontra-se a Inglaterra hoje posta em cheque, como era de esperar da imprevidência crassa dos estadistas liberais. A única surpresa grande que a Guerra nos trouxe tem sido, até agora, a resistência da França.

Desde que o conflito estalou, nós, os que víamos, longe de envaidecer-nos por termos visto bem, admirámos cada vez mais, em presença dos factos, que a grande Inglaterra

não tivesse tido, nos últimos anos ante guerra, quem soubesse ver.

Hoje, com a inacção dos Franco-Inglêses no Ocidente e com o avanço dos Austro-Alemães em direcção a Suez, dir-se há que só um grande milagre poderia salvar a Inglaterra de perder o lugar único que conquistara no mundo. Mas êsses milagres são freqüentes nas guerras, e, uma vez realizados, explicam-se todos fàcilmente, *a posteriori*, por uma infinidade de leis e de factos naturais...

XII

INDIGNIDADE

Dezembro, 1915.

FÓRMULAS como estas, que das conversas privadas já trasbordaram por vezes até as colunas dos jornais: *Se vencerem estes ou aqueles, Portugal está perdido; Vamos ficar sem as nossas colónias; Antes Afonso XIII que Afonso Costa*, e outras semelhantes; — fórmulas assim desavergonhadamente abdicativas e cínicas, deviam ser punidas com o corte da língua ao primeiro que teve a inconsciência ou a perversidade de as proferir.

Bem sei que tudo isso são cantigas da bôca para fora, que não sentimentos ou desejos do coração para dentro. Bem sei que o procedimento da Alemanha com a Bélgica diminuiu por tôda a parte a segurança do Direito e o sentimento da intangibilidade nas nações livres, mas fracas. No em-tanto há coisas que se não pensam, e muito menos se dizem; além de que o caso da

Bélgica, sôbre não estar liquidado, serve mal como exemplo ou confronto às nações que vivem no seu canto, fora do caminho mil vezes trilhado e devastado pelas grandes lutas da História, e que teem de mais a mais a sua personalidade bem marcada pela diferenciação nítida na raça e na língua, através de uma independência multi-secular.

Há vinte e cinco anos fomos desapossados de alguns longínquos territórios coloniais que só meia dúzia de Portugueses haveriam visto ou pisado, e soubemos portar-nos nesse duro lance com uma dignidade honrosíssima, bem eloqüente como indício de que sentiríamos e faríamos, se alguém sonhasse ou ousasse ferir-nos mais fundo e mais perto. Pois, se perante o facto nos portaríamos outra vez assim, ¿para que havemos de dar a estranhos a impressão contrária, parecendo suportar sem custo a insuportável hipótese?

Eu creio que, nesta hora grave em que a Fôrça está fabricando um novo Direito, as nações pequenas e inermes deviam defender-se, antes de mais nada, contra a sua própria tendência para esquecerem o que devem a si mesmas. Há alguma coisa mais repugnante do que a sem-ceremónia com que os fortes se dispõem a devorar os fracos: é a sem-vergonha dos fracos que pela sua própria bôca se declarem

maduros e prontos a cair na bôca dos fortes. Ser comida dos outros, é triste. Mas comida que a si própria se mastiga, para que os outros a engulam melhor e mais depressa — mete nojo.

XIII

DEVAGAR, PARA CHEGAR

Maio, 1916.

É SABIDO que os Franceses pautaram os areais da Tunísia com estradas magníficas, que lhes absorveram quantias fabulosas, sem se lembrarem de que as estradas são boas para carros, para bois, para cavalos — e que na Tunísia todo o transporte se fazia às costas de camelos, animais cujas patas estão delicadamente organizadas para pisarem a areia fofa, e não podem agoentar a dureza do macadame.

Resultou daqui que as estradas francesas da Tunísia foram durante muitos anos, e devem ser ainda a esta hora, as mais bem conservadas de todo o mundo: as caravanas passavam-lhes ao lado, seguindo-lhes o traçado judicioso com um fidelíssimo paralelismo, mas evitando sãbiamente arriscar um passo de camelo sobre aquelas duras fitas de terra empedernida.

Esta fábula moderna, autêntica e vivida, merece anexar-se em suplemento ao *La Fontaine*, com o título de *O Francês e o Camelo*; e dela se tira, como oportuna moralidade, que, entre as maneiras de mal administrar, uma das piores consiste em administrar bem de mais.

Se a Inglaterra tivesse procedido, ao ver-se surpreendida pela Guerra com a mesma pressa entusiástica que os Franceses desenvolveram para traçar no areal tunisiano uma rêde de estradas caríssimas e inúteis, o serviço militar obrigatório teria sido decretado no Reino-Unido logo aos primeiros meses de beligerância. E seria então fácil acontecer que se levantasse no país inteiro uma revolução bem mais geral e mais grave que o esguicho republicano de Dublin; ou, pelo menos, que a vida económica da nação inteira ficasse insanavelmente perturbada, não se obtendo por tão duro preço senão êste resultado contraproducente: afogar lorde Kitchener num dilúvio de milhões de homens tão inúteis e tão disparatados como as estradas da Tunísia, visto que o ministro não tinha então nem armas, nem roupas, nem víveres, nem aquartelamentos, nem oficiais, nem intendência, nem organização, nem material suficiente, para transformar a chusma imensa num exército acabado e eficaz.

Piano, piano, si va lontano. Êste provérbio,

que os Italianos usam muitas vezes para não fazerem nada, praticam-no os Ingêleses nas crises mais graves, e até aqui teem-se dado bem com o sistema. Semelhante àqueles corredores frios e manhosos, que no princípio cedem aos concorrentes ferveiços uma certa dianteira, e no fim os derrotam fàcilmente, várias vezes na História estafou a Inglaterra primeiro os inimigos e depois os próprios amigos, ficando ao cabo ela sòzinha em pé, fresca e forte, no meio de um mundo estatelado e com os bofes pela bôca fora.

XIV

O RELÓGIO DE FRYATT

Outubro, 1916.

NOTÍCIA bem pequenina, mas bem carregada de significação: uma comissão holandesa está recolhendo assinaturas e subsídios para se erigir em Roterdã um monumento ao capitão Fryatt.

O capitão Fryatt foi a vítima entregue pela confiante imprudência britânica à loucura furiosa dos Alemães acossados e desesperados pelo cêrco naval. Medindo o cavalheirismo germânico pela alta bitola inglesa, publicou a Inglaterra em pleno parlamento o nome do seu herói, e assim o denunciou e traiu. Apanhado, semanas depois, pela tripulação de um submarino germânico, o pobre Fryatt viu, de-certo com dolorosa surpresa, que os mesmos louvores oficiais, outorgados pelas Câmaras do seu país agradecido, eram agora artigos de libelo na acusação dos juízes inimigos. ;E pagou definitivamente com

a vida o acto naturalíssimo de legítima defesa, que pouco antes merecera pomposos elogios e um modesto relógio de oiro!

Visto de agora, do lado final da rápida epopeia, êsse relógio de oiro oferecido pelo govêrno inglês ao capitão Fryatt, e com a sua *corda* despedaçada pelas balas dos fusiladores alemães, ressoa como ironia macabra do destino e da fatalidade. Pouco tempo se fatigou, na algibeira do corajoso mareante, o instrumento que a gratidão cívica lhe dera para companheiro de uma existência que se desejava longa. E se a memória dos homens não fôsse, como é, distraída e precária, a iniciativa de Roterdã seria adotada e seguida em todos os grandes portos do mundo e em todos êles se levantaria, para remorso eterno da cruel estupidez germânica, uma homenagem bem visível e bem durável à mais ilustre, mais inocente e mais incompreensível vítima desta guerra tão cheia de crimes inúteis.

Á medida que o tempo passa, e que os factos da campanha se vão alinhando em perspectivas que os aclaram, certos crimes alemães, revoltantes a princípio, perdoam-se e quasi se nos tornam estimáveis, porque o sangue que êles custaram queimou as garras dos assassinos e refrescou, ao mesmo tempo, a coragem e a decisão dos vingadores. A Bélgica inocente posta

a ferro e fogo; Miss Cavel morta como traidora por não ter traído o seu doce coração; a hecatombe hedionda do *Lusitânia* — todos estes horrores foram o duro preço que o mundo teve de pagar para que a admirável e modelar democracia inglesa, tão tarda e dura de entendimento, entendesse em-fim que lhe cumpria defender-se e, do mesmo passo, preparar à Europa e ao mundo uma nova harmonia ou um novo equilíbrio.

A morte de Fryatt, ao contrário, veio atrasada, como um dos últimos estrebuchamentos pre-agônicos da fúria germânica. Os deuses da Vitória, já decididos contra a Alemanha, dispensavam êsse doloroso sacrifício. E eis aí porque nos cumpre substituir ao relógio que parou, e como compensação para a memória dessa nobre existência inútilmente cortada, um monumento que resista e perdure no espaço e no tempo.

XV

IMPERIALISMOS ANTI-IMPERIALISTAS

Dezembro, 1916.

OS Alemães não se teem ralado muito com a perda, já agora quási total, das suas grandes ou pequenas colónias africanas. E é fácil seguir a lógica desta indiferença: se nós vencermos na Europa, pensam êles, imediatamente recuperaremos a nossa África e depressa alastraremos pela alheia; ou, se estendermos uma boa passadeira alemã entre Hamburgo e Bagodade, teremos substituído um império colonial africano por outro oriental, europeu e asiático, o que é bilha de azeite por bilha de leite...

Pois é. Mas há um *mas*: e vem a ser que o imperialismo alemão, ciumento do imperialismo inglês ou afrontado por êle, gerou esta guerra, que é o embate de dois imperialismos; estes dois imperialismos combatem-se, mas não se

confessam: cada um pretende, salvo os momentos de inconsciente franqueza, dar assalto ao imperialismo em geral; mas a essência das coisas não se muda com trocarem-se na bôca os seus nomes; e a essência dos homens, que é também uma só, muda fãcilmente de aspecto ou de atitude segundo os tempos, a imitação, a sugestão e a moda. Não há nada mais imperialista do que a guerra, mesmo, ou principalmente, a guerra contra o imperialismo. Esta guerra de dois grandes imperialismos pôs o imperialismo na moda: a Itália entrou nela, arvorando claramente o pendão do « irredentismo », do « egoísmo sagrado », isto é: do imperialismo italiano; a Bulgária entrou na guerra, e ao mesmo tempo na Macedónia sérvia, em nome do imperialismo búlgaro; a Roménia tinha tal pressa de saciar o imperialismo romeno, que rompeu pela Transilvânia, sem fechar as portas do Danúbio e da Dobrudja . . .

Aos grandes imperialismos vieram breve juntar-se, como se vê, outros imperialismos pequenos; e há mais do que isto, porque dentro de um mesmo imperialismo desenharam-se, e acentuaram-se cada dia, movimentos idênticos, a que se pode chamar sub-imperialismos. Assim, a Austrália conquistou por sua conta, das vizinhas colónias alemãs, o que sobrara do imperialismo

nipónico; e a União Sul-Africana, império dentro do império britânico, já diz, pela bôca de Botha, que, na terminação da Guerra, nem uma jarda quadrada de terreno africano poderia ficar na posse da Alemanha; que os portos e enseadas do Leste africano ofereceriam abrigo fácil para submarinos e, portanto, ameaça perpétua, insuportável, para a África do Sul...

¿Terá a Inglaterra fôrça para calar e conter, no fim da Guerra, êste imperialismo júnior dos filhos tão parecidos com a mãe? Talvez; mas o mais seguro, para a Alemanha, sempre é vencer a Inglaterra na Europa, se puder, e tratar disso, depois, directamente.

XVI

CREPÚSCULO DA PONTUALIDADE INGLÊSA

Janeiro, 1917.

“QUEM quiser vida longa, mande vir a morte de Espanha.»

Aqui está um provérbio genovês, do século XV, que o grande Bacon cita, no capítulo da *Instauratio Magna* em que trata da maneira de dar bom e rápido expediente aos negócios. Vê-se dêle que os bons Genoveses tinham em pequena conta a actividade, a pontualidade ou a diligência dos Espanhóis, e de-certo também dos Portugueses, da era de Quatrocentos.

É possível que tivessem razão, porque ainda hoje a nossa gente peninsular chama *inglês*a à pontualidade — caso pouco vulgar de homenagem colectiva às virtudes de outros povos, e de reconhecimento implícito dos vícios ou defeitos próprios.

Pois, visto que a pontualidade é, por nomeação nossa, uma virtude inglêsa; visto que o Inglês Bacon fêz seu o provérbio de Génova, castigador da pachorra espanhola; e atendendo, outro-sim, a que é a Gram-Bretanha quem, por interêsse e capacidade superior, assumiu virtualmente a direcção da guerra contra a Alemanha — digamos sem cerimónia as palavras que nos bailam pelo dorso da língua, ansiosas por saltar cá para fora: O chanceler alemão caiu das nuvens em Agosto de 1914, quando o embaixador britânico lhe fêz saber que o seu Govêrno declararia guerra à Alemanha, se a Bêlgica não fôsse imediatamente evacuada. Bethmann-Hollweg imaginou nesse momento que os Alemães, tratando o pacto da neutralidade belga como um farrapo de papel, tinham implicitamente mandado vir a morte de Inglaterra — pontual, rápida e terrível. Afinal, enganou-se, como tôda a gente, porque ao fim de quási três anos de guerra teem morrido muitos milhares de homens, mas não morreu ainda nenhum povo, nem mesmo qualquer dos quatro mais fracos que a Alemanha asfixia sob o seu joelho. De todos se pode dizer, à moda dos velhos Genoveses, que mandaram vir a morte de Espanha; e o próprio Lloyd George, que não é um *ajourneur d'affaires* e tem confiança em si mesmo, dizia ainda há

pouco, apresentando o seu Govêrno ao Parlamento britânico: « Todo aquele que esperar do novo Gabinete a obtenção de uma pronta vitória, caminha para grandes decepções ». E no emtanto (disse-o o mesmo Lloyd George no mesmo admirável discurso) a Gram-Bretanha tem experiência destas coisas, e já não é a primeira vez que ela combate um despotismo militar, pesado à Europa. Não é, de-certo. A diferença está que a pontualidade, no tempo de Napoleão, ainda era inglêsa. Houve então vários Lloyd Georges para aniquilarem o déspota; mas não tinha havido antes outros Lloyd Georges para o deixarem engordar... e assim lhe mandarem vir de Espanha uma morte atrasada.

XVII

O NOVO MINISTÉRIO DA CONVERSA

Janeiro, 1917.

LLOYD George entrou definitivamente na História, desde que a Inglaterra, acolhendo-o com unânime aprovação como primeiro magistrado responsável, mostrou ver nêlo o homem mais forte para a defender no momento mais crítico. Mas, para mim, o seu duplo valor genial de estadista e de ironista revelou-se na invenção maravilhosa, oportuna a mais não ser, e no em-tanto inesperada, do novo ministério da Conversa.

Lá está, no discurso de apresentação à Câmara dos Comuns: «Não se pode fazer caminhar a Guerra com um sinédrio. E eis aqui a razão por que nós organizámos um gabinete de cinco pessoas apenas, uma das quais fica do lado de fora, fazendo sentinela *e defendendo o conselho na Câmara contra os ataques parla-*

mentares, em-quanto as outras quatro tratam de trabalhar o melhor que podem, dentro das suas respectivas repartições. »

Quatro ministros para trabalhar, e um ministro de falar — eis a receita inventada por Lloyd George para organizar em Inglaterra um govêrno que governe e dar à Guerra uma direcção activa, pontual e útil. À Inglaterra, inventora do parlamentarismo, competia aliás, lógicamente, curá-lo da verborreia estéril em que êle foi caindo, e cujos tremendos inconvenientes se revelaram agora, nesta grave crise em que a palavra já não é de prata e a acção vale mais do que o ouro.

— ; Menos palavras e mais actos! berrava há dias um senador francês, voltado para o pobre snr. Briand, que, no em-tanto, estava ali justamente a ouvir palavras, e a perder o tempo que tanta falta lhe faz para praticar os actos que assim reclamam dêle, com maravilhosa inconsciência, os deputados e senadores sequiosos de acção enérgica, e inundantes de palavriado enervador.

Ao mesmo tempo que na Gram-Bretanha foi preciso instituir-se o Ministério dos Discursos, e que em França o presidente do conselho gasta os dias e as noites, as semanas e os meses, a responder aos que lhe perguntam porque é que não trabalha mais — o partido nacional-liberal

alemão dirigia um protesto ao chanceler do Império, contra o facto de não ter sido ouvida a Dieta imperial antes de feita a proposta de paz, como já o não fôra antes de proclamada a pseudo-autonomia da Polónia.

A Alemanha não ouve o Parlamento, *mas anda para diante. That is the question.* E também é verdade que, por falta de travão, a Alemanha se tem deixado ir muita vez à desfilada pelo caminho da Asneira.

Deus super omnia!

XVIII

CONSELHEIROS

Março, 1917.

UMA sábia comissão de economistas e financeiros britânicos, encarregada de estudar os problemas da sua especialidade que se apresentarão à Gram-Bretanha quando a paz regressar, propõe a entrada decidida do Império Britânico no caminho do proteccionismo. E o *modus faciendi* que essa comissão preconiza é dos mais simples: haverá uma tarifa mínima comum à Gram-Bretanha e aos seus Domínios; uma tarifa média para os Aliados da Gram-Bretanha; e uma tarifa máxima, contra os neutros. Dos adversários nem se fala; porque êsses continuarão a ser considerados inimigos depois da paz, ou por outra: a paz vai ser, simplesmente, uma nova guerra *per omnia sæcula*, em que as pautas funcionarão de trincheiras, e as alfândegas como fortalezas.

Tudo isto é louco e, pior ainda, louco à

moda alemã. Louco, primeiro, por inexecutável e impossível; louco, depois, porque, sob o contágio da loucura germânica, insiste ou reñcide em fazer girar a vida e a sorte da Humanidade sôbre o eixo illusório do Interêsse e da Fôrça.

Se alguma coisa a Guerra provou até agora, foi precisamente a falência intelectual e moral de economistas e financeiros, como inspiradores ou directores dos ideais e destinos humanos. Intelectualmente, nenhuma das suas hipóteses e previsões saiu certa; moralmente, a Guerra apresenta-se como o duro castigo daqueles que, desabitutados de todo o idealismo verdadeiro, possessos de um desalmado demónio mercantil, julgaram poder organizar para si próprios uma felicidade duradoira e sólida, impondo ao mundo, pela fôrça das suas armas de guerra, o monopólio da sua indústria pacífica.

Não esperemos dos homens de finança ou negócio ideais que transcendam a maquinação de um *cartell* ubíquo, ou de um *trust* mundial. Para êsses todo o encanto da vida se cifra no cifrão; tôda a poesia se concentra, para êles, na epopeia do açambarcamento. E a humanidade é e quer ser mais alguma coisa do que uma inumerável freguesia de carneiros, obediente em comprar o mesmo artigo na mesma loja imperial.

Seria bom para o futuro da Inglaterra que o

Govêrno britânico consultasse, como architectos do mundo que vai vir, não só os banqueiros e os outros super-homens da indústria e do comércio, mas também outra espécie de gente, conhecedora da existência das forças psicológicas, e da importância dos valores morais.

XIX

TRÊS POVOS, TRÊS ALMAS

Maio, 1918.

É PRECISO dizer-se que, de todos os povos europeus aliados contra a Alemanha, aquele que se tem comportado na guerra de uma feição mais disciplinada, mais solidária, — digamos: *mais germânica* — é incontestavelmente o povo francês. A França tem resistido — e de-certo acabaria por vencer sòzinha, se fôsse mais numerosa — com as virtudes alemãs da coesão, da obediência e da serenidade. A nação da indisciplina social, da anarquia e da degenerescência política, só viu uma *grève* de 1914 para cá, e por sinal uma *grève* a que apetezia dar beijos, porque foi a das costureirinhas de Paris.

Há duas explicações para êste inesperado fenómeno, e a segunda é o estar a França invadida, como a Rússia estava, aliás, quando se cansou e entregou à Alemanha. A primeira deve

ser que o povo francês tem nas veias, em alta dose, o mesmo sangue dos povos germânicos.

É certo que os Ingêleses são saxões, e que a disciplina e solidariedade nacional de certas classes, e sobretudo das suas classes operárias, que são as mais numerosas, deixa, no em-tanto, muito a desejar, a ponto de poder recear-se que, se a Guerra se prolonga neste enervante estado de indecisão, o barco aliado, depois do rombo enorme nêle aberto pela anarquia russa, entrasse a meter água também do lado inglês, antes que do francês ou italiano.

Se assim acontecesse — ¡o que Deus não permita! — verificar-se-ia definitivamente o que há muito se suspeita: que a Inglaterra só é grande, com a condição de ser aristocráticamente governada. E ver-se-ia que a França, apesar dos seus assomos socialistas e anarquistas anteriores a 1914, está mais indemne ao virus maximalista, de-certo porque o povo francês é o mais previdente e económico do mundo. Onde cada um é proprietário, e «burguês» na acepção socialista, o socialismo não faz farinha, a não ser da bôca para fora; onde cada um tem que perder, não é fácil reunir muita gente para a destruição e para o saque.

Pelo seu lado o operário britânico, que nunca foi poupador, está ganhando loucamente e gas-

tando, como sempre, tudo o que ganha. A sua tranqüilidade e a sua solidariedade nacional baseiam-se, neste momento de sofrimentos e sacrifícios, sôbre a abundância e sôbre o gôzo, fracas bases para assentar os grandes edifícios da passada supremacia da Gram-Bretanha e da sua defesa futura, numa crise tão grave como esta.

RESPEITO DO INDIVÍDUO

Maio, 1918.

UMA senhora inglesa minha amiga, residente em Leça da Palmeira, recebeu um dia pelo correio um grande sobrescrito que tinha impressas a um canto, em letras negras, as duas palavras «War Office».

Não tendo negócios a tratar com o Ministério da Guerra britânico, nem parentes ou amigos a êle ligados, abriu aquela senhora com certa emoção a carta inesperada e leu — salvo a redacção — o seguinte: «Minha Senhora: Retido pela censura postal de Londres temos em nosso poder um exemplar do livro... (era, salvo êrro meu de memória, uma publicação religiosa) endereçado a V. Ex.^a, sem indicação de quem seja o remetente. Se V. Ex.^a sabe ou supõe qual será a pessoa que lhe faz esta remessa, pedimos-lhe o obséquo de nos comunicar o seu

nome e endereço, afim de que, avisada por este Ministério, possa promover a expedição na forma legal ».

Parece que a expedição de impressos, na ideia de evitar que por meio dêles se comunicasse clandestinamente com o inimigo, só podia ser feita por intermédio das livrarias, ou de certas livrarias, que assim seriam responsabilizadas com facilidade por qualquer caso de fraude e espionagem.

A senhora inglesa de quem falo respondeu sem demora que o remetente do volume deveria ser uma sua irmã, residente em Tal-parte. Poucos dias depois recebia ela o volume primitivamente retido; e eu admirei esta perfeição de serviços burocráticos, aliás recentemente improvisados; mas, acima de tudo, extasiei-me com semelhante prova de respeito do Estado pelos direitos e interesses do Indivíduo.

Noutro qualquer país europeu que não fôsse a Inglaterra, o pequeno volume insignificante seria pura e simplesmente queimado, depois de confiscado, e o destinatário ficaria sem êle, considerando com resignação filosófica que a Guerra é a Guerra, e que a razão do indivíduo tem de curvar-se, sem discussão possível, à Razão de Estado.

Mas a Inglaterra era assim durante a paz e

nos primeiros tempos de guerra. Hoje, é já difícil lobrigar, na sua legislação e na sua política de guerra, vestígios claros do seu impecável e soberano individualismo de outrora. E amanhã, sabe Deus o que será...

A calamidade que há uns poucos de anos começou e continua a abalar o mundo inteiro há-de ser funesta, vença quem vencer, ao tesouro precioso e melindroso da liberdade individual. O hábito de dispor absolutamente da vida humana, inveterado nos Estados militaristas, foi-se transmitindo por necessidade aos que menos o eram, e nêles se radicará muito tempo, por gosto e por... hábito. E ainda que tôdas as outras ruínas se curassem em meses, esta ternos há feito recuar sem remédio uns poucos de séculos, nuns poucos de anos.

XXI

A ESPIONAGEM

Agosto, 1918.

O LEITOR tem mais que fazer do que guardar na memória, além dos dois ou três minutos que dura a deglutição, o gôsto nem sempre superfino destas pastilhas de pequenina História ou de filosofia em comprimidos. Natural, portanto, que já se não recorde da aventura de Beltrão Stewart, que aqui lhe contei antes de estalar a guerra actual (1).

Beltrão Stewart era (e espero que ainda *seja*) um homem rico, sócio dos mais finos grêmios de Londres, aparentado com famílias ilustres da côrte de Inglaterra; e foi condenado em 1912 a três anos e meio de fortaleza pelo Tribunal Imperial de *Leipzig* — como *espião*. É evidente

(1) Êsse artigo está transcrito a pág. 7 do presente volume.

que Beltrão Stewart era homem de despôrto e que por despôrto se applicou à espionagem, em proveito do seu país.

Comentando êste facto, disseram os jornais alemães daquela época que na Alemanha a espionagem em tempo de paz *não era occupação distinta*, e fizeram menção de estranhar que uma pessoa como Beltrão Stewart — gentil-homem desde o bico dos sapatos à copa do chapéu — se arvorasse em espião por prazer.

Aqui mesmo, e sem papas na língua, defendi eu o Inglês, lembrando como em todos os tempos o patriotismo e o desportismo se completaram e fundiram muitas vezes, desde as mães de Sparta, que ensinavam aos filhos a dissimulação do sofrimento físico, até os cavaleiros da Idade Média, que ensaiavam uns nos outros os golpes mestres com que depois rachavam de meio a meio os Turcos da Ásia Menor e da Palestina; desde os fidalgos portuguezes, prontos a embarcar nas primeiras cascas de noz que afrontaram o Mar Tenebroso, aos officiaes do exército japonês, disfarçados em *culis* para espionarem no Trans-siberiano sob as chicotadas dos Russos.

O que eu não sabia nesse tempo, porque estava muito atrasado, é que, por um Beltrão Stewart inglês encafudado num presídio alemão, havia nêsse instante milhões de Beltrão Ste-

wart alemães, à vontade e à sôlta no mundo inteiro. Com a única diferença, a favor do Inglês, de que os espiões alemães não espionavam só as obras militares, porque espionavam tudo; e, espionando tudo, davam muito menos na vista, arriscavam muito menos a vida, e eram muito menos simpáticos, muito menos desportivos e muito menos *gentlemen* que aquele.

HISTORIETA DE GUERRA

O AUDAZ submarino alemão, assestando debaixo de água o seu periscópio de lince para as bandas do Norte, lobrigou a pouca distância um adversário digno dêle...

Era um navio pequeno, de jeito velhote e aspecto pacatíssimo — talvez um inocente e saboroso pescador, muito na conta para ser pescado, quebrando-se-lhe a casca com um ou dois tiros certos e comendo-se-lhe o miolo, de caldeirada.

Lambendo os beiços no antegosto da petisqueira infalível, o comandante do tubarão germânico deu ordem para emergir, o que a tripulação logo cumpriu gostosamente, abrindo tôdas as escotilhas, fazendo sair em seguida as peças e saltando do ventre quente do submarino para o seu fresco lombo, a tomar ar.

Depois, ao mesmo tempo que o pavilhão imperial de guerra era içado à pôpa do navio-peixe,

a sua proa ia torneando majestosa e ameaçadoramente, até apontar ao costado da próxima futura vítima. A bordo desta e antes mesmo que da fera alemã partisse a ordem implacável de fazer alto, eram já visíveis os sinais de pânico e desespero. Ouviam-se vozes de homem, gritando em confusão, e guinchos lancinantes de mulheres e de crianças. E como o binóculo do comandante alemão não denunciasse nada de suspeito no casco ou na coberta do barco velho e pacato, e, ao contrário, a bordo dêle começasse já a manobra aflitiva e extrema do arriar das chalupas, o herói germânico, satisfeito e seguro, achou que tudo ia bem, julgou inútil gastar cartuchos ou torpedos; mandou subir à tolda um caixote de dinamite com o seu rastilho preparado, e gritou para baixo, às máquinas, a ordem lacónica e valente de avançar.

Emquanto o submarino se encostava quasi ao navio inimigo, via-se correr a bordo dêste, com uma criança nos braços, uma pobre mulher que parecia louca de terror. E a sua loucura era tão manifesta, e tão exacta a sua pontaria, que a certa altura parou súbitamente de correr, ergueu os braços em que segurava o inocente, e atirou com êle para dentro da escotilha maior do submarino.

— ¡Pum! gritou o menino ao cair. Ao cair e ao estoirar, na sua qualidade de bomba bem construída e bem mascarada de menino. E o submarino alemão também fez *¡pum!* reben-tando. E a bordo do velho barco pacato várias peças, disfarçadas até ali sob inocentes medas de palha, faziam *¡pum!* *¡pum!* sôbre os restos do submarino. E a «Victoria Cross» brilha a estas horas, com tôda a justiça, sôbre o peito do valente marinheiro inglês, que tão bem repre-sentou, a bordo do pobre chaveco de inofensiva aparência, o seu fecundo papel de mãe aflita. . .

SEGUNDA PARTE

PORTUGAL EM CAMPANHA

I

A NOVA DEUSA

Janeiro, 1915.

OS homens que em Portugal suprimiram o nome de Deus de todos os papéis do Estado e tentaram também afastá-lo de todo o convívio com os cidadãos, obedeciam a um instinto seguro de governantes, quando entraram a despertar o gosto bélico da nossa gente, falando em aumentar a marinha de guerra, animando as subscrições populares destinadas à compra de aeroplanos, e consagrando uma atenção mais seguida às coisas do exército.

Todo êsse esforço naufragou, como era de prever, na inércia ou no ridículo. Mas isto não quer dizer que êle fôsse insensato: significa apenas que o bom momento ainda não tinha chegado.

Aparentemente os brinquedos da guerra ficam melhor nas mãos de um rei que procura insta-

lar ou manter a sua dinastia, que nas de uma república apostada em trazer aos homens libertos os mimos do trabalho fecundo, da ordem civil, da paz, da justiça e da fraternidade. Mas, no fundo, quem governa, e mais ainda quem começa a governar, descobre bem cedo que a sociedade não pode subsistir, desde que os indivíduos deixam de sentir a necessidade do sacrifício, e perdem a noção de que vieram ao mundo mais para dar, que para receber. E como o Paraíso e o Inferno estão fechados ou despoçados; como a Revolução, para atingir o poder, minou e derruiu a crença nos castigos e prémios de uma vida futura; como Deus foi expulso do Estado, não por ser inútil, mas, ao contrário, porque era um dos poderes mais úteis e mais fortes do Estado inimigo e anterior: — é preciso inventar outra coisa, é preciso substituir sem demora, para segurança e prosperidade da nova Ordem, a velha e extinta fonte de humildade, de sacrifício e de abnegação.

Convém por isso que os homens que já não acreditam em Deus, acreditem na Guerra; que acreditem nela para a temer e para a desejar, como dantes acreditavam no Inferno e no Paraíso. Convém penetrá-los profundamente do sentimento de que ela existe e vigia, divindade terrível e bem-fazeja, sempre pronta a

tirar-lhes aquilo que possuem, ou a dar-lhes aquilo que cobiçam.

O culto da Guerra fêz a Alemanha tão forte, que ela se julgou invencível. A idolatria da Paz enfraqueceu a Inglaterra e a França nos últimos vinte anos, precipitando-as no Socialismo, que é a negação do espírito de sacrifício e a adoração herética dos gozos e molezas desta vida.

Muitos republicanos portugueses supõem que a história de Portugal começa, não em Afonso Henriques, mas em Afonso Costa. Alguns monárquicos dizem: «; Antes Afonso XIII, que Afonso Costa! » Poderiam talvez harmonizar-se as divergências, assentando em que todos estes Afonsos teem o seu lugar.

Um livrou-nos do Moiro em nome de Deus. Outro livrou-nos de Deus em nome da Liberdade. O terceiro, ou décimo terceiro, bem aproveitado como papão de meninos turbulentos, poderia livrar-nos da «liberdade», em nome da Conservação. Poderia substituir para uso nacional o Deus que Deus haja e dar-nos, com o mêdo à Invasão e à Escravidão, o espírito de solidariedade e de sacrifício que Deus nos foi levando, à medida que deixávamos de acreditar nêle.

II

MUITOS PARABÉNS

Fevereiro, 1915.

PASSOU no dia 27 de Janeiro o aniversário natalício de S. M. o Imperador da Alemanha e o govêrno português, na forma do costume, mandou apresentar os seus cumprimentos officiais à respectiva legação. É de supor que, paralelamente, o ministro de Portugal em Berlim tenha ido à chancelaria imperial praticar *ex officio* o mesmo acto congratulatório.

Um ou dois jornais de Lisboa admiram-se disto e estranham esta troca de cumprimentos affectuosos, no mesmo instante em que nas fronteiras luso-germânicas da África se estão dando ou teem dado incidentes sangrentos, dos quais já resultou a morte de cêrca de duzentos portugueses e de outros tantos alemães. Mas não há que objectar, visto que Portugal e a Alemanha conservam, apesar de tudo, as suas boas relações normais, como prova a permanên-

cia em Berlim do ministro de Portugal, e vice-versa. Poder-se-ia estranhar que estes dois funcionários não tivessem ainda recebido os seus respectivos passaportes e abandonado os seus postos. Uma vez que isso não aconteceu e que êles continuam, pelo contrário, a exercer os seus cargos, estranhável seria que se abstivessem da função diplomática mais fundamental e mais inofensiva, que é a de dar e receber parabéns.

Não se pode dizer que os legisladores portugueses tenham o galope fácil, quando se trata dos negócios da paz; mas, para a guerra, não os há mais apressados, como prova a moção que o Parlamento aprovou logo na primeira semana das hostilidades europeias, e pela qual Portugal ficava obrigado a intervir imediatamente nos campos de batalha do Noroeste, ao lado dos Ingêses e contra os Alemães. Nessa altura, e depois, o Imperador da Alemanha foi muito maltratado do alto da nossa tribuna parlamentar. Mais tarde publicou-se na fôlha oficial um decreto de mobilização, que não era mais do que a troca em miúdos da moção bélica votada em Agosto. Tudo isto parecem actos de clara hostilidade; mas nada disto existia diplomáticamente, visto que a Alemanha não preguntou, nem em Berlim, nem em Lisboa, o que tôdas aquelas cóce-

gas queriam dizer. Quanto aos Portugueses mortos em África, parece que Portugal quis saber da Alemanha se aquelas mortes tinham sido efectuadas com intenção desagradável, ao que a Alemanha respondeu que não podia responder, porque os Ingêleses lhe tinham cortado os fios e assim a impossibilitaram de entender-se por perguntas e respostas com as autoridades locais. De modo que os conflitos africanos também não teem existência official; os Portugueses que Deus haja estão diplomáticamente vivos e sãos; e de tudo isto resulta que as relações entre os dois países são, como diria o embaixador Bernardino Machado, de perfectíssima cordealidade.

Assim, comprehende-se perfectamente que S. M. o Imperador da Alemanha tenha sido affectuosamente felicitado no dia dos seus anos, em nome não só de todos os Portugueses vivos, mas também dos que morreram em África, e para êste efeito se encontram de perfeita saúde.

III

OS CORONÉIS PACATOS

Abril, 1915.

CURIOSA coisa é a política!
Desde que estalou a guerra europeia tem ocupado o poder em Portugal três ministérios diferentes, sendo os dois primeiros formados de ministros na maioria civis ou paisanos, e o último, o actual, quasi todo composto de militares. Pois os dois anteriores gabinetes eram redondamente intervencionistas e bélicos, ao passo que o de agora, presidido por um general e luzido de vários coronéis e almirantes, dá a todo o país a impressão desafogada e confortável de ser pela abstenção e pela paz.

Quando os destinos do país eram dirigidos pelo dr. Bernardino Machado, um homem que tira o chapéu a si mesmo, se não encontra mais ninguém à mão de cumprimentar; e que beija as criancinhas na rua, e nos seus discursos só

fala em amor — o Govêrno mandava circulares aos governadores civis, encomendando-lhes manifestações populares a favor da guerra; os seus jornais pediam a prisão em massa de tôda a colónia alemã; e quem ousasse dizer, muito a mêdo, que ir à guerra não é o mesmo que ir às hortas, era imediatamente acusado de espião do «Kaiser» e de traidor à Pátria.

Muito menos ferozes que o seu govêrno, os Portugueses estavam divididos em duas grandes categorias, igualmente incapazes de compreender os motivos por que a cordealidade universal do sr. Bernardino Machado se transformara de repente numa tão belicosa figadalidade anti-germânica: o povo iletrado, que nunca dantes ouvira falar em «Alamões», não percebia que o mandassem fazer guerra aos «Alamões»; a minoria pensante, guiada pelos boatos que corriam nas ruas e em seguida foram trepando às redacções da opposição, explicava o furor bélico do govêrno com motivos desconhecidos de consolidação da República, de candidatura à presidência, de grandes operações financeiras e de tremendos negócios de fornecimentos. Alguns, mais eruditos, viam reproduzidos agora, por uma implacável fatalidade histórica, a nossa triste situação internacional de um século antes, quando o incompetente Luís Pinto de Sousa

Coutinho, para consolidar a monarquia absoluta contra a invasão das doutrinas revolucionárias de França, se dava ares de capitanear a reacção monárquica europeia, oferecendo alianças, intervenções, auxílios militares, à Inglaterra e à Espanha, que lautamente se riam dele, acabando por desprezar, explorar e ludibriar um país tão mal representado...

Felizmente o govêrno militar veio pôr cõbro a estes tristes pensamentos, e ao espectáculo ainda mais triste que os suscitava. Pode ser, ainda, que Portugal tenha, para sua desgraça, de entrar na guerra europeia. Mas já não dá, como no tempo dos governos paisanos, a impressão de ir para a guerra como quem vai para a pândega; e ao menos tem assim mais direito a que lhe agradeçam os sacrifícios que haja de fazer.

IV

LÍNGUA COMPRIDA E VISTA CURTA

Outubro, 1915.

UM padre espanhol, nem mais nem menos que o arcebispo de Tarragona, acha lamentável o espectáculo que dá a Espanha, com as suas *filias e fobias* em face dos dois partidos beligerantes; e considera-o um dos piores sintomas da indisciplina social que lavra no seu país. Em vez de manifestar-se em palavriado vão por uns ou por outros, a Espanha devia preparar-se em silêncio para qualquer eventualidade, porque, acrescenta o prelado: «É preciso que nós possamos, ao menos, defendermo-nos a nós próprios, visto que não poderemos contar com o auxílio de ninguém. Há-de ser na hora da paz, na hora das compensações, que o perigo nos baterá à porta, sobretudo se nenhum dos beligerantes actuais ficar totalmente esmagado. E se temos de ir para a

guerra, devemos reflectir que o dividendo a colher há-de estar na razão directa do capital que tivermos empregado. »

Não é só na Espanha que se está fazendo, há um ano a esta parte, uma formidável guerra de tropas. Outros países que ainda teem menos tropas do que ela entreteem-se com o mesmo jôgo, mais perigoso que inútil, de indispor e irritar um dos partidos, sem prestar ao outro qualquer serviço apreciável. Ali vomita-se contra a Alemanha uma incessante metralha de discursos officiais ou officiosos; além insulta-se e provoca-se diáriamente a Inglaterra em artigos de fundo e arengas de comício; e como o paiol das munições retóricas nunca se esgota, e como a Inglaterra e a Alemanha teem neste momento mais que fazer do que replicar ao tiroteio que se trava com as línguas destravadas — continua o brinquito indefinidamente.

Quem muito fala, acerta pouco e não faz nada. Quem faz guerra com a língua lembra o cão que ladra e não morde. Perde tudo em prestígio, e nada ganha em precaução. Debilita-se moralmente, porque só alardeia uma coragem duvidosa; agrava a sua fraqueza material, porque gasta em gritos de guerra energia e tempo que devia aproveitar em preparos para ela. E quando chegar a hora das compensações, de

que fala o prelado de Tarragona, as compensações que lhe couberem hão-de ser justas, mas desagradáveis. Se vencer o amigo, o amigo dirá que nada lhe traz, ou que até precisa, para arredondar contas, de tirar-lhe um pouco do seu; e que danse agora, já que na hora crítica nada mais fêz que cantar. Se o triunfo couber ao inimigo, o inimigo pagar-se-há fartamente, em fazendas e rendas, dos insultos e más vontades que aliás nenhum mal lhe fizeram.

Mal vai aos fracos que não sabem ser fracos. Mal vai, em tempo de guerra, aos que teem língua comprida e vista curta.

V

O PESSIMISTA

Outubro, 1915.

O RA aí vai o que me disse ontem um pessimista de óculos negros, tez lívida e sobrecasaca escorrida:

— Isto já está no princípio do fim, meu caro amigo. Cá dentro temos a incurável desordem, resultante da inadaptação da quási totalidade do país ao govêrno que nos deu a vitória da minoria demagógica. Temos a anarquia a substituir a disciplina das fôrças antigamente organizadas — exército, marinha, polícia — e agora pervertidas pelos sucessivos apelos à violência revolucionária. Temos um *deficit* de 38:000 contos para nove meses de gerência financeira, digno espelho da incompetência administrativa, agravada pela falta de ordem e de paz, pelo retraimento nacional, pela crise geral da Europa e pela inépcia da nossa política de relações. Temos a vida mais cara, cada vez

mais cara, como consequência natural da grande guerra e da pequena inteligência dos governantes...

— ¿E lá fora? perguntei eu. ¿Imagina que os outros estão melhor? ¿Apetece-lhe porventura emigrar?

Mas a minha interrupção não serviu para cortar ao homem o fio das ideias negras. Pelo contrário:

— Lá fora, continuou êle, temos a Espanha rica, próspera, unida, ajuizada, providente. ¿Sei de fonte limpa que estava há dias no Terreiro do Paço, em missão especial e confidencial, um official francês, que passou um mês inteiro no vizinho reino, a ver, a estudar, por conta do seu govêrno, os preparativos militares que tem feito à socapa o govêrno espanhol! E o que êle viu é que a Espanha terá pronto e adestrado, dentro de poucos meses, nada menos de um milhão de homens, meu caro amigo ¿O que quer a Espanha? ¿Gibraltar? ¿Marrocos? ¿Portugal? Ninguém o sabe. Mas sabe-se positivamente que a Inglaterra não tem tempo para nos defender, que o ministro de Espanha é quem hoje reina em Lisboa, e que o nosso ministro da Guerra, vendo a impossibilidade de organizar a defesa regular contra a invasão, já mandou vir de Inglaterra 36:000 pistolas, para armar o povo. Ima-

gine o que serão 36:000 pistolas em Lisboa, com o bacalhau a 440...

Correu-me um arrepio pela espinha, e tratei de mudar de conversa. Perguntei ao homem pela mulher e pelos filhos, a ver se acendia um pouco de claridade no negrume daquela alma. Mas o homem não desbotou. A mulher precisava de mudar de ares. O pequeno mais velho, que entrou agora no Liceu, ficara-lhe o mês passado por um dinheirão, em propinas e livros. Para a rapariga era preciso comprar um piano, ou sejam cento e tantos mil réis de uma vez só — despesa urgente, porque a Lilita fizera os oito anos em Agosto, justamente a idade em que os dedos começam a endurecer. E a vida está caríssima, e o emprêgo de segundo oficial do ministério do Fomento é muito mal pago, e os evolucionistas empataram no Senado a reforma de serviços que abria no quadro umas poucas de vagas prometedoras...

Compreendi então que, se a reforma de serviços tivesse passado nas duas Câmaras, Portugal ficaria desde logo um país bastante apresentável.

VI

NEUTRALIDADE E BELIGERÂNCIAS

Novembro, 1915.

QUANDO a guerra europeia estalou e o parlamento português decretou a participação na Guerra, ao mesmo tempo que o ministro de Portugal em Berlim e o da Alemanha em Lisboa se conservavam ambos nos seus postos (tal qual ainda agora acontece), não faltou quem rabujasse contra esta atitude, ou quem troçasse dela. Chamou-se-lhe até, por um fácil remoque ao primeiro ministro de então, que era o dr. Bernardino Machado, uma situação de *neutralidade cordeal*. Os críticos ou trocistas, estavam nessa altura convencidos de que na guerra, como na antiga educação feminina, só havia a tomar uma das duas posições absolutas, opostas e dilemáticas: casar ou meter freira; ser neutro sem mistura, ou ser beligerante com clareza.

Nessa altura ainda não tinham entrado em função a Itália e a Turquia. Metidas na guerra, e metidas a fundo, estavam apenas, além da Sérvia e da Bélgica, as três grandes potências periféricas do Tríplice Entendimento e os dois grandes impérios centrais da antiga Tríplice Aliança. E os neutros do Sudeste da Europa — Italianos, Turcos e Balcânicos — conservavam-se ainda na fase feliz em que eram senhores das suas simpatias, ou das suas inimizades.

Com a entrada da Itália tudo mudou: fechou-se o período da nitidez, e abriu-se o da confusão. A Itália deu-nos a conhecer a beligerância relativa, atacando a Áustria sem romper decisivamente com a Alemanha, fazendo à própria Áustria poucô mais que uma guerra de cócegas, e hesitando ainda agora em se aliar, na defesa da Sérvia, aos seus próprios aliados. A Bulgária negociou ao mesmo tempo com os Germano-Turcos e os Franco-ânglo-russos; enfiou depois ao lado daqueles; e ninguém sabe a esta hora, começando por ela própria, se os seus soldados não receberão ordem, um belo dia, para fazerem meia volta, ou volta inteira, e começarem a atacar quem estão defendendo e a defender quem estão atacando. A Grécia é aliada da Sérvia, com a cláusula expressa de intervir por ela contra a Bulgária; mas fica no em-

-tanto neutral entre as duas, agora beligerantes; e ao mesmo tempo que se mantém oficialmente neutra em face da Alemanha e da Áustria, permite e coadjuva até o desembarque, em portos seus, de expedições militares anglo-francesas, que vão combater os Alemães e os Austríacos.

Convençam-se disto: os Estados pequenos, os próprios Estados secundários, não são neutrais ou beligerantes a seu gosto: são aquilo que podem ser, e às vezes sabe Deus se eles próprios sabem o que é que são. A soberania ou a independência dos países fracos é já em tempo de paz uma triste ficção; quando vem a guerra, passa a ser uma mentira trágica.

VII

VÔVÔ «TIMES»

Fevereiro, 1916.

APESAR de ser mais novo uns setecentos anos do que Portugal, o *Times* continua a tratar Portugal como um bom velhote trata uma criança travêssa. O seu artigo de fundo de 8 de Janeiro, *Portugal e a guerra*, é outra prova disto, e bem característica. O tom geral é agradável e carinhoso para a nossa terra, de quem ali se diz que *nenhuma outra nação se declarou tão sincera e espontâneamente a favor dos Aliados*, e a quem se anima com a declaração final de que a aliança entre os dois países, no longo curso da sua longa história, *nunca foi mais cordeal e mais capaz de um fim útil, do que é hoje em dia.*

Mas, entre estas duas festinhas que o *Times* nos faz na cara, como velho avô a netinho buliçoso, há alguns reparos em que a ironia se mistura deliciosamente com a bonomia e que

outro educador mais severo transformaria com certeza, de palmadinhas suaves nas faces, em ásperas surras noutras bochechas.

Conta-se de um Inglês grado de Lisboa, já muito conhecedor de todos os segredos da nossa linguagem, que negava com inteira segurança a possibilidade da intervenção portuguesa na guerra; e a alguém que uma vez insistiu, alegando as declarações oficiais e os preparativos já feitos, respondera tranqüilizador: — Tudo isso... é para Inglês ver.

O *Times*, pelo contrário, acredita em nós — apesar do génio enredador com que os nossos governantes teem baralhado um jôgo que podia e devia ser mais franco. Mas chama-nos paternalmente ao sentimento das realidades, função por excelência patriarcal e amiga:

«O projecto da remessa de uma fôrça expeditionária à Flandres (diz êle) teve de ser abandonado, não por falta de zêlo portuguez, mas porque, ao cabo dos primeiros movimentos de entusiasmo, se descobriu (*it was discovered* é delicioso!) se descobriu que o exército não estava preparado e o tesouro não dispunha de reservas.»

Mais adiante chama o *Times Côrtes* ao nosso actual Congresso parlamentar, o que tanto pode significar esquecimento de que entre nós se

deu há cinco anos uma Grande Revolução — como a impressão comodista de que lhe não vale a pena mudar, como nós, o nome às coisas imutáveis. O *Times* fala das Côrtes para dizer que o snr. Afonso Costa confirmou diante delas o propósito declarado pelos chefes de governos anteriores, de se manter fiel à aliança inglêsa e cooperar com a aliada por todos os meios possíveis. « Mas (diz êle) ao mesmo tempo que a preparação para a guerra avulta no programa do snr. Afonso Costa, encontra-se nêle mais alguma coisa (*there are other things beside*). » Entre essas *outras coisas* cita o *Times para exemplo* êste pouco: Reforma das finanças públicas; refundição da organização judiciária, da polícia e do sistema colonial; melhoramento do ensino e da administração local; reorganização da indústria, do comércio e da agricultura; desenvolvimento das pescarias e da marinha mercante; estabelecimento de seguros por conta do Estado. » E como êste programa junto ao da preparação para a guerra, lhe parece um tudo-nada grandioso, o *Times* comenta: « A tarefa que o snr. Afonso Costa tomou confiadamente sôbre os ombros chegaria para ocupar o génio de um Pombal que tivesse atrás de si um povo unido. Hoje, infelizmente, os Portugueses estão divididos, a não

ser num ponto.» E não diz em qual. Mas diz o bastante para nós percebermos (se formos capazes disso) que o nosso avôzinho se ri um pouco da nossa mania, comum a tôdas as crianças, de quereremos fazer exactamente o que vemos fazer à gente grande.

VIII

PORTUGAL E A GUERRA

Fevereiro, 1916.

TODOS os portugueses que lerem os estudos do snr. conselheiro Luís de Magalhães sôbre *Portugal e a Guerra* fecharão o livro sob a agradável impressão de terem sido finalmente instruídos de uma forma clara e sincera sôbre assuntos que tanto lhes interessam. Até aqui temos fatigado os nossos olhos e o nosso cérebro no duro esforço de ler e de compreender, a êste grave respeito, os artigos de fundo dos jornais republicanos, as reproduções de discursos de deputados e ministros, os opúsculos de diplomatas mais ou menos envolvidos na nossa actual política externa. E, *post tot tantosque labores*, ficamos altamente admirados, primeiro, de não percebermos patavina; segundo, da habilidade que todo êsse pessoal dirigente desenvolve para enredar e ensarilhar cada vez mais a pretendida

explicação de factos que êles de certo conhecem perfeitamente, e, pelos modos, não querem ou não podem pôr a limpo diante do país.

¿Donde virá — e para onde irá? — êste evidente afan de complicar para ocultar? ¿Que é que se oculta, e para que é que se oculta? ¿Porque é (citando apenas uma das grandes incógnitas) que Portugal ignora ainda a estas horas se foi a Inglaterra que lhe pediu uma expedição de tropas e a dispensou depois, como afirmam as entarameladas notas oficiais e officiosas; ou se foi o govêrno portuguez que ofereceu essa expedição espontâneamente, como diz o *Times* com absoluta clareza?...

A gaguez official é de mau agoiro. Quem anda bem fala claro; e não há nada que mais facilmente se entenda e transpareça, do que uma consciência limpa de tenebrosas maquinações futuras ou de pesadas culpas no passado. ¿Que fizeram de mal, que projectam de mal, aqueles que não sabem explicar-se bem?...

Todo o Portuguez é patriota, embora muitos o não saibam ser. Mas os Portugueses que governam teem de ser *acima de tudo* patriotas, e teem de o ser com sciência e consciência. Se as suas explicações não explicam e as suas aclarações nada aclaram, o país inteiro tem direito a suspeitar que nas esferas dirigentes se

sobrepuseram ao patriotismo interêsses, conveniências, ambições ou ilusões, que deveriam ficar muito abaixo dêle.

Compreende-se que o rei da Grécia e os estadistas gregos, sentindo as labaredas da Guerra a aproximarem-se das suas fronteiras, tivessem perdido a cabeça e estejam há meses, estiracados em sentidos opostos pelos dois partidos em luta, a meterem cada dia mais os pés pelas mãos. Portugal, providencialmente afastado até agora dos grandes focos do sinistro, podia e devia ter uma situação franca, simples e clara.

IX

A NOTA E A FÍFIA

Março, 1916.

A NOTA entregue pelo barão de Rosen, ministro da Alemanha em Lisboa, à Chancelaria portuguesa, e da qual resultou o estado de guerra entre Portugal e o Império Germânico, contém inexactidões e ofensas que eram inúteis. Eram inúteis, mas tornaram-se prejudiciais ao próprio interêsse alemão inteligentemente compreendido, e constituem, porisso, outros tantos erros de psicologia diplomática, a somarem-se com mil outros que os dirigentes e representantes do Império teem cometido, com inacreditável abundância, há perto de dois anos a esta parte.

A maior ofensa, e ao mesmo tempo a mais inútil que o govêrno alemão fêz a Portugal, ao nosso povo e à nossa raça, foi o dizer que nos consideramos vassalos da Inglaterra, incluindo assim na sua exposição de factos, que devia ser

solene, meditada e serena, uma indelicadeza cujos efeitos hão-de por força voltar-se contra êle próprio.

O primeiro efeito imediato à própria impertinência, ou simultâneo com ela, é a revelação de um mau humor impulsivo e raivoso, que, pelo simples facto de existir, diminui a Alemanha e exalta Portugal. Se nós somos pequenos e ela grande; se somos fracos e ela forte; se somos desprezíveis e ela esplêndida — o seu ofensivo rancor, denunciado na injúria de vassallos que nos lança, diminui a sua grandeza, enfraquece a sua força e ensombra o seu esplendor, porque mostra que, apesar de pequenos, fracos e desprezíveis, conseguimos irritá-la e, portanto, feri-la. Da própria Alemanha, e pela sua própria iniciativa, nos vem assim a consciência de que não somos tão pequenos, tão fracos e tão desprezíveis, na realidade, como se diz na nota alemã. E essa consciência basta para tornar Portugal mais forte, moral e portanto materialmente, do que êle é porventura; menos desdenhável com certeza, do que êle mesmo possa sentir-se, nos seus momentos de dúvida, de pessimismo, de falta de confiança em si.

Há dois patriotismos em cada pátria: um, ingénuo, irreflectido e impulsivo; outro, frio, consciente e raciocinador. Ambos são úteis e

mais do que úteis, necessários, porque um ao outro se completam, fortificam e fecundam. Mas os seus motivos são tão diversos como os seus movimentos. E a sua junção, que torna possíveis e fáceis os maiores milagres, é, por isso mesmo, difícil.

Com aquela ofensa somou e soldou a Alemanha, em Portugal, o patriotismo cego e o patriotismo de olhos abertos. A um cegou-o mais contra ela, ofendendo-nos. A outro abriu mais os olhos, desmanchando-se.

X

LUSITÂNIA

Março, 1916.

DIZ-SE que a Alemanha tomou a mal a requisição dos seus navios pelo governo português, não porque o facto, em si, a surpreendesse ou lesasse grandemente, mas para dar um exemplo, para escarmemento de outros, para evitar que mais alguns Estados neutros, na Europa e na América, se aproveitassem também de mais importantes e mais numerosos navios alemães que estão refugiados, inúteis e ociosos, nos seus portos.

Se assim é, mais uma razão para que a Alemanha, embora rompendo e opondo energia à lesão, se coïbisse, na sua nota, de insultar Portugal.

Insultando Portugal, o Império Germânico esqueceu-se, pouco amavelmente e pouco patrioticamente, do Brasil. E era o Brasil, de-certo, que a Alemanha queria sobretudo amedrontar e

amarrar, lembrando-se dos preciosos interesses de tãda a ordem que ali tem, e da comunidade de língua, de raça, de temperamento e até de circunstâncias económicas ocasionais, que aproximam e irmanam Portugal e Brasil.

Quer dizer: a Alemanha lembrou-se, mas esqueceu-se logo, de que o Brasil e Portugal se parecem como dois irmãos. Lembrou-se de que falam a mesma língua, quando receou que o Brasil, em luta com iguais dificuldades económicas, aproveitasse, como nós, os navios que apodrecem nos seus portos, sem servirem a ninguém. Esqueceu-se de que falam a mesma língua, quando lançou sôbre o nome português um insulto que o Brasil ia entender melhor que nenhum outro povo no mundo, e entender para todos os efeitos: primeiro, para sentir a injúria e sofrer com ela, no orgulho de uma raça que em sua consciência se não sente vassala de ninguém, porque sabe o muito que tem feito, e adivinha o que ainda é susceptível de fazer; — segundo, para tirar imediatamente da fúria alemã a sua consequência lógica: que o golpe foi certo, que a ferida é grande, e que o ferido se sente impotente para a vingança.

Tudo isto entendeu e ouviu o Brasil, porque a Alemanha gritou feio e forte de mais. A esta hora, de norte a sul da União, milhares de Por-

tugueses e milhões de Brasileiros estarão sentindo que a nota alemã foi meditada e dirigida, ao mesmo tempo, e na mesma dose, para todos êles. E só aqui e ali, nas ilhotas de germanismo de Santa Catarina e Paraná, de onde os próprios documentos das eleições federais chegam ao Congresso redigidos em alemão — se não compreende talvez que o *Lusitânia* pôde ser metido a pique por um torpedo germânico, mas que a Lusitânia flutua, e flutuará.

¿NAVIOS, OU REPARTIÇÕES?

Março, 1916.

HÁ uma frase vulgar, mas profunda, nas declarações que o snr. Teófilo Braga fez a um redactor do *Comércio do Pôrto*, quando a Alemanha se declarou em estado de guerra com Portugal.

O eminente pensador, tendo começado por dizer que a Alemanha ateou uma guerra tremenda e não lhe compreende agora as consequências, estabelece sôbre esta base as seguintes impecáveis deducções: « Não há povo no globo que não experimente os efeitos da medonha conflagração. A miséria bate a tôdas as portas; a vida social perturba-se e os governantes sentem-se impotentes para dominar a situação. Nestas circunstâncias, *cada qual deita a mão ao que pode.* »

É evidente. A vida encarece, a população nacional estava ameaçada de fome, e os navios

alemães immobilizados no Tejo, faziam crescer água na bôca a um país em crise de transportes marítimos. Cada qual deita a mão ao que pode, como diz muito bem, trivial e filosoficamente, o snr. Teófilo Braga. Antes dêle já o chanceler do Império Alemão, o snr. Betmann-Hollweg, tinha estabelecido, para justificar a invasão da Bélgica, a mesma lei suprema, de que a necessidade não conhece leis.

Mas não basta deitar a mão: é preciso que a cabeça e o braço saibam e possam aproveitar, depois, aquilo que a mão apanhou. Portugal deitou a mão à Índia, e muito bem. Essa mão chama-se Afonso de Albuquerque e, infelizmente, pelos tempos, factos e homens que depois vieram, mostrou-se que ela não era seguida, como convinha, de um braço e de uma cabeça dignos daquela forte mão e daquele nome glorioso.

Súbita e terrivelmente, deitou a Alemanha também a mão à Bélgica. Mas o braço e a cabeça do seu Estado Maior General não tiveram força, ou não tiveram jeito, para chegar, pela conquista da Bélgica, à submissão imediata da França e, assim, à vitória fulminante e completa.

Para deitar a mão, basta ter mão. Dificil é conservar, aproveitar, fazer luzir e render o que nos caiu nas unhas. Portugal confia, agora, que a Política faça com os setenta navios uma admi-

nistração de boas intenções e boas manhas, no bom sentido antigo. E que os setenta barcos alemães sejam bem aproveitados, política, militar e economicamente. Que êles naveguem depressa, trazendo-nos pão para as nossas bôcas, força e prestígio perante os nossos aliados. Que à violenta apreensão suceda uma prudente e sábia administração. Que o país sinta e saiba, sem demora, que deitou a mão a setenta navios que lhe faziam falta, e não a setenta repartições públicas, que já tinha de mais.

XII

VIRTUDES LATINAS

Abril, 1916.

“**P**ORTUGAL fará até o fim o seu dever e tenta, num esforço considerável, reorganizar a sua marinha e o seu exército. Não tem intenção de oferecer o seu concurso armado aos seus grandes aliados; mas, se esse concurso fôr necessário, o exército português seguirá imediatamente para o pôsto de confiança que lhe fôr designado e Portugal não parará no caminho de sacrificios, traçado pela França e seus aliados. Pelo contrário; o nosso país saberá lutar e sofrer, contribuindo com todos os seus esforços para a defesa da independência dos povos e para a vitória da justiça e da civilização.»

Tais são as palavras com que o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal definiu a posição e a atitude do govêrno e do povo português na guerra actual. Essas palavras foram

proferidas numa entrevista concedida ao conselheiro municipal de Paris, Mr. Lajarrige, e apareceram publicadas no *Petit Parisien*. Devem ter feito, creio eu, excelente impressão em todos os que as leram, porque são calorosas, transpiram sinceridade e, izentas de todo o espalhafato, equilibram nobremente a decisão com a modéstia.

Sinto um consolador prazer patriótico em verificar que a língua oficial do meu país sabe por vezes fazer-se ouvir em justa e exemplar afinação. E já que estou em maré de solidariedade moral e intelectual com o espírito dirigente da causa pública — situação saborosa e rara para um filósofo retraído e caturra — quero aproveitar êste bom ensejo para dar o meu insignificante voto de louvor ao dr. Sidónio Pais, ministro de Portugal em Berlim na difícil ocasião do rompimento, pela sua digníssima atitude depois dêle e durante a viagem de regresso até Lisboa.

Assaltado no caminho e sobretudo em França, por jornalistas sequiosos de informações relativas ao estado interno da Alemanha, soube o diplomata português guardar para o seu govêrno as confidências que por ventura tinha a fazer-lhe a tal respeito, e não saiu, nas entrevistas sucessivamente concedidas na Suíssa e em Paris, de

uma reserva discreta, reveladora de fortes qualidades de carácter. Soube assim resistir à humana tentação da popularidade sonora; preferiu ser correcto a ser brilhante; foi leal e cavalheiro para com o próprio país inimigo; representou dignamente e honrou, portanto, o nosso nome e a nossa terra.

Tudo isto são talvez, para muita gente, pequeninos requintes de forma. ; Mas, somos nós Latinos, apenas para nos gabarmos de que o somos, ou para exercermos, sobretudo nas grandes horas, as virtudes da correcção, do equilíbrio, da nobreza formal e da compostura latina?...

XIII

PORTUGAL E INGLATERRA

Maio, 1916.

HÁ contradição muito sensível entre a maneira como a beligerância portuguesa foi oficialmente explicada em Lisboa, e os termos em que se lhe referiram parlamento, govêrno e imprensa de Inglaterra.

O ministro dos negócios estrangeiros de Portugal leu à Câmara dos Deputados uma nota da legação britânica, onde se instava, «*em nome da aliança*, para que o govêrno da República fizesse requisição *de todos os navios inimigos* surtos em portos portugueses, que serão utilizados *para a navegação comercial* portuguesa, e também entre os demais portos que se determinarem por acôrdo entre os dois governos.»

Cinco dias depois de lido em Portugal êste documento diplomático inglês, *sir* Eduardo Grey, em nomé do Primeiro Ministro então doente, apresentava à Câmara dos Comuns, em 15 de

Março, a sua declaração sôbre as origens e conseqüências do estado de guerra entre Portugal e a Alemanha; mas não fazia qualquer referência à instância do govêrno inglês para que Portugal requisitasse *todos os navios inimigos*.

Os grandes jornais ingleses, *Times* à frente, no mesmo número em que inseriam o texto da nota inglesa lida no parlamento português, comentavam em artigos editoriais a nova beligerância; e, longe de atribuírem qualquer importância ao referido documento e até de, sequer, aludirem à sua existência — consideravam expressamente a requisição dos navios como acto espontâneo do govêrno português, e espontâneo não só na sua essência, senão também nas circunstâncias de tempo e modo que o acompanharam. O *Times* felicitava Portugal pela decisão e coragem com que procedera, *sabendo que o seu acto o conduziria fatalmente à guerra com a Alemanha*; e louvava, como prova de inteligência diplomática do nosso govêrno, a *escolha do momento* em que os barcos germânicos foram requisitados, coincidente com a entrada da guerra do Oriente Africano Alemão numa fase em que a nossa colônia de Moçambique já não tinha a recear as conseqüências do furor teutónico.

Esta sensível contradição entre as versões

portuguesa e inglêsa do conflito, ou das suas origens e circunstâncias, não escapou naturalmente às pessoas, numerosas em Portugal como em tôda a parte, que em tudo e por tudo veem negro. Pensou-se, exprimiu-se e creio até que se publicou, a suspeita de estar assim a Inglaterra, pelos seus órgãos oficiais e officiosos mais autorizados, a sacudir desde logo a água do seu capote, sem se dar o justo valor àquilo que verdadeiramente o tem, que é o fecho da declaração do chanceler inglêz: «Portugal pode estar certo de que a Gram-Bretanha e os seus aliados lhe prestarão todo o auxilio de que possa carecer.»

*

* *

Instando com o nosso govêrno para que requisitássemos *todos os navios inimigos* surtos nos nossos portos, não quis a Inglaterra obrigar-nos a cometer êsse acto, mas unicamente significar, por forma autêntica e incontroversa, que êle tinha a sua aprovação e o seu apoio de aliada. A aprovação e o apoio da Inglaterra tinham a maior importância política, sobretudo interna, porque ofereciam às autoridades portuguesas uma sólida base de resolução, em face não só do seu próprio sentimento das responsa-

bilidades, mas também do reflexo de tão grave iniciativa sobre a opinião pública nacional. É evidente que o governo português não podia nem devia dar um passo de largas consequências internacionais, de mais a mais no actual momento, sem o aviso, o conselho, a aprovação da Inglaterra. Se além de aviso, de conselho e de aprovação, houve também instância, quer dizer: insistência, — esta insistência significa que o governo português soube ser cauteloso, armando-se de um elemento de justificação não só política, mas também histórica, pelo qual deu a si próprio, ao seu acto e ao seu país, mais força moral e portanto mais direitos perante a Inglaterra e a aliança inglesa.

Recebida a instância do governo inglês por intermédio da legação britânica, o governo de Portugal ficava livre para dar-lhe, ou não seguimento; para dar-lho logo, ou mais tarde; para lho dar, como entendesse, no todo, ou em parte. E dessa liberdade usou, como os factos demonstram, requisitando apenas os barcos alemães, e não os austríacos, quando a instância britânica abrangia todos os navios inimigos.

*

* *

Não há, creio eu, outra maneira digna, jurídica e diplomática, de interpretar as peças do processo. É a atitude do govêrno e da imprensa inglêsa, aprovando o nosso procedimento, assegurando-nos todo o seu apoio, e deixando-nos ao mesmo tempo na posição de quem actuou livremente e assumiu por completo as responsabilidades do acto livremente praticado — corresponde à verdade intrínseca dos factos e é, sem dúvida, a mais correcta e a mais honrosa que poderíamos desejar.

¿É, por outro lado, a atitude mais hábil e a mais política? Está claro que sim, porque nos apresenta aos olhos e aos espíritos dos outros neutros como um neutro que, sem mêdo ao prestígio das armas alemãs e sem esperar que as eventualidades da Guerra se definam e esclareçam, não hesitou em tomar partido dentro da fornalha.

E êste é que é, sem contestação possível, o sentido da nossa beligerância. Estamos nela, porque queremos estar, e não porque a Inglaterra no-la intimasse, como a vassallos seus. Se a sua instância fôsse uma ordem, nada mais

fácil do que resistir-lhe: bastaria resignarmo-nos a que ela entrasse no Tejo e levasse os barcos alemães, o que aliás seria mais cómodo, embora menos digno, do que sujeitarmo-nos às contingências de uma guerra tremenda, que a Alemanha promete vencer para esmagar os que ousaram contrariá-la.

XIV

À MERCÊ DE DEUS

Maio, 1916.

COMO tudo esquece depressa!
Em fins de 1911 o ministro dos negócios estrangeiros da Gram-Bretanha, Eduardo Grey, falava assim, num discurso oficial:

« Diz-se na Alemanha que a nossa política tem por princípio atravessar-se no caminho da expansão alemã. Na minha opinião a política mais sensata para a Inglaterra estará em alargarmo-nos o menos possível em novas direcções no Continente Africano. Há, sem dúvida, certas partes da África, limítrofes das possessões inglesas, e especialmente da União Sul-Africana, onde não podemos admitir que quaisquer territórios passem a mãos diferentes das nossas. *Se, porém, outras grandes alterações se produzirem na África, e se elas puderem operar-se por meio de negociações, de uma forma amigável; se a*

Alemanha, fechando arranjos amigáveis com outros países, conseguir alargar-se na África, nós, Inglaterra, não nos atravessaremos no seu caminho. E eu creio que seria esta uma política muito sensata para aquele país.»

Mas não eram só os liberais, como *sir* Eduardo Grey, que indicavam amigavelmente à Alemanha o caminho da expansão africana por acôrdo (é evidente) com Portugal. O *snr.* Bonar Law, *leader* da opposição conservadora, falava assim, em seguida ao ministro:

« Não queremos atravessar-nos diante das legítimas aspirações da Alemanha e nunca *nos* mostraremos desejosos de pôr embargos aos seus esforços para se tornar uma nação maior do que já é. O nosso desejo não é alargar o império que temos, mas sim organizá-lo. »

No mesmo tom e na mesma ordem de ideias falou depois o primeiro ministro, Mr. Asquith, dizendo, entre outras coisas, o seguinte: « Não desejamos embaraçar o caminho de qualquer potência *que ande em busca de um lugar ao sol...* »

No dia seguinte disse *lord* Morley, na Câmara Alta: « Teem razão aqueles que afirmam que a Alemanha, pelo seu alto e positivo padrão de competência, pela pureza e excelência da sua administração, pelos seus admiráveis esfor-

gos e grandes vitórias em todos os ramos da ciência, pelo carácter do seu povo e pelo sentimento do dever que o distingue — por todos estes motivos, *a Alemanha pode e deve aspirar aos mais altos destinos*. E nós não devemos esquecer isto.»

Mais concreto ainda, porque tinha menos responsabilidades, foi, por essa mesma época, um dos mais influentes publicistas da Inglaterra de então, o famoso W. T. Stead, que mais tarde veio a morrer no horroroso naufrágio do *Titanic*: «No fundo de tôda a controvérsia anglo-germânica está a necessidade absoluta que tem a Alemanha, com o seu enorme comércio e a sua segunda marinha de guerra da Europa — de uma base naval *entre Kiel e os Camarões*. A sua tentativa de pôr pé na ilha da Madeira *foi contrariada pelos Portugueses*, auxiliados pela Inglaterra, que nesse momento esteve pronta para uma acção decisiva, *chegando a cassar tódas as licenças concedidas à marinha de guerra...*»

Destas sucessivas transcrições de velhas palavras que o vento já levou, vê-se agora com nitidez que a verdadeira causa da guerra foi o cheque alemão no caso de Marrocos; que os estadistas inglêses procuravam consolar a Alemanha e evitar a guerra, aconselhando-a a en-

tender-se com Portugal, para se compensar na nossa África, excepção feita de Lourenço Marques, considerado como herança jacente e preciosíssima da União Sul-Africana.

E o conselho foi seguido sem demora, pelo que respeita a Angola, tendo tido bom princípio de execução, de acôrdo com o govêrno republicano português do snr. Afonso Costa, com o seu famoso decreto *da porta aberta* e a remessa de uma importante missão de técnicos alemães à nossa África Ocidental. Pelo que respeita à base naval entre Kiel e os Camarões, que devia compensar o outro cheque alemão na Madeira (foi o caso dos sanatórios de Hohenlohe) não parece ter passado da cabeça officiosa do pacifista Stead para as esferas oficiais; mas basta abrir um atlas, para se ver onde existem no Atlântico, entre Kiel e os Camarões, as posições mais... disponíveis.

Os grandes efeitos são obra, ¡ quantas vezes! de muitas causas pequeninas. E vice-versa. Pode dizer-se que um dos pequenos efeitos da grande guerra foi o adiamento da partilha do império colonial de uma pequena nação europeia entre dois grandes do mundo.

¡ Por quanto tempo? *Deus super omnia*. E quando digo *Deus*, é evidente que me não refiro a Wotan ou Donner, mas ao deus de Ouri-

que, que os nossos historiadores liberais e os nossos políticos ateus se teem esforçado por matar, mas que apesar disso foi conseguindo durar, até agora, sete séculos.

XV

PREGUNTA DE ALGIBEIRA

Maio, 1916.

EM 17 de Novembro de 1913 publicava o *Diário do Govêrno* português um decreto que abria as fronteiras económicas da nossa província de Angola à energia do comércio alemão. O impôsto de trânsito de 3 0/0 *ad valorem* sôbre as mercadorias entradas pela zona aduaneira marítima, e o de 1 1/2 0/0 para as importações estrangeiras pela fronteira terrestre — eram golpes terríveis à indústria portuguesa e à própria navegação nacional. Angola ficava assim pouco menos de escancarada à invasão económica do Estrangeiro, tanto monta dizer: do Alemão; e por isso aquele diploma logo foi baptizado pelos industriais do norte de Portugal, ameaçados de falência, com um nome que sintetizava os seus justos receios: *o decreto da porta aberta.*

Mas não era êste o único sintoma alarmante

da absorpção económica do nosso vastíssimo domínio, empreendida pela Alemanha e legalizada pelo govêrno de Portugal. O caminho de ferro em construção do Lobito à Catanga, emprêsa onde avulta o capital inglêz, estava sendo namorado de muito perto pela finança imperialista de Berlim, tentacular e absorvente. E quando a guerra estalou em 1914, poucos meses depois da revelação dêstes dois claros indícios de «penetração pacífica», encontrava-se já em Angola uma missão de engenheiros alemães e portugueses, pronta a estudar vários problemas de aproveitamento e progresso das terras angolenses.

¿Em que sentido e em favor de quem se realizaria êsse aproveitamento e êsse progresso? A esta pergunta responde, com especialíssima autoridade, o actual ministro da Guerra de Portugal, na proclamação que recentemente dirigiu ao nosso exêrcito. Segundo êle, a atitude da Alemanha para connosco, já muito anterior ao rebentar da guerra na Europa, visava *a absorpção do nosso comércio, o açambarcamento dos nossos mais ricos produtos do Continente e das colónias, e a usurpação dos nossos vastos domínios coloniais.* ¿Nem mais nem menos! E noutro ponto da sua proclamação o snr. ministro da Guerra afirma ainda que *os Alemães teriam feito,*

em fins de 1914; ou principios de 1915, uma incursão em Angola, para se apoderarem dos distritos de Mossâmedes e da Huíla.

Eis aqui o que nos teria acontecido em África, se a Alemanha não houvesse encontrado, em Agosto de 1914, emprêgo muito mais interessante a dar à sua fôrça, nos campos de batalha da Europa.

Não ousamos perguntar ao snr. ministro da Guerra da República se foi o Acaso ou a Divina Providência, por intermédio da Nossa Senhora da Conceição, antiga Padroeira do Reino, quem livrou a República da tempestade que ameaçava Angola.

XVI

DILEMA

Maió, 1916.

NÃO conheço nada mais fraco do que a diplomacia das nações fortes. E, se no fundo é natural que a sua fôrça as dispense de cultivar e praticar a manha, a verdade é que há momentos e circunstâncias em que os fortes se enfraquecem por não serem manhosos.

Muito se tem dito em tórno da insuficiência da diplomacia alemã. Mas há outras nações que não são mais fracas do que a Alemanha, e cuja manha diplomática nem sempre se tem revelado mais forte que a dela.

Pouco antes de rebentar a guerra europeia, estava a Alemanha preparando a usurpação dos vastos domínios coloniais de Portugal no Oeste Africano. Assim o declarou recentemente em documento público e solene o ministro da Guerra, partidário dos mesmos homens políticos

portugueses que, por decretos e outras providências de sua iniciativa, tinham aberto as alfândegas de Angola à importação alemã, e permitido e coadjuvado uma significativa *visita de estudo* de engenheiros alemães à mesma cobiçada província ultramarina.

Não podem razoavelmente explicar-se por impatriotismo ou traição essas facilidades concedidas ao apetite germânico por um govêrno do mesmo partido que agora presidiu à declaração do estado de guerra com a Alemanha. É preciso, ao contrário, supor, ou que êsse govêrno teve de ceder a pressões directas da chancelaria imperial, ou que, falhado outro apoio mais leal e menos perigoso, se viu forçado por necessidades, económicas e financeiras, a aceitar, mau grado seu, a influência teutónica.

Em qualquer dos casos, ¿o que fazia entretanto a diplomacia da Inglaterra, tão interessada em seguir com atenção êsses negócios, quer do ponto de vista fraternal de velha e fiel aliada, quer do ponto de vista egoísta de rival e concorrente da Alemanha?

De duas uma: ou dormia a sono solto — aquele mesmo sono de pedra que permitiu a criação e o formidável crescimento da marinha de guerra alemã — ou fechou os olhos, acordada, às manobras dos agentes germânicos,

como cúmplice do programa liberal de pacifismo, de entendimento, de abdicação, de suicídio inerte e passivo, em face da expansão do maior rival, concorrente e inimigo da Inglaterra.

XVII

FALA O CHANCELER

Maio, 1916.

DESPROVIDO de jornais alemães, que há muitos meses não aparecem em Portugal, tenho aqui duas versões, uma inglêsa e outra suíssa, do último discurso proferido pelo snr. Bethmann-Hollweg, chanceler alemão, perante o parlamento do Império.

Foi a primeira vez que o chefe responsável supremo da política externa da Alemanha, porta-voz da vontade imperial, se referiu à beligerância portuguesa, pelo menos em oração de grande gala e numa revista geral dos acontecimentos da Grande Guerra. E daí o interêsse que as palavras do chanceler teem neste momento para nós.

Traduzindo o mais literalmente possível a versão do *Journal de Genève* de 7 de Abril, foi êste o rebuçado que nos distribuiu o snr. Beth-

mann-Hollweg: «Vimo-nos obrigados a declarar guerra a Portugal. Os snrs. deputados tiveram conhecimento da longa série de violações da neutralidade de que aquele país se tornou culpado. *O roubo dos nossos navios, cometido com desprezo do direito de asilo, encheu por fim tôdas as medidas.* Portugal procedeu sob pressões da Inglaterra. E esta última deu assim uma nova demonstração da sua forma amável de proteger os pequenos Estados.»

Na versão inglêsa (*Times* de 10 de Abril) êste mesmo trecho do discurso de 5 aparece divergente da versão suíssa apenas num único período, que é aliás o mais importante — aquele que acima, por isso mesmo, sublinhamos. O *Times* traduz assim: «O roubo dos nossos navios, *afrontosamente cometido com acompanhamento de salvas (firing of salutes)* encheu por fim tôdas as medidas (*was the last straw*).»

É lamentável que as versões dos dois autorizados e cuidadosos jornais divirjam exactamente no ponto mais melindroso, e que, de mais a mais, as duas reproduções divergentes sejam ambas bastante verosímeis. Ficaremos por isto sem saber, ao menos por em-quanto, se foi a forma, se a essência do acto português, que mais indignou o chanceler. Quanto à sua classificação, essa é, nitidamente, de *roubo*, nas duas

traduções (*vol, robbery*), e mais uma vez nos demonstra como o mesmo ou idêntico acto pode ter nomes diversos e opostos, segundo o lado por que se encara, a bôca de quem o baptiza e até segundo a hora e o sítio em que se fala dêle.

Na sua nota ao govêrno português e até na comunicação officiosa que entendeu fazer da beligerância luso-germânica, não chamou o govêrno alemão *roubo* a um acto parecidíssimo com o que a Itália praticou exactamente com barcos alemães, sem que a Alemanha julgasse oportuno declarar-lhe guerra; e diferente do *roubo* do café brasileiro apenas nisto: Portugal comprometeu-se espontâneamente a pagar sem restrição de tempo o valor dos navios, ao passo que a Alemanha se recusa a pagar antes de finda a guerra o valor do café.

Falando agora ao povo alemão, entendeu o chanceler do Império carregar a nota e dar à requisição dos navios alemães pelo govêrno português um nome mais feio do que êste acto lhe mereceu pouco depois de praticado, quando psicòlogicamente se justificariam melhor, pela surpresa, quaisquer excessos de linguagem.

Por esta pequenina amostra se mede o tom de sinceridade de todo o discurso, que o socialista Haase várias vezes interrompeu aos gritos

de *Hipocrisia!*. Foi uma nova emissão de *gases asfixiantes*, destinada a paralisar por mais algum tempo a opinião pública de um país já farto de guerra.

XVIII

NAVIOS QUE NAVEGAM

Maio, 1916.

NÃO foi sincera, além de não ter sido justa, a classificação indelicada que o chanceler do Império Alemão, no seu discurso de 7 de Abril perante a Dieta, deu ao facto da requisição dos navios alemães pelo govêrno portuguez. E a prova está no próprio estado em que todos êsses barcos foram encontrados: falta de manifestos de cargas, falta de inventários de bordo, falta de planos das máquinas e até de peças essencialíssimas ao seu funcionamento. Datavam alguns dêstes estragos de muitos meses, tendo sido, portanto, feitos numa época em que ainda nem sequer se falava na eventualidade da requisição.

É evidente que os capitães dos navios não procederam por sua livre iniciativa à sonegação de documentos e ao empastelamento de máquinas. Se assim praticaram, receberam sem

dúvida conselho ou ordem nêste sentido. E se o govêrno alemão lhes tinha aconselhado ou ordenado que fizessêem todo o possível para incapacitar os navios, é claro que esperava e até descontava, como acto legítmo ou natural, de guerra ou de administração, o aproveitamento dêles pelo govêrno português.

Não rima, pois, com todos êstes precedentes de previsão e preparação, o indignado e deselegante nome que o chanceler deu, no seu discurso, ao acto que êle próprio previa e contra cuja execução útil se preparava sàbiamente.

Certo é que todos os setenta navios alemães, com uma ou duas raras excepções, estavam incapazes de navegar, quando o govêrno português tomou conta dêles. Certo é também que os estragos feitos em peças essencialíssimas do maquinismo tinham por fim evitar a utilização dos vapores por muito tempo, se não até indefinidamente. Disto mesmo se gabaram alto e bom som os respectivos tripulantes, em entrevistas que tiveram, com redactores de jornais espanhóis.

Mas parece que se enganaram redondamente. Alguns dos barcos apreendidos estão já funcionando; e afirma-se que a quási totalidade dêles começará a navegar, ou a poder navegar, ainda no decurso dêste mês. Apesar da falta dos pla-

nos das máquinas, operários portugueses, em oficinas portuguesas, distintamente dirigidas por engenheiros portugueses, trabalharam dia e noite, com tanta dedicação e tanta inteligência, que o milagre técnico operou-se, e muito mais depressa do que tinha calculado a douta Alemanha.

Oxalá que os factos venham breve confirmar esta boa nova, para novamente ficar provado que a nossa gente pode, quando quer.

XIX

QUIONGA

Maio, 1916.

IMPROFÍCUEMENTE procurei agora entre os meus papéis velhos — *mare magnum* condensado numa casa pequena — o artigo que há vinte e dois anos escrevi, quando a Alemanha impôs a Portugal a cedência da baía de Quionga, alegando direitos que os próprios e doutíssimos mapas alemães contrariavam. O de Lüddeck, por exemplo, impresso em Gotha em Novembro de 1892, em terceira edição, aqui está diante de mim, atribuindo à nossa província de Moçambique tãda a costa entre o cabo Delgado e a foz do Rovuma, e considerando assim portuguesa a contestada baía.

Certo é que ficamos sem ela. E eu, que estava então na Alemanha, mandei para um jornal do Pôrto o meu lamento de português,

sob a forma de um artigo a que pus êste título fúnebre: *Missa de requiem por Quionga*.

Nunca supus, em vinte e dois anos, e até há poucos dias, que aquele pequenino domínio voltasse à posse do seu pequenino dono. Pouco tempo antes de chegar de África a boa notícia da reconquista, dizia um oficial português, dos mais altamente colocados, e mais fervorosos partidários da nossa guerra com a Alemanha, que o território de Quionga era pequeno, pobre e não valia o esforço da reivindicação militar. Já depois de retomada a famosa baía, o ministro da guerra de Portugal declarou à comissão de populares que o foi felicitar: — A retomada de Quionga é caso de pequena monta.

Pode ser que sim; mas tem o valor de um bom agoiro, e veio duplamente a propósito. Quionga era, primeiro, a única parcela do nosso haver que a Alemanha havia arrancado à nossa fraqueza; não é mau, portanto, nem tão insignificante como isso, para nós e para os estranhos, que o Acaso nos tenha proporcionado sem demora a única desforra que nos devia. E, depois, tendo a Alemanha tomado a iniciativa de nos declarar a guerra, também é agradável, e até mesmo elegante, que fôssemos nós, e não ela, quem marcou a primeira carambola.

¡Que esta boa estreia não seja desmentida

pela marcha ulterior dos acontecimentos! E que eu possa entoar um *Te-Deum* definitivo, em acção de graças pela perdurável ressurreição da nossa Quionga, e para eterna errata da *missa de requiem*, por mim rezada há vinte e dois anos.

XX

IMPUREZA DE SANGUE

Junho, 1916.

A INQUISIÇÃO queimou muita gente; mas o que de-certo a tornou repugnante e execrada por todos os séculos dos séculos foi o ter queimado muitos netos pelo crime de longínquos avós. Condenar e matar as criaturas pelo sangue que trazem nas veias, e que lá não foi metido por elas, é uma ferocidade que excede a competência das feras e que só o bicho-homem, carniceiro requintado e sábio, poderia inventar ou praticar.

O decreto de 23 de Abril último autoriza o govêrno portuguez a expulsar do território nacional todos os portugueses de *ascendência alemã*, e só lhes permite residir de ora avante na sua pátria, mediante uma autorização especial, que *será sempre precária, limitada a determinados pontos, e sujeita à fiscalização das autoridades.*

Podem ficar assim condenados a uma situação vexatória, ou ser até exilados, excelentes portugueses, só porque teem no tronco ou num galho longínquo da sua árvore genealógica alguma esquecida bisavó alemã.

O filho de Alfredo Keil é suspeito, apesar de seu pai ter sido o autor do hino nacional português; a viuva do grande democrata Rodrigues de Freitas é suspeita, apesar do grande nome que usa. D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos é suspeita, apesar dos serviços prestados à nossa literatura e não excedidos por nenhum português dos quatro costados. E, como êstes, são suspeitos de felonias e traição, por impureza de sangue, centenaes de Portugueses que nunca viram a Alemanha, nem conhecem uma palavra de alemão, nem se lembraram da sua remota origem alemã, até que a lei excessiva veio recordar-lhes a sua qualidade de *portugueses-novos*, como há quatro séculos o esbirro inquisitorial endereçava à fogueira os desprevenidos e inocentes *cristãos-novos*.

Está muito bem que nos defendam do patriotismo alemão, que é infatigável e ameaçador; mas convém que a guerra à Alemanha se não transforme em guerra civil — e guerra civil decretada e realizada pelo Govêrno — o que fatalmente sucederia, se esta legislação defen-

siva violentíssima viesse a ser executada com violência ofensiva.

Enforçar os traidores, fuzilar os espiões, são officios duros, mas necessários — tão necessários no século XX, como eram há cinco ou seis mil anos. Vexar e perseguir Portugueses bons, innocentes e patriotas, pelo mero *crime* da impureza de sangue — seria outra prova de que a Europa vai recuando à medida que a guerra se prolonga, para uma nova e mais insuportável Idade-Média.

XXI

«¡ODEIA O INIMIGO!»

Junho, 1916.

CONTOU-ME um médico da Junta de Saúde do Ultramar êste caso recente: Apresentou-se para ser inspecionado um soldado da África Ocidental, de cuja papeleta constava que já tinha feito três comissões e queria mudar de situação. Mal o homem se perfilou diante dêles, viram os médicos logo que as costas de ambas as mãos estavam horrivelmente deformadas por duas enormes entumecências que lhes triplicavam a espessura normal e pareciam prolongar-se pelo braço acima.

— ¿Foste vítima de algum desastre? — perguntou um dos vogais.

— Saiba v. ex.^a, meu capitão, que eu sou um dos que estavam em Naulila. Mas ainda mexo bem os dedos, graças a Deus.

E o soldado fêz seguir a acção à palavra, no

empenho de mostrar a inteira validade dos membros deformados. Depois, interrogado pelos superiores, relatou com simplicidade todo o drama do assalto alemão inesperado — a explosão das munições no fortim, as dezenas de homens estendidos mortos, os seus próprios ferimentos mal curados na confusão da retirada e na penúria de meios ou condições de tratamento regular.

— Já tens a tua conta, disse um da Junta, rude, mas comovido. Podemos e devemos mandar-te para casa, com a tua reforma bem ganha...

— Com perdão de v. s.^a, não é isso o que eu quero, interrompeu vivamente o herói obscuro e simples.

E muito a custo, acanhada e entrecortadamente, torturando o barrete com as mãos estragadas, de olhar no chão como se estivesse a reclamar exorbitâncias ou a confessar delitos graves, o humilde soldado de África lá conseguiu arrancar à modéstia do seu coração e à rudeza da sua língua a explicação difícil do seu desejo: o que êle ambicionava era partir agora para Moçambique, visto que em Angola já não há Alemães — e molhar a sua sopa a valer, desta vez, e vingar o aleijão das mãos com as próprias mãos aleijadas...

E a Junta fez-lhe a vontade, e o homem lá vai, ou lá foi, sem retórica, mas sabendo muito bem ao que vai e o que quer.

Aqui está um que não precisou de ler a circular em que s. ex.^a o ministro da Guerra ordena burocráticamente às tropas que *odeiem o inimigo*. E aqui está uma história bem pequena e bem simples, mas mais capaz, talvez, de fazer bons soldados neste momento, do que trinta mil discursos eloqüentes e idiotas que o povo ouve de bôca aberta, mas de alma impenetravelmente cerrada ao entendimento de que o verdadeiro inimigo seja o *Alamão*, bicharoco ainda menos seu conhecido do que o *alifante* ou o *trigue*.

XXII

DESUNIÃO IBÉRICA

Junho, 1916.

NA minha qualidade de *Portuguesito valiente*, consolei-me a ler as impressões colhidas pelo jornalista espanhol snr. João Pujol na sua recente visita a Badajoz.

O snr. João Pujol andou pela Rússia, pela Polónia, pela Hungria e pela Sérvia, como correspondente de guerra do *A B C*, e é portanto um dos raros paisanos europeus que se gabam de ter visto bem, e bem de perto, a guerra actual. É um homem que sabe da poda, e em quem a gente se pode fiar, nestes palpitantes capítulos da táctica e da estratégia modernas.

Pois o snr. João Pujol percorreu a fronteira de Badajoz, farejou o que se passa no nosso grande acampamento de Tancos, e soltou um grito de alarme que ainda a estas horas ribomba pelos planaltos de Castela :

« Mobilizaram-se várias divisões em Portugal. Concentraram-se perto da nossa fronteira. Estão munidas de material moderno. A região fronteira tão espanhola — Extremadura, Salamanca, Zamora — encontra-se aberta; e por ela podem entrar no coração da Península não só os Portugueses, como aqueles que os incitem, auxiliem e lancem contra nós. Sôbre a linha férrea que vem de Lisboa a Badajoz, há pelo menos duas divisões lusitanas, munidas já de todo o material moderno e concentradas no acampamento de Tancos. Em menos de três horas poderiam essas fôrças estar na fronteira espanhola. E com os elementos de que em Badajoz se dispõe, se uma divisão inimiga se apresentasse diante da praça com boa artilharia, não haveria meio de resistir-lhe nem sequer umas horas... »

Em seguida, visiona o distinto jornalista espanhol os campos de Badajoz, com as suas riquezas naturais de rebanhos, cereais e frutas, ocupados também pelas tropas portuguesas; e assim justifica as censuras que dirige ao governo de Espanha, por não ter satisfeito as requisições militares apresentadas pelo general Weyler, chefe do estado-maior central, para se colocar em condições de pôr um dique à invasão portuguesa...

Pelo seu lado os nossos jornais, traduzindo e comentando com mal disfarçado desvanecimento, os receios eloqüentes do snr. Pujol, põem affectação visível nas palavras com que imaginam tranqüilizar a apavorada Espanha.

E assim se entreteem, sem perigo de maior para êles e para o mundo inteiro, o espanhol quichotesco e o *portuguesito valiente*, sempre às bulhas um com o outro, como irmãos inseparáveis e eternas crianças que são.

XXIII

ANTES ASSIM QUE PIOR...

Julho, 1916.

O SCILAR eternamente entre as criptocracias antinómicas e antipáticas do Jesuitismo e da Carbonária; possuir dezoito vinténs de rendimento e ser multado *ipso facto* pelo snr. Afonso Costa em cinco mil escudos anuais; acordar cada madrugada aos gritos estentóricos de um cauteleiro que berra quanto quer e quando quer, porque é irmão de um polícia e tio de um revolucionário civil; pagar as batatas pelo preço das pérolas e o pó de carvão pela tarifa do oiro em pó; ser pôsto na fronteira espanhola em vinte e quatro horas, porque na raíz mais profunda da nossa humilde couve genealógica a Inquisição de 1916 foi descobrir que um nosso longínquo avô era filho de um boche: — tudo isto é ser Português e tudo isto é bem desagradável. Mas ser Arménio, francamente, não é muito melhor.

A «carreira» de Arménio, que já era, desde muitos anos antes da Guerra, das mais árduas e desagradáveis, tornou-se agora rápida e terrível. Que o digam as pobres criancinhas de Trebizonda e redondezas, nascidas por Agosto de 1914, e que outro dia, com um ano e pico de idade, foram empregadas às centenas para alvo das espingardas dos Turcos fugitivos e desesperados.

Ser Belga, como se tem visto, é sinónimo de se ficar sem a terra, sem o dinheiro, sem a casa e sem a pele. Ser Polaco parece ainda menos tentador, porque equivale a ser-se lambido e varrido sem descanso pelo vai-vem de ferro e fogo das ondas russas e alemãs. Ser Grego é ver-se a gente metido numa prensa cujas plaças, riçadas de ameaças que rangem ou forradas de promettimentos aliciadores, não deixam de apertar e esborrachar. Ser Romeno é ouvir constantemente ao ouvido direito: «¡ Dou-te a Bessarábia!» e ao ouvido esquerdo: «¡ Dou-te a Bucovina!» — sabendo a gente muito bem que tóda esta generosidade bilateral esconde a ânsia de fazer o nosso sangue espirrar aos borbotões para ambos os lados. Ser Búlgaro é aquela inconfortável delícia de deitar a unha ao bem alheio, aguada pelo pavor de poder-se ser dentro em pouco batido e roubado pela polícia. Ser

Suíso é precisar, para viver, de carvão alemão e de trigo francês, e um belo dia encontrar para acender o lume, um *ultimatum* alemão, e para comer com a manteiga, um *ultimatum* francês...

Pelo sim, pelo não, isto de ser Português ainda não é (por em-quanto) tão mau como parece. Os morticínios civis são quási tôdos uma forma especial de eloqüência, que só mata da bôca para fora. E a pancadaria externa, ensina-nos a História que, quando chega ao nosso cantinho distante, já vem cansada de malhar nos outros...

XXIV

O NOSSO RETRATO

Julho, 1916.

O *Journal de Genève* mandou um seu correspondente a Lisboa, para estudar a acção reflexa da guerra europeia sobre o povo português. Convém registrar a sua primeira impressão de chegada:

« A multidão, lenta e distraída, não tem já sequer um olhar para êste céu quási doce de mais, para êste belo rio de um azul opaco. O próprio tempo conta muito pouco. Não é fatalismo: é uma tranqüilidade estranha, quási aflitiva, como se a vida não fôsse aqui senão um velho hábito, que já nem vale a pena discutir. Hereditariedades mouriscas e crioulas; indiferença de um povo de viajantes e marinheiros acostumado a catástrofes e aventuras, ou de pessoas a quem bastam os pequeninos acontecimentos de cada dia; influência do clima, e sobretudo dêste ar morno e um pouco pesado. . . »

Não sei bem se há consonância, se contradição, entre estas primeiras impressões do jornalista suíço, e as que êle nos comunica numa correspondência posterior, ao estudar e relatar a atitude do nosso povo em face da Guerra. Aí diz êle que em tôdas as classes verificou os mesmos sentimentos de entusiasmo, decisão, desinterêsse, solidariedade com os aliados, confiança na vitória e no futuro.

¿Então, afinal, em que ficamos? ¿Fatalistas, sonâmbulos, marroquinos enfronhados na contemplação das próprias babuchas, distantes e alheados da tragédia europeia? ¿Ou beligerantes convictos, decididos, entusiásticos?...

Certo é que o observador estrangeiro põe em acentuado relêvo, quando nos descreve pela sua segunda maneira de ver, que o nosso povo, à excepção de uma insignificante minoria, está na guerra, e está contente; mas, interrogado sôbre as vantagens que dela espera tirar, responde sempre:

— Isso é o menos... Depois se verá...

¿É aqui que êle encontra de novo a sua primitiva impressão de modorra, de inconsciência e de sonambulismo? ¿É nessas respostas vagas e evasivas que êle vê confirmado o seu diagnóstico inicial de um povo calejado para tôdas as aventuras e para tôdas as catástrofes?

Nosce te ipsum — dizia o outro, que naturalmente nem sequer sabia quem êle próprio era, e só assim se compreende que aconselhasse à Humanidade uma sabedoria tão difficil de adquirir.

A gente olha para o espelho, e êle conta-nos de cada vez uma história diferente, quando não nos ensina no mesmo momento as coisas mais diversas e contraditórias. Depois vem um photographo lá dos quintos da Suíssa, de propósito para nos tirar o retrato, e eis-nos de todo às aranhas...

Felizes os indivíduos, e os povos, que uma vez se convenceram de que são lindos — e nunca mais pensam nisso. Não há melhor filosofia, nem melhor fotografia.

XXV

¡ENGOLE OS TRAIADORES! ¡MASTIGA OS ESPIÕES!

Julho, 1916.

TODOS os dias certos jornais portugueses esbanjam com abundância os epítetos de germanófilo, vendido, espião e traidor. E todos os dias eu penso, ao lê-los, que, para em tudo sermos crianças, até nos deu para reproduzir em tempo de guerra a velha historieta do menino excessivamente fantasista que gritava sem razão: «¡O lobo! ¡O lobo!...», só para se divertir com o açodamento inútil dos pastores.

Quem acreditasse na fantasia dêstes jornalistas esquentados, estranharia *ipso facto* a inacção da polícia e das autoridades militares, que ainda (que se saiba) não processaram nem fusilaram ninguém por traição ou espionagem. Mas os que vêem um pouco por cima da criança e da fantasia tem sua razão para temer que êste esban-

jamento cotidiano e normal dos títulos de traidor ou de espião seja altamente útil ao negócio dos poucos espiões autênticos e dos raríssimos traidores que de-certo haverá em Portugal.

Os políticos são grandes consumidores de palavras; e dos políticos portugueses pode dizer-se, sem sombra de favor, que o dicionário inteiro, sobretudo nos seus verbetes mais rascantes, não lhes chega para a cova de um dente. Já sabemos como em tempo de paz se conventionou, para satisfação de todos, que cada ministro de Estado e cada grande funcionário fôsse, pelo menos, um burro e um ladrão. Em tempo de guerra convirá talvez reflectir na vantagem de guardarmos as grandes palavras para as grandes ocasiões, a fim de não desmoralizarmos o ouvido do público, a ponto de algum dia, ao gritar-lhe muito a tempo e muito a sério que um espião ou um traidor vai a escoar-se por meio d'êle, o encontrarmos inabalavelmente surdo, indiferente e risonho. Mas também pode acontecer (e bem depressa, pelo jeito que levam as coisas) que três milhões de portugueses acabem por atirar-se patrioticamente aos três milhões restantes, com o excelente propósito de salvarem a pátria da traição e da espionagem.

Depois disto, poucos restariam de nós para

praticarem o acto final e conseqüente: entrega solene do molho de chaves da nossa independência a S. M. o Imperador da Alemanha, ou a qualquer enviado seu. Batido em Tsuchima o almirante Rodjestvensky, desataram os Russos de S. Petersburgo aos vivas ao japonês Togo, vencedor daquele. E é assim que acabam sempre os povos desunidos e desvairados: suspeitosos de si próprios, traidores a si próprios, lá vem o dia em que só lhes resta dar vivas ao inimigo vitorioso.

OPERÁRIOS PARA FRANÇA

Agosto, 1916.

CONSTA haver chegado a Lisboa um delegado do govêrno francês, que vem contratar em Portugal grande número de operários para o fabrico de munições em França. E diz-se que serão precisos dez mil para as primeiras necessidades.

Aí está uma forma de cooperação militar com que o nosso país poderá fàcilmente contribuir para a vitória dos Aliados, e que, sendo-nos fàcil, nem por isso é menos importante do que o subsídio directo de núcleos combatentes portugueses. Com isto prestamos às potências occidentais valioso serviço, pois bem sabido é que os operários inglêses não chegam positivamente para as encomendas, e que a França já em tempo de paz supria nas regiões industriais o seu *deficit* de homens com braços italianos, belgas, austríacos e alemães, abastecendo-se

assim em fontes que a Guerra esgotou por motivos diversos, mas convergentes.

Mas não se julgue nem diga que êste concurso, que se figura simples, deixa de constituir da nossa parte um belo e muito grave sacrifício à causa comum. Depauperados já pela emigração, pelo desaproveitamento dos braços femininos, e agora pelas exigências da guerra colonial, como da preparação para a guerra europeia, a nossa lavoura, a nossa indústria e a nossa economia geral vão sofrer com isto uma depressora sangria.

Convém, pois, ao presente e ao futuro de Portugal, que os nossos governantes, demasiado propensos nestes últimos tempos a amesquinhar, pelo delírio de honras e grandezas, a importância da nossa contribuição em dinheiro, energias e sangue, saibam pôr no devido relêvo, com discreção e dignidade, a importância real do que damos e perdemos. Mas convém sobretudo aproveitar o momento e a lição, para reflectirmos todos na urgência de aproveitar melhor o nosso precioso capital de homens. Já muitas vezes tenho prégado, mas sempre no deserto, êste sermão patriótico: Somos muito poucos para a vasta missão que ainda nos está reservada na Terra. Somos ainda menos, agora, do que quando um escasso milhão e meio de

Portugueses descobriu, conquistou e começou a povoar e a explorar novos mundos. Se realmente e conscientemente queremos que o nome português irradie, temos de ser administradores avaros e cuidadosos do nosso sangue e do nosso número, modestos e sumidos no dilúvio de outros sangues mais frescos e de outros números maiores. Não esbanjemos o homem musculoso e corajoso, como temos feito até aqui, ocupando-o perdulâriamente e até ridículamente em obras a que mais convinha a minúcia, a paciência, a brandura e a delicadeza da mulher. Poupe as nossas fôrças, duplicando-as. Façamos educação, para fazermos economia, auto-cultura intensiva, riqueza, expansão, glória e imortalidade...

XXVII

QUI NON MANDUCAT...

Setembro, 1916.

LÊMOS há dias numa correspondência da África Oriental para o *Comércio do Pôrto* que algumas toneladas de açúcar foram enviadas de Quelimane ou Inhambane para Lourenço Marques, e ao chegarem a esta cidade, viu-se que não eram lá precisas e foram mandadas retroceder, no mesmo vapor, para o pôrto donde tinham vindo e onde se descobriu que estavam fazendo falta.

Numa época de fretes caros e de abastecimentos difíceis não se encontrou mais hábil expediente para resolver naquelas regiões a dupla crise das subsistências e dos transportes. Tirou-se o açúcar de onde era preciso, levou-se para onde ninguém o queria, e pagaram-se dois fretes para o deixar ficar no mesmo sítio. ; Dôce maneira de combinar os fornecimentos de açúcar, e admirável testemunho da perícia

das competentes autoridades, que de-certo lá continuam a esgadanhar o rabecão do govêrno dos povos, quando Deus as fêz para fazerem botas!

Esta bota do açúcar ainda pôde ser razoavelmente descalçada, embora à custa de prejuízos e demoras evitáveis. Mas as circunstâncias insólitas em que se está guerreando esta guerra generalizada e arrastada dão ao problema das subsistências, para os beligerantes e para os próprios neutros, importância gravíssima e dificuldade transcendente, a que deve corresponder, da parte de administradores ou governantes, o mais atilado espírito de honestidade, de organização e de providência. As guerras anteriores podiam ter sido feitas e ganhas por crianças fortes, porque nelas dominava afinal de contas, ou bastava quási sempre, a capacidade de destruir. A guerra de hoje fia mais fino, e se é o povo inteiro e a nação inteira quem a sustenta, como clamam os poetas líricos da Democracia, bom será que entre êsses poetas líricos apareçam alguns homens práticos, aptos a compreender que os povos precisam de ser sustentados para sustentarem a guerra, e que a poesia democrática é alimento menos tónico do que o açúcar, o pão, a carne e o bacalhau.

XXVIII

PORTUGAL BARATEIRO

Setembro, 1916.

O snr. Conselheiro Aires de Ornelas escreveu no *Diario Nacional*, de Lisboa, em fins de Agôsto:

« Quando de nenhuma nação neutra se levantara protesto contra a violação de direito internacional proclamada na invasão da Bélgica, vinha a Palavra Pontificia, na Alocução Consistorial de 12 de Janeiro de 1915, proclamar que a ninguém é lícito, *seja por que motivo fôr*, lesar a justiça. »

Em Outubro de 1914, consecutivamente às violências brutais da invasão e da ocupação alemã, o snr. Bacon, antigo diplomata britânico, e o snr. Th. Roosevelt, ex-Presidente dos Estados-Unidos, alvitravam já o estabelecimento de uma *coligação dos neutros* contra os actos das tropas germânicas e a sua ostentosa justificação pelo governo alemão.

Pela mesma época um publicista brasileiro, o snr. Reis Carvalho, aconselhava os governos das grandes nações americanas — Estados- Unidos, Brasil, Chile e Argentina — a promoverem a reunião de um congresso que *protestasse contra os crimes tudescos e cortasse relações com a Alemanha*. E o dever de acção dos neutros, ou o seu direito à intervenção, baseava-o o snr. Reis Carvalho no facto jurídico de haverem assinado as convenções propostas pela Conferência da Haia, e outras que os Impérios centrais tem transgredido, sem hesitação ou escrúpulo, no decorrer desta guerra.

Rui Barbosa, o eminente jurisconsulto brasileiro, na conferência famosa de Buenos Aires, disse a êste respeito as palavras definitivas, que logo reboaram por todo o mundo:

«Entre os que destroem a lei e os que a observam não há neutralidade admissível.»

«Os tribunais, a opinião pública, a consciência, não são neutros entre a lei e o crime.»

«Em presença da insurreição armada contra o direito positivo, a neutralidade não pode ser a indiferença, não pode ser a insensibilidade, não pode ser o silêncio. Se o fôsse, a obra da Haia não seria sòmente um capricho fútil: seria uma cilada atroz.»

Seria; mas o que é certo é que, apesar das

nobres palavras pontifícias, e de outras, mais concretas, de incitamento à defesa da justiça internacional, todos os neutros da primeira hora que saíram da sua neutralidade o fizeram em nome do interesse, e não em nome da justiça. A Itália, a Roménia, a Bulgária, a Turquia, partiram em guerra para satisfazerem os seus respectivos *irredentismos*, isto é, visando proveitos e conquistas. E a Holanda, a Espanha e as três nações escandinavas preferem evidentemente, a cortar relações com um dos partidos, comerciar e lucrar com os dois. Antes um bom negócio na mão, do que muitas pombinhas brancas a voar...

Quem faz boa figura de D. Quixote, entre tantas barrigas de Sancho Pança, é o nosso Portugal simpático e idealista. Esse é o único que se meteu pela guerra dentro sem dizer quanto queria por isso, e mostrando até, no cuidado com que evitou sair das suas fronteiras de Africa, o empenho de mostrar que só joga a Padre-Nossos.

XXIX

CREPÚSCULO E AURORA DOS DEUSES

Dezembro, 1916.

QUANTAS vezes não temos visto que o homem irreligioso regressa facilmente, quando a Morte o espreita, ao seio morno da Fé! O homem moderno, se não o de sempre, assemelha-se muito neste ponto à criança travêssa, que ri ou nem dá conta dos avisos maternos, e morre a gritar pela mãe inútilmente, ao ver-se nas garras do perigo antevisto e denunciado por ela.

Como os homens individuais, também os povos eram dantes mais religiosos do que hoje. E as nações tinham, como as pessoas, o seu anjo da guarda, a sua mãe ou o seu pai espirituais, que eram os santos seus padroeiros. Portugal acreditou muito tempo, confiado e orgulhoso, que a sua independência nacional lhe fôra anunciada e prometida, num céu de batalha,

pelo divino sinal de uma cruz. O anúncio e a promessa cumpriram-se; a nação nasceu e medrou; o povo emancipado e valente, seguro da protecção de Deus, operou maravilhas de força e coragem, de que êle próprio se espanta ainda hoje. Perdeu-se depois a independência, por pouco tempo. E a nação, que nascera sob o signo das Cinco Chagas, renasceu, agasalhada no manto da Senhora da Conceição.

Mas os tempos mudaram, o raciocínio foi minando os alicerces da fé, e a felicidade humana edificou-se sôbre a sciência, que era o gôzo sábio da Terra e a orgulhosa ignorância do Céu. Até que um dia, doidos de orgulho, os homens, que haviam começado por se rir dos velhos deuses de que eram filhos, furiosos porque êles teimavam em durar, resolveram atacá-los violentamente, assassiná-los de vez, e pôr em seu lugar deuses novos, de criação humana, cerebral e reflectida. Minerva, a Sciência, que nascera da cabeça de Júpiter, revoltava-se contra o pai, e tirava também de dentro do seu crânio uma ninhada divina. A deusa Razão, a deusa Liberdade, e outras, e outros, saíram em procissão ou deixavam-se a adorar nos altares. E em seu nome foram invadidas as igrejas, derrubados os cruzeiros, escarnecidas e desfeitas as imagens dos velhos santos...

Portugal assistiu muita vez, antes da Guerra, a esta perseguição feroz dos deuses antigos pelos novos. Vimos as crianças das escolas republicanas passearem nos cortejos cívicos com pendões coloridos onde se lia a divisa: *Nem Deus, nem Rei*; vimos oficiais públicos registarem cães com o nome de *Jesus Cristo*; vimos o govêrno vender em leilão os símbolos sagrados, e os municípios alugarem as capelas para carvoarias ou tabernas.

¿Será de mau agoiro a tendência oposta, que se nota agora, quando se vêem os poetas *ei-devant* satânicos editarem poemas a Nossa Senhora, ou o *Comércio do Porto* invocar em artigo de fundo a intervenção da Virgem Maria a favor da Pátria, e o próprio govêrno ateu criar uma condecoração militar com o nome religioso de *Cruz de Guerra*?...

O PRESTÍGIO DO EXÉRCITO

Dezembro, 1916.

É SABIDO que as relações entre as novas instituições portuguesas e a velha instituição militar não teem sido das mais cordeais. Pode dizer-se que os republicanos desprezaram o exército, desde a hora do seu triunfo, precisamente pela facilidade com que êle os deixou triunfar. E como, por outro lado, os políticos monárquicos nunca perdoaram à tropa o não ter salvado sòzinha a monarquia que todos ajudaram a perder, o prestígio da officialidade portuguesa, maltratado por ambos os partidos, descera nos últimos anos bastante abaixo de zero.

Pode dizer-se com íntegra verdade que muita gente sentia ou nojo, ou fúria, ao ver na rua um homem fardado e agalado. Pode acrescentar-se com igual certeza que muitos officiais se envergonhavam da sua farda; e se muitos a não

despiram para sempre, como muito lhes apetezia, é que, pobres, não tinham mais que vestir...

A desinteligência da República com o Exército gerou a vigilância infamante dos próprios oficiais generais por ínfimos caciques civis; e a reacção contra estes intoleráveis despropósitos produziu aquele célebre *movimento das espadas*, donde saiu um ministério de coronéis, presidido pelo general Pimenta de Castro. Parecia que a officialidade ia desferrar-se, governando, dos vexames que recebera dos governos; mas, pouco tempo volvido, o ministério da desforra era trágicamente deitado abaixo por uma revolta mortífera, arrastando na queda o malfadado presidente Arriaga e repondo à tona do predomínio político os elementos demagógicos civis, a cujas ordens se espancavam na rua os generais, se transferiam arbitrariamente os capitães, se faziam vigiar nos quartéis os coronéis por sargentos. Mas agora entrava decididamente em jôgo um factor novo e grande: a guerra ao estrangeiro. Dêste exército, cujos chefes se encontravam desprestigiados pela política, a mesma política que os desprestigiara vinha tirar uma grande expedição de tropas destinada a bater-se na Flandres. Era uma obra difficil, e foi feita sem habilidade e sem tacto. Tudo indicava que se confiasse a outras mãos, e tudo permitia

temer que viesse a redundar para o país num desastre moral irremediável.

Mas não. Muito ao contrário disto a tarefa mal encetada e mal entregue está em caminho de excelente realização. O prestígio da officialidade refez-se e aumentou, aos olhos do público de todos os partidos. E em vez do desastre moral que seria lícito prever, tudo tem corrido, não só com honra, mas com brilho, para o bom nome português.

O DEPOIMENTO DO «TIMES»

Janeiro, 1917.

DISSE o *Times* que há em Portugal falta de interêsse pela guerra (*want of interest*) e que essa falta de interêsse é originada em parte numa larga ignorância da situação, e em parte numa certa desconfiança da opinião pública portuguesa para com o governo português. Depois acrescenta que esta falta de confiança é cuidadosamente estimulada e explorada pelo partido monárquico.

Não sei bem o que é que o *Times* subentende na expressão de *falta de interêsse pela guerra*. ¿Quererá êle dizer que a participação de Portugal no conflito não é recebida com entusiasmo pela maioria dos Portugueses? Se é isto, não parece necessário ir buscar a explicação do naturalíssimo fenómeno, nem à ignorância da multidão (que em nenhum país do mundo é susceptível de filosofar sôbre os mistérios da

futura política internacional) nem ao intrometimento das conveniências partidárias, que, por toda a parte, a começar na própria Gram-Bretanha, teem conseguido distrair e enfraquecer a acção patriótica dos respectivos govêrnos.

Mas o *Times* volta duas vezes à sua ideia da desconfiança inspirada pelo govêrno ao país, attribuindo êste sentimento à falta de franqueza dos dirigentes: «O regime de segredo e de repressão (diz êle), que até aqui tem caracterizado o govêrno democrático em Portugal, não é o melhor para fazer a guerra. Grandes esforços e grandes sacrificios estão sendo pedidos à nação, e a nação gostaria de saber ao certo qual é a situação, e como é que o govêrno procura dominar esta (*is dealing with it*).» E, mais abaixo: «O dr. Afonso Costa é um hábil e experimentado ministro das finanças; mas a grande confusão (*upheaval*) comercial e industrial, resultante do estado de guerra, dá larga margem ao êrro ou ao desperdício; e a nação estimaria certificar-se de que os recursos da metrópole e das colónias estão sendo applicados o mais discretamente possível (*to the best advantage*).»

Aqui falou o *Times* verdadeiramente como um livro aberto, mas um livro que, por desgraça, ainda está por abrir em Portugal. Em Portugal ainda o povo não começou a ser go-

vernado como gente branca; e a cada nova revolução, das mil e uma que se teem feito com taboleta de libertar e *dignificar* o povo português, parece que se acentua cada vez mais, na forma de o conduzir, aquele venerando e vetusto espírito de duplicidade, de obscuridade e de enredamento, que nos habituámos a chamar *jesuítico*. E é muito bom que a Inglaterra reconheça isto mesmo por um dos seus mais autorizados órgãos, pois pode vir um dia em que a má direcção patenteie a tōda a luz os seus efeitos, sem que ao povo devam pedir-se contas por erros e culpas que não são dēle...

XXXII

PARA A HISTÓRIA

Fevereiro, 1917.

VEIO a Lisboa o snr. João Walter, proprietário do *Times*, para estudar directamente a situação do nosso país em face da Guerra, tendo publicado o resultado das suas observações pessoais num artigo que se pode ler a página 1.001 da edição semanal de 6 de Dezembro, e onde se encontram muitas amabilidades para o nosso país e para o nosso govêrno.

Como, porém, a amabilidade constitui, na sua essência, um alimento muito doce, mas pouco nutritivo, eu prefiro retirar, do artigo do snr. João Walter, e arquivar para ulteriores demonstrações, aqueles passos em que êle procurou menos ser amável, do que ser exacto ou ser político.

Por exemplo: Consigna o articulista que já na sessão parlamentar de 7 de Agosto de 1914,

três dias depois de estalar a guerra entre a Inglaterra e a Alemanha, o Govêrno português declarava a sua lealdade à aliança inglêsa e o seu propósito de lhe dar execução de qualquer modo que a Gram-Bretanha pudesse desejar (*in any way that Britain might desire*). Ressalta desta parte do artigo o elogio da correcção e lealdade portuguesa, que o órgão da opinião britânica aplaude manifestamente às mãos ambas; mas logo trata de *lavar as mãos* à responsabilidade da Inglaterra, quando diz: «O auxílio assim generosamente oferecido foi aceito com o mesmo espírito pelo Govêrno britânico, e a forma que êsse auxílio deveria assumir deixou-se para exame futuro, *visto não haver vontade de impor ao país encargos excessivamente pesados*, nem de o expor a um prematuro rompimento com a Alemanha. Mas os Ministros portugueses estavam ansiosos desde o princípio por tomar parte nas operações de guerra, tendo feito nesse sentido quanto puderam.»

Aqui o elogio da lealdade portuguesa parece tingir-se de um suave remoque ao nosso excesso de lealdade — o que conviria não deixar passar em julgado. Ao inverso de todos os outros povos europeus envolvidos na Guerra, o povo português não foi ainda oficialmente informado, por meio de qualquer publicação de documentos diplo-

máticos, sôbre a maneira como se encontra metido nela. E é pena que assim seja, porque agora, por exemplo, seria bom que pudéssemos replicar ao *Times*, com documentos, que Portugal foi leal, mas não foi intrometido.

*

* *

Conta ainda o snr. João Walter, no seu artigo publicado no *Times* sob o título de *Portugal na guerra*, que o govêrno português, ansioso por tomar parte nas operações militares, e fazendo nêsse sentido quanto pôde, presenteou os aliados com quatorze baterias da sua melhor artilharia de campanha, e enviou quarenta mil espingardas e quarenta milhões de cartuchos para a África do Sul, a fim de serem aplicados nas operações militares contra o Sudoêste Alemão. Depois diz: «Os Alemães toleraram tudo isto sem queixume. E foi só dezoito meses mais tarde que a *apreensão* dos navios alemães surtos no Tejo *compeliu a Alemanha a declarar a guerra.*»

Tudo isto está certo, e eu só emendaria a palavra *seizure*, acima traduzida por *apreensão*, substituindo-lhe outra de sentido mais nítidamente aproximado do têrmo *requisição*, empregado pelo govêrno português no decreto onde

se baseara o acto jurídico que o Império alemão considerou de guerra. Além disto a História ficaria resumida com maior fidelidade, se o *Times* tivesse acrescentado que o acto da requisição dos navios alemães, que compeliu (*compelled*) a Alemanha a declarar-nos guerra, *foi realizado a instâncias do govêrno inglês*, como consta de uma peça diplomática lida em Côrtes. A citação dêsse documento é tanto mais oportuna no artigo do *Times*, quanto é certo que, como já fizemos notar, êsse artigo abre por um relatório dos factos de onde parece transparecer, por parte do articulista, o sentimento de que o govêrno português estava ansioso (*were anxious*) por se meter na baralha, e fêz para isso muito mais do que lhe era pedido, e mais também do que lhe era imposto pelos textos do tratado de aliança.

É evidente que, sem transgredir os bons sentimentos da amizade e da sinceridade, ao govêrno britânico importa colocar-se, em face do povo português, na situação de quem não reclamou de Portugal, pobre de dinheiro e de gente, sacrificios depauperantes. Essa atitude é política, legítimamente política, porque os encargos e sacrificios da Guerra são enormes, alguns até irreparáveis, e o povo português fal-os-ia de-certo de menos boa vontade, se

tivesse visto a Inglaterra exigir-lhe êsses sacrificios com um espírito de injusta medida e de egoísmo sem escrúpulos. Que tal se não deu sabemo-lo todos; mas convém sempre, e sobretudo quando já se fala tanto de paz, pôr cada coisa no seu lugar, e acentuar que a requisição dos navios — fôlha de rosa um tanto pesada de onde resultou trasbordar o cálice da paciência alemã — foi um acto praticado, não só com aprovação da Inglaterra, mas até a pedido dela.

XXXIII

NÃO PODE SER

Março, 1917.

PORQUE o inglês Harry Johnston, que sempre detestou Portugal, entende que Lourenço Marques deve ser anexado à União Sul-Africana, e porque há na Inglaterra muita gente que o escuta com agrado, não parece necessário concluir, com tremuras de pavor, que a nossa Aliada nos está traindo no preciso momento em que a ajudamos e servimos, o melhor que podemos, com dinheiro e com sangue que não regateamos.

Porque a União Sul-Africana, cujas comichões imperialistas são conhecidas, nos inveja alguns bocadinhos de ouro que possuímos em África, não parece necessário concluir que a Gram-Bretanha patrocina ou estimula aquelas veleidades, aliás bem naturais, pagando assim com incrível felonia a nossa lealdade e os nossos sacrifícios duríssimos.

Mas alguns patriotas portugueses receiam, creio eu, que a Gram-Bretanha, incapaz de pensar em espoliar-nos, não tenha força para defender-nos da espoliação. Receiam que, finda a Guerra, a União Sul-Africana, forte da sua grande autonomia e dos serviços que prestou ao Império, se imponha à propria Metrópole e intente arredondar à nossa custa, sem ouvir as razões de Londres, os seus já tão vastos domínios.

Mas, ¿quem pode acreditar, um minuto sequer, que os homens a quem estão entregues os nossos destinos nacionais, não hajam previsto, estudado e prevenido, aquela hipótese plausível e grave?

Tenhamos como certo que na base de tôdas as negociações internacionais que precederam a entrada de Portugal na Guerra está o compromisso formal, solene e expresso, da inviolabilidade do nosso território ultramarino. Foi êsse o único prêmio tangível e prático prometido ao país, em inúmeros discursos e relatórios oficiais, como compensação das centenas de milhares de contos que êle tem gasto e das dezenas de milhares de vidas que vai perder, desde que a guerra dure poucos meses mais. E ninguém pode acreditar que os nossos dirigentes hajam cometido a leviandade de não assegurar jurídi-

camente o futuro, por forma que, ao ser de novo arrumada a Europa e as suas dependências, a Gram-Bretanha venha dizer-nos:

— Tenham paciência, mas não posso ter mão na África do Sul...

Se isto assim fôsse, lá viria a hora em que as fôrças se pusessem de pé por si próprias.

FANTASMAS E BANDARRAS

Março, 1917.

PORTUGAL entrou na Guerra, segundo a versão oficial, não só para se alistar denodadamente nas fileiras dos defensores da Liberdade e do Direito, mas também para assegurar a conservação do seu vasto património ultramarino, contribuindo com o seu esforço para enfraquecer e amansar a fera alemã que lhe cobiçava as colónias. Êste foi o motivo prático, relevante e supremo, alegado pelos nossos dirigentes para envolverem o país nos sacrifícios, responsabilidades e perigos da guerra. E ao lado desta razão utilitária emparelhou-se a razão moral da lealdade perfeita à velha aliança inglêsa, raciocinando-se com lógica plausível que as duas razões convergiam e se completavam, que o nosso cavalheirismo coincidia com o nosso interêsse, e que à hora grave da paz teríamos por nós, a defender-nos

a integridade, uma Inglaterra servida pelo nosso esforço e grata à nossa correccão.

¿Como se explicam então as apreensões pelo futuro dos nossos domínios africanos, e especialmente de Lourenço Marquês, que transpiram de vários jornais, e dir-se-ia crescerem à medida que a Guerra parece avizinhar-se do epílogo?

Diz-se que no sul da nossa província de Angola os Ingêleses e *boers* da União Sul-Africana nos fazem pior vizinhança do que os Alemães desalojados, chegando ao cúmulo de proteger a insurreição contra nós de certos régulos indígenas, nossos vassalões. Fala-se com apreensão e receio nas conferências realizadas em Londres por um tal Harry Johnston, velho inimigo de Portugal, conferências que mostram a tendência da opinião pública inglêsa para achar natural, *já depois da nossa entrada na guerra*, que à União Sul-Africana seja anexada a melhor parte do nosso domínio oriental. E por último attribui-se ao Primeiro Ministro britânico esta frase que um jornal do Pôrto diz ter sido proferida no discurso de Carnavon: «A Inglaterra nada decidirá quanto à partilha definitiva da África, sem ouvir a União Sul-Africana».

Não ouvi o que disse o snr. Lloyd George, mas tenho diante dos olhos, num jornal europeu

105

bem informado, uma versão muito diversa: « Seria inadmissível que depois da Guerra dispuséssemos *dos grandes territórios coloniais alemães*, sem consultarmos as colónias autónomas britânicas, que verteram o seu sangue para os conquistarem ».

Isto é perfeitamente razoável e nada implica com Lourenço Marques, que não foi território alemão, mas é uma terra bem portuguesa, regada desde séculos com sangue português, e organizada, apesar de tudo, pelo esforço português.

Se todos os outros fantasmas são da fôrça dêste, não há motivo para sustos. Se, porém, se duvida da lealdade da Gram-Bretanha para conosco, ou se, apesar dos sacrifícios que o país tem feito com a Guerra, há quem os julgue inúteis para nos assegurar o que é nosso, então o caso é mais grave, e merecia mais longa discussão.

*

* *

Disse o snr. Dr. A. J. de Almeida, Presidente do Governo português, numa sessão parlamentar em que anunciou solenemente a próxima demissão do Gabinete que dirige: « A crise é enorme, mas pode considerar-se ainda insignificante, comparada com o que será de aqui por

algum tempo. Vamos passar transes dolorosos e profundamente amargos...»

Não costumam os políticos dirigentes, e muito menos os que se preparam para deixar o poder, aplanar o caminho aos sucessores, profetizando-lhes dificuldades maiores do que aquelas que êles próprios atravessaram. As palavras do sr. A. J. de Almeida teem, pois, o merecimento de uma grande sinceridade; e a sinceridade é uma ave tão rara na capoeira da Política, que o anúncio dos nossos futuros transes amargos, feito de tão autorizada origem, deveria assustar os mais levianos.

Por leviandade ou por estoiciísmo, certo é que o povo vai vivendo menos mal com as amarguras presentes e mostra um fundo de coragem e de resistência filosófica, muito próprio a desenvençilhá-lo das que ainda estão para vir.

A sua preocupação maior, neste momento, consiste em encontrar pretextos de doenças de estômago que lhe permitam ir comprar nas boticas o saudável pão branco, de trigo sem mistura, promovido por um decreto do Govêrno a especialidade farmacêutica. E fora disto ri, canta, não falta às revistas do ano nem aos cinemas do seu bairro, e vai comprando a sua consuetudinária cautela da Mesericórdia, que sempre sai branca, na guerra como na paz.

Se as desgraças previstas pelo snr. Presidente do Governo vierem de facto, e se a fome e a miséria negra entrarem positivamente connosco, a atitude do povo português há-de ser a mesma que êle sempre tem tido nas anteriores atrapalhções da sua vida: sofrerá os maus dias, e esperará dias melhores.

Quem ler «A Evolução do Sebastianismo», trabalho magistral e interessantíssimo do historiador snr. J. Lúcio de Azevedo, aí aprenderá que a persistente quimera surgiu ainda antes de D. Sebastião, «num período de aparente grandeza, quando já todavia a estrêla fulgente da África e da Índia entrava em declínio; afirmou-se na catástrofe em que perdemos a autonomia; alentou-nos nas horas tristes da sujeição a Castela; triunfou com a independência; decresceu em seguida na apatia reinante; e reviveu no tempo da invasão francesa, com fé igual à que animava os crédulos espíritos dos anos subsequentes ao desastre de Alcacerquibir.»

O snr. A. J. de Almeida, profeta da Desgraça, não nos fará perder o sono, a nós que tivemos, e teremos, no seu colega Bandarra, o nosso profeta da Esperança.

O NOVO FARDAMENTO

Março, 1917.

É AGRADÁVEL observar e admirar nas ruas de Lisboa os nossos soldados e principalmente os nossos oficiais expedicionários, envergando os novos fardamentos de campanha com que vão partir para França.

Os jovens oficiais são quasi todos perfeitos de garbo, dando-nos a lisongeira impressão de que a raça melhorou fisicamente nos últimos vinte anos e que não foi em vão que passou por estas gerações a anglomania da ginástica e do exercício físico. Mocetões esplêndidos, muitos dêles altos e hercúleos, veste-lhes a primor o dolman cintado, a calça de Chantilly e a alta polaina de couro amarelo luzidio. A sobriedade de côr dos novos fardamentos, todos de cinzento baço, sem a paspalhice dos vermelhos e doirados, satisfaz a nossa retina civilizada, já farta de ver os homens da tropa coloridos como bo-

necos de Épinal ou lavradeiras do Minho. E a supressão radical da espada, que é hoje uma arma arqueológica, tira aos guerreiros aquele ar humilde, tão impróprio dêles, de quem anda continuamente a desculpar-se de impedir o trânsito.

Em vez de espada, os officiais de agora usam bengala, ou uma curta e delgada chibata, com sua argola de coiro na ponteira. E há não sei que saboroso paradoxo nesta nova moda, porque a gente não se compenetra fâcilmente de que hoje, quando a guerra é mais encafnçada e mortífera que nunca, os que a fazem nos apareçam armados com um pauzinho de enxotar cães.

A PARTIDA PARA A GUERRA

Abril, 1917.

NAS proximidades da partida dos primeiros contingentes de tropas portuguezas para França, havia muito quem receasse, sem segundo sentido de opposição ou de política, um acto escandaloso de indisciplina, com que exclusivamente e gravissimamente viria a sofrer o decôro nacional e o bom nome de todos nós.

Por felicidade, como o leitor bem sabe, não se deu tal. Mas é bom que o leitor saiba, agora que não há senão vantagem em sabê-lo, que as circunstâncias em que se fêz o embarque foram péssimas e por si sós justificariam da parte das tropas expedicionárias um movimento de insensatez colectiva, cujo primeiro e irremediável efeito seria uma nódoa indelével na honra de Portugal.

Em primeiro lugar — e isto impressionava tôda

a gente de coração — os pobres soldados embarcavam disfarçadamente, quâsi sonegados às vistas da Cidade, sem uma cerimónia de despedida, sem um adeus de carinho colectivo em tão grave momento. Compreende-se que fôsse de bom conselho esta partida à capucha, para não informar o inimigo, nem marcar certo rumo aos seus manejos. Mas, ao mesmo tempo que entendessem como uma necessidade da sua própria segurança aquele silêncio e aquela aparente indiferença dos que ficavam, os homens que partiam deviam sentir-se abandonados e desprezados, como pobre gado a caminho do matadouro. Se assim foi, como é tão natural que fôsse, os nossos rudes e bons soldados resignaram-se a partir para o sacrifício ou para a glória como quem vai para a vergonha ou para o crime, e souberam remoer dignamente e herdicamente, no fundo dos seus valentes corações, a esfriadora sensação daquela ábalada triste, recatada e quâsi furtiva.

Resistiram a isto, e resistiram a tudo: às cantigas e prosas anónimas em que se aconselhava a deserção e a revolta; aos boatos aterradores de submarinos a pairarem na barra; à atmosfera plúmbea de incertezas e suspeições provocadas e animadas pela atitude misteriosa ou sinuosa dos governantes; e, por último, aos

sucessivos, prolongados, enervantíssimos adia-
mentos da largada dos transportes.

E lá foram, em-fim, sem um gesto de enfado,
sem um repente visível de indisciplina, sem um
grito de medo — mudos, resignados, silenciosos
e gravemente heróicos — para a Guerra, para o
Destino, para o Dever.

Se Deus os viu nesses dias de prova, de-certo
os julgou dignos de que o Seu olhar os não
abandone nunca mais...

¡VAMOS BEM, OBRIGADO!*Abril, 1917.*

UM amigo meu, ausente de Portugal, perguntava-me em carta:

— ¿Como se vão suportando aí as terríveis conseqüências da guerra?...

E eu respondo: As conseqüências da guerra, as terríveis conseqüências da guerra em Portugal, não se suportam, caro amigo: gozam-se, saboreiam-se... e deliciam-nos.

O comércio, graças à guerra, guinda os preços a alturas inacessíveis — e tôda a gente lá chega. A agricultura vende tudo mais depressa e mais caro, e o comércio compra-lhe tudo e paga o que ela pede, porque o consumidor compra tudo e paga o que êle pede. A indústria deve ter a estas horas pouca matéria prima, quási nenhuns transportes, zero carvão e a mão de obra dispendiosa, porque os nossos operários exportam-se agora para França aos milhares. Mas queima

lenha, e adapta-se, e fabrica, e vai vendendo, e vai vivendo, creio bem que melhor do que dantes, visto que a indústria inglêsa e a alemã, recíprocamente bloqueadas, deixaram de lhe fazer concorrência.

¿E o consumidor? Não o vejo consumido, caro amigo; antes pelo contrário. O pão é mau, mas a gente chama-lhe nomes, e está vingada. As cidades estão às escuras, mas as revistas do ano tiram disto muita piada, e a gente ri-se da escuridão. Os combóios rareiam, e demoram as viagens, mas daqui resulta haver mais tempo para o cavaco, e mais assunto para ditos de espírito — duas instituições basilares da felicidade dos Portugueses. As botas e botinas passaram a 18\$000 réis o par, mas as mulheres e os janotas acham-nas mais bonitas por êsse preço, do que se pagassem por elas os oito ou nove que valem. O govêrno estraga e complica tudo, mete os muitos pés pelas poucas mãos — mas nós troçamo-lo ou insultamo-lo mais do que dantes e do que nunca, e assim fazemos, em maior grau e com maior prazer, a mesma política que sempre fizemos. Os rapazes vão para a guerra, e talvez não voltem; mas são rapazes, e, como para a guerra se vai por Paris... ¡viva a guerra e viva a pândega! ¿E os pais, coitados? ¿E as mães, coitadinhas? Os pais e

as mães revêem-se nos filhos, que ficam lindos nas novas fardas; e esperam confiados que o Tempo, ou a Rússia, ou a Inglaterra, ou a Alemanha, matem a guerra antes que a guerra mate os rapazes.

¿E amanhã? ¿E depois?

Amanhã Deus dará... o que o ministro das Finanças não tiver tirado. E depois... ¡viva hoje!

XXXVIII

PORTUGUESES LÁ FORA

Abril, 1917.

ESTÃO já em França alguns milhares de soldados portugueses e, há mais tempo ainda, nas linhas de Flandres, muitas dezenas de oficiais do nosso exército. Estes, como era natural, deram nas vistas, pela sua boa preparação escolar e técnica. Fazendo as suas primeiras provas ao lado de oficiais ingleses, no meio de um exército enorme, mas improvisado, os nossos — e sobretudo os artilheiros — logo souberam e puderam distinguir-se. Um dêles, encarregado de certa bateria, tão bem regulou o tiro contra uma aldeia ocupada pelo inimigo, que deu lugar à sua tomada imediata pelas tropas inglesas. E agora diz-se em Lisboa, com incredulidade ou com desvanecimento, segundo as bôcas, que a Inglaterra nos faz uma grande e pressurosa encomenda de ofi-

ciais de artilharia, para comandarem canhões ingleses nas linhas inglesas.

Pela minha parte creio sem dificuldade que assim seja, porque sempre tenho visto o Português melhorar quando sai de Portugal, não tanto porque individualmente vá aprender virtudes novas, mas, ao contrário, por deixar de estar em contacto com os vícios sociais da nossa terra. O Português ganha e brilha sempre, quando *enquadrado* com elementos estrangeiros de disciplina e organização suficientes, provando assim que o que nos falta, cá dentro, não é carácter, nem inteligência, nem habilidade, nem educação individual ou faculdades de pronta adaptação — mas um bom ambiente colectivo, tónico, exemplar e estimulante. À semelhança do que os Romanos diziam dos senadores e do Senado, pode afirmar-se que cada Português é potencialmente melhor que o conjunto dos Portugueses. Em nossa casa, encostados uns aos outros, tiramos da nossa própria soma, em vez de estímulos recíprocos, motivos de inacção ou depressão; em vez de energia moralizadora e edificante, pretextos de amúo, de inveja, de indiferença, de egoísmo, de preguiça, — quer dizer: de desmoralização. E aqui está um fenómeno bem susceptível de fazer rabiar todos os Portugueses que amam a sua pátria e a

desejariam melhorar pela educação, visto ser impossível insular de Portugal os Portugueses, e educá-los a todos lá fora, para lhes dar um bom ambiente e os furtar à influência das más companhias...

FRANQUEZA À INGLÊSA

Abril, 1917.

A PROPÓSITO da tão falada e tão adiada *semana patriótica*, disse um correspondente político de Lisboa que alguns membros do govêrno português iriam realizar discursos patrióticos em vários pontos do país. E acrescentava que, acêrca do carácter e do objectivo desta peregrinação oratória, uns afirmam que se procura apenas estimular os sentimentos patrióticos das populações, a propósito da participação de Portugal na guerra, *empregando os processos da eloquência latina*, mas que, segundo outros, o snr. presidente do ministério estaria na disposição de adoptar, nêsses discursos ou conferências, *processos de inteira franqueza ou lealdade*, apresentando ao país praticamente, à inglêsa, sem retórica e sem rodeios, os termos claros do problema internacional. E o correspondente conclui: «Há quem

diga, porém, que se farão *apenas* discursos patrióticos.»

Este *apenas* é delicioso. Se os ministros que se propõem fazer os tais discursos patrióticos, à antiga portuguesa, leram e ruminaram o advérbio, tão sincero e tão desdenhoso, que o correspondente emprega para lhes desqualificar de antemão o patriotismo e o oratória — é de crer que deem sete voltas à língua, antes de começarem a utilizá-la em trabalho assim julgado inútil. E pode contar-se que aos mais ingénuos apetecerá voltarem-se do avêso, traduzirem para inglês os seus temperamentos latinos, e usarem nas suas falas à Nação os tais *processos de inteira franqueza e lealdade*, apresentando sem retórica e sem rodeios os termos do problema internacional.

Pena é que este apetite venha tarde e não chegue a ser satisfeito. Para mim é ponto de fé que a geração portuguesa actual vai morrer, ou na cama ou na batalha, sem que os seus dirigentes políticos se tenham dignado explicar-lhe, com a tal franqueza e lealdade que o correspondente julga monopólio inglês, os motivos por que o país foi à guerra, as circunstâncias em que o fez, e as cautelas que em seu benefício se tomaram para que uma ida tão grave possa ter uma volta feliz.

Nunca me há-de esquecer que o longo relatório publicado na fôlha oficial de 17 de Janeiro último, com o fim principal, expressamente confessado, de mostrar que o govêrno foi leal e franco com a Nação — se refere a gravíssimos acontecimentos de Angola, em Dezembro de 1914, dizendo que o país teve dêles, *segundo verídicas informações*, o mais amplo conhecimento.

As únicas informações verídicas, em matéria de tanto pêsso, seriam aquelas que o próprio govêrno desse aos governados, publicando, ou sequer resumindo, os relatórios das autoridades competentes, militares ou civis. Até o momento em que escrevo não se fêz isso; e aqui está a razão porque o Govêrno tem de publicar extensíssimas tiradas de prosa, a provar que foi franco: é exactamente porque o não foi, nem o quis, nem o quer ser.

OLIVENÇA E O RESTO

Abril, 1917.

O DIRECTOR de um jornal de Madrid (*El Imparcial*) veio a Lisboa instaurar uma sucursal do seu periódico, e, voltando a Espanha, publicou um artigo onde se preconiza uma acção comum, ibérica, para depois da Guerra, visto que as duas nações vizinhas são, diz o jornalista castelhano, *membros desarticulados de um só organismo*, que convém reorganizar.

A propósito disto levantou um jornal de Lisboa — *A Capital* — a velha luva de Aljubarrota e Montes-Claros, para lembrar, com inteira razão, estas conhecidas evidências: Que Portugal é uma nacionalidade de sete séculos; que se formou numa época em que a Península estava dividida em pequenos Estados e ocupada em grande parte pelos Muçulmanos; que às suas inúmeras vitórias sôbre êstes, arrancando-

-lhes o território à ponta da espada, deve Portugal a sua independência; que a nossa pátria é, portanto, filha das suas obras, da sua tenacidade maravilhosa, e não um simples trôço de qualquer outro organismo, a que deva regressar; mas que, se há algum trôço de território desligado do organismo a que pertença...

E lá vem a história de Olivença. Ora a história de Olivença, pelo menos como a contam os nossos historiadores, não é das que, no longo decorrer das relações luso-espanholas, devam indispor mais os Portugueses contra a Espanha. Olivença foi cedida por nós à Espanha por um tratado de paz, em seguida a uma guerra que ela nos fêz por encomenda de Bonaparte, e em que os nossos generais e os nossos regimentos se abstiveram a tal ponto de ser épicos, que a única coisa que ainda hoje se deve admirar é que apenas tenhamos perdido Olivença.

A história de Olivença vem muito a propósito (agora que já se vai falando na futura conferência da paz) não por causa da Espanha, mas porque pode contribuir para refrescar na memória dos nossos dirigentes de hoje a pouco saudável recordação do tratamento que obtivemos no congresso de Viena, onde Wellington nos abandonou ingratiísimamente, não só no

caso de Olivença, mas também nos da Guiana, da indemnização de guerra, dos tratados de 1810 e dos apresamentos ilegais dos navios mercantes portuguezes.

Há cem anos a liquidação europeia das guerras napoleónicas não correspondeu para nós aos sacrifícios a que nos sujeitáramos. É de esperar que, instruídos pela experiência, que é a mestra da vida, os nossos estadistas de hoje sejam cautos, porque o povo de agora, de olhos mais abertos que o de há um século, tratá-los-ia, se se visse ludibriado, como se não tivessem sido castos.

**RECLAMA-SE
CONTRA O RECLAMO***Abril, 1917.*

QUEIXOU-SE um jornal português, muito patriòticamente, de que a imprensa estrangeira parece ignorar *o que nesta conjuntura perigosa temos feito e estamos fazendo*. A multidão que, num porto francês, assistia ao desembarque dos nossos soldados desentranhava-se em vivas entusiásticos ao... Canadá. E, por ocasião da abertura do parlamento inglês, o snr. Bonar Law, ao referir-se aos aliados da Inglaterra, citou os nomes de tôdas as nações que estão combatendo ao lado dela, não se esqueceu do Montenegro, mas esqueceu-se de Portugal, tendo agora incorrido em igual esquecimento o primeiro ministro Lloyd George, ao congratular-se pela adesão da América.

Pede-se então, muito patriòticamente (para

evitar que assim se faça pouco de nós) uma sábia, teimosa e cara propaganda de imprensa, como quem diz: façamos reclamo sonoro à nossa intervenção; ponhamo-nos em bicos de pés; arrastemos pelo chão as solas das botas; desatemos a tossir com estrondo — ¡que os outros acabarão por dar fé de nós!

E eu digo: Acabarão por se rir de nós, e por nos voltarem as costas enfadados — coisa que agora não fazem.

Êste é o caso eterno da panela de barro em passeio com a de ferro, ou o do homem miúdo junto do qual vem sentar-se no mesmo banco um volumoso vizinho, que logo ocupa, sem dar por isso, o seu lugar e mais meio.

— ¡Coitado de quem é pequeno! diz o povo, velho e sábio doutor em psicologia. E os mesmos maus psicólogos que há três anos andam esperando mundos e fundos da nossa entrada na Guerra só agora se lembram de que uma contribuição de trinta ou quarenta ou cem mil homens, numa guerra de milhões dêles, é facilmente esquecida, porque podia ser facilmente dispensada.

Resignemo-nos a ser pequenos, sob pena de nos tornarmos ridículos. E façamo-nos antes lembrar pelos nossos actos, do que pelos nossos espalhafatos. Os soldados portugueses que fo-

ram e vão para França ignoram, na sua imensa maioria, os motivos por que estão na guerra; mas os oficiais sabem, ou devem saber, que Portugal se bate, principalmente ou exclusivamente, por motivos honoríficos. Êles compreenderão que quem luta pelas honras tem, mais que os outros, de lutar com honra. E êles procederão na batalha por forma a dispensar-nos de nos elogiarmos nos jornais.

PÃO NOSSO

Maio, 1917.

LISBOA é a terra das alcunhas, e as suas desgraças maiores não a curam desta mania eterna de nunca chamar ao pão *pão*, e ao queijo *queijo*.

Agora não se chama nada ao queijo, porque quási o não há; mas ao pão chama-se *cimento armado*, e às torradas *paredes mestras*. E assim o espírito lisboeta se vinga do pão duro e feio, a que os estômagos lisboetas foram condenados por vários decretos do govêrno. O govêrno, er-guendo-se a si próprio à categoria nova e impor-tantíssima de padeiro, não faz senão pôr em prática, às avessas, o velho provérbio, de que *quem dá o pão, dá o pau*. Dando-nos, ou ven-dendo-nos o pão, o govêrno entrou na plenitude das suas obrigações para connosco, visto que sempre, e pontualmente, nos dera o pau. E se o pão que nos dá é de pedra, o remédio que

temos é comer pouco; em-quanto o pão vai e vem, folga a barriga.

O pior é que esta folga ameaça tornar-se crónica, se são certos os boatos que correm de que o pão, além de mau, não chega para as encomendas e vai faltar de todo dentro em pouco. Desde que a padaria passou a ser em Portugal uma das modalidades da burocracia, era fatal que havia de acontecer um destes dois contratempos: ou teríamos pão de mais, e calcetaríamos com êle as ruas para lhe dar emprêgo; ou teríamos pão de menos, e ver-nos-íamos forçados a comer as pedras da calçada, para não morrermos de fome. Segundo parece, é esta segunda contingência a que nos espera, porque a burocracia esqueceu-se, como era natural, de que o pão se faz com farinha, de que a farinha vem de fora em navios, e de que nós temos navios que requisitámos aos Alemães exactamente para mandar vir farinha e outros viveres. A situação interna e externa de Portugal resume-se, pois, perfeitamente, dêste feitiço: estamos em guerra, para termos subsistências; e não temos subsistências, porque estamos em guerra. É uma situação claríssima. Mas o Povo não a entende bem, por falta de luzes; e de aí vem o correr há dias em Lisboa que estamos em vésperas de uma revolução causada

pela fome — boato em que ninguém de bom senso pode acreditar.

Há pouco revolucionou-se a Rússia por não ter pão, mas aí havia um único padeiro, chamado Nicolau, e assim compreende-se que os fregueses, mal servidos, se levantassem para o meter na cadeia, como fizeram. Em Portugal abastecemos-nos da cooperativa democrática, somos todos padeiros uns dos outros, e não vale a pena matarmo-nos ou prendermo-nos, para não morreremos de fome ou para irmos ter fome *à sombra*, sendo muito mais agradável tê-la ao sol. E, além disso, o povo português é muito fidalgo e muito épico para se bater por um caso prosaico de secos e molhados. Revoltou-se no século XIV pela Independência, no século XVII pela Restauração, no século XIX pela Liberdade, no século XX pela Democracia, e lá está na Flandres, pronto a bater-se pela Justiça, pelo Direito e pela Civilização. O pão escreve-se com letra minúscula e é, como móbil de revoluções, um artigo demasiadamente concreto para nós — sobretudo agora que, por ser construído de materiais muito pesados, já nem sequer tem dentro aqueles oásis de abstracção que se chamavam *a alma do padeiro*.

XLIII

¿É NÓS?

Maio, 1917.

ALGUNS jornais portugueses, dos que mais fiel e eficazmente teem secundado o govêrno republicano, protestaram em violentos termos contra o novo adiamento das eleições administrativas, sancionado pelo Parlamento, a pedido do govêrno, e a pretexto de que o estado de guerra desaconselha a celebração dêsse acto primordial da soberania popular.

Os políticos vêem, sobretudo, o aspecto jurídico desta ordem de suspensão da vida cívica nacional e insurgem-se, portanto, contra o cerceamento do direito que teem os povos de escolher em determinados períodos os legítimos representantes e gerentes dos seus interêsses locais. Mas os educadores, encarando principalmente a feição moral do acto do govêrno, lamentarão com desconsôlo que a democracia se

revele tão pouco democrática; e a sua tristeza será tanto maior, quanto mais se demonstre que o poder central teve praticamente razão em proceder como procedeu.

Educativo, civilizador e democrático seria, neste momento grave em que o país está ameaçado até de passar fome, que o Parlamento apelasse para a iniciativa dos municípios, apoiando-se nêles para despertar e disciplinar as energias nacionais. Se o não faz por mesquinho interêsse político, mau é, porque exorbita, deseduca e transforma a república em monarquia centralizadora e absoluta, diferente apenas da de D. João II em ser exercida, não por um rei, mas por algumas dezenas de políticos, que talvez não atinjam, somados, o valor de um *Príncipe Perfeito*. Mas, se teem razão em o fazer, então, pior ainda, como sintoma que é de que esta nossa dessorada raça não sai do seu torpor ou do seu egoísmo, da sua indiferença ou da sua inconsciência, nem mesmo agora, sob a chicotada formidável, e para tantos já redentora, da catástrofe que sacudiu o mundo inteiro.

A França das miseráveis questiúnculas políticas voltou-se do avêso e dá ao mundo as lições heróicas da paciência, da tenacidade, da gravidade e da união verdadeiramente sagrada. A Inglaterra despiu o seu sibaritismo, e triunfa

pelo esforço estoico, remindo em dois anos a leviandade e a imprevidência de vinte. A própria Espanha parece compreender e concentrar-se, cheia de aspirações e de planos, para um futuro maior.

¿E nós?...

GUERRA E POLÍTICA

Junho, 1917.

OS factos, pouco a pouco, acabaram por dar razão a D. Quixote contra Sancho Pança, isto é: àqueles que em Portugal prègaram desde princípio a intervenção na guerra, contra os que preferiam uma neutralidade confortável. Os factos deram-lhes razão, até do ponto de vista realístico e prático, porque os riscos diminuíram à medida que os Impérios Centrais se foram encontrando insulados e acossados por todos; e deram-lhes razão moralmente, pois má figura teria feito Portugal, se, apesar do seu latinismo e da sua aliança com a Inglaterra, houvesse ficado neutral até esta hora em que a solidariedade das raças não-germânicas contra o germanismo se definiu por completo, no velho e no novo mundo; e em que os próprios Espanhóis anglófobos, únicos latinos que se conservam

ainda neutrais de direito e de facto, nos apparecem já hesitantes entre guerra e paz, segundo o testemunho autorizado do seu primeiro ministro Romanones.

Sendo, pois, certo que os nossos políticos bellicosos tinham razão desde princípio, porque é que tanto tempo pareceram não a ter, dando assim força à corrente contrária, em vez de a anularem, e enfraquecendo a acção nacional pelo prolongamento do período inevitável, mas abreviável, das divisões e das hesitações?

Dir-se há que, como sempre, os videntes eram minoria perdida entre multidões cegas; e eu digo que a cegueira da maioria foi protelada e mantida pela incompetência dos videntes para lhe abrirem os olhos.

Essa incompetência parece ter resultado não tanto da falta de intelligência, como talvez da falta de sinceridade e de convicção.

A verdade é que alguns dos nossos mais fogosos intervencionistas estavam convencidos de que a beligerância portugueza era vantajosa, primeiro e com certeza para o seu partido; depois, e talvez, para a sua pátria. E como não era o patriotismo puro que os movia, faltou-lhes naturalmente direitura, desassombro, decisão e coragem — tôdas as virtudes com que se tempera uma consciência firme e leal.

Á terrível Política, se algum dia nos fizesse o favor de morrer e nos desse o prazer de a vermos enterrada bem fundo — podia aplicar-se, com mais razão que a ninguém, aquele epitáfio célebre:

AQUI JAZ UM CARDIAL
QUE ESPALHOU O MAL E O BEM.
O BEM QUE FÊZ, FÊ-LO MAL,
O MAL QUE FÊZ, FÊ-LO BEM.

O JÔGO DA POLÍTICA
EXTERNA*Junho, 1917.*

QUAL é a política externa dos monárquicos portugueses? Qual é a sua política interna? O país ignora-o.

Assim perguntava e respondia ainda há pouco, num jornal de Lisboa, um ilustre monárquico português. E logo pedia um congresso geral dos realistas de todos os matizes, que venha definir a nossa política internacional.

Definir a política internacional de uma nação pequena, encravada entre os interêsses opostos de nações grandes, foi sempre um problema bicudo, mesmo para uma só cabeça forte e muito mais, portanto, para a acefalia inevitável e orgânica de um numeroso congresso. Neste momento, porém, a tarefa está notavelmente simplificada e o congresso pode reunir-se amanhã, se o proponente conseguir fazer vingar a

sua tão feliz e tão oportuna ideia; e reünir-se há com a certeza absoluta de resolver depressa e bem a norma da política externa dos monárquicos portugueses. Digo-lhe mais: amplie a composição do congresso e alargue-lhe o programa, convocando, além dos monárquicos de todos os matizes, republicanos de tôdas as gradações, e dando para ordem do dia a definição da política externa, não só dos monárquicos, mas também dos republicanos. Tenha essa coragem fecunda e logo verá que, à volta da mesa do congresso, como à volta da mesa da roleta, as opiniões cristalizarão unânimemente na fórmula passiva, mas racional, de *deixar correr o marfim*.

Mais do que nunca, a política *externa* merece e honra hoje o seu nome, porque realmente nos vem de fora, e não há nada mais *externo* do que ela. Para os grandes ainda será possível admitir-se a guerra geral como um jôgo de vasa, em que valha a pena calcular, ou reflectir, antes de largar a carta da mão. Para os pequenos, coitados, é um jôgo de azar, e na verdade parece inútil reünir um congresso com o fim de saber onde e quando a bola vai cair. . .

FILOSOFIA ÀS ESCURAS

Junho, 1917.

A ESCURIDÃO actual das ruas de Lisboa predispõe o transeunte à filosofia. Não tendo nada que ver para fora, os nossos olhos abrem-se para dentro e encontram claridades fecundas. O espirito, livre das distracções do mundo exterior, que a treva simplifica ou anula, concentra-se em si próprio e ilumina-se, povoa-se, agita-se, emquanto a gente atravessa a cidade escura, deserta e calada.

Há poucos dias — seriam nove da noite — passava eu por uma longa rua do meu bairro, notando estoicamente que não se anda no fim de contas muito mal por entre lampeões apagados, e elogiando de mim para comigo a Grande Guerra, por tantos ensinamentos que trouxe à humanidade. Um dêstes, de carácter económico e prático, convence-nos de que a iluminação

profusa das cidades constituía em tempos normais um dos grandes esbanjamentos colectivos, filhos dêste incurável e eterno pendor humano para fazer entrar o Infinito na Comodidade. O hábito do confôrto gerou sempre em nós a necessidade de mais confôrto; e assim se explica, por exemplo, que os ricos comam demais, e, não tendo nada que fazer, precisem de automóveis cada vez mais rápidos. Mas os ricos são ricos, ao contrário das grandes cidades, onde exactamente se acumulam as maiores misérias, e cujas administrações poderiam e deveriam ter gasto em pão e higiene para os seus pobres, boa parte do dinheiro que esbanjaram em luz inútil ou útil apenas para os seus estroinas e para os seus bêbados...

... Assim cogitando, cheguei ao fim daquela rua escura, cujas lojas, por decreto do govêrno, estavam, para economia de luz, tôdas fechadas. Tôdas, menos uma.

— ; A farmácia, talvez?

— Não, a taberna.

XLVII

O INSTINTO DO SAQUE

Agosto, 1917.

IDES então animados para França, rapazes?...

— Não vale ralar, senhor. Ou vai, ou racha. ; Se a gente não estostrar por lá, voltamos ricos!...

Esta réstea de diálogo contemporâneo foi-me transmitida há tempos pelo primeiro interlocutor — um político dirigente de agora, que da resposta do soldado tirou, naturalmente e fâcilmente, conclusões genéricas de psicologia social, sôbre a inconsciência com que o nosso povo encara a Guerra.

Mas ; não terão as palavras do campônio fardado uma significação mais profunda? Esta ideia de ir à guerra para enriquecer ou morrer, como quem vai para o Brasil, não deve ser na cabeça do povo uma recém-nascida de agora, gerada confusamente em cérebros simples pelas notícias dos trucuientos desmandos alemães em terras

invadidas, e pelo cálculo da represália inevitável e justa, quando se dê a seu tempo a invasão da Alemanha e ela tenha de pagar com juro alto o que desfez, levou, ou fêz sofrer. O povo português dos campos não sente, nem na carne nem na alma, os sofrimentos longínquos da França ou da Bélgica; mas domina-o de-certo, se fala ou pensa como aquele soldado, o ancestral instinto do saque, irmão gémeo do instinto de guerra.

E então compreende-se perfeitamente, generalizando a observação, como é legítimo, às rudes multidões da Europa inteira, que a guerra tenha deixado de ser, na frase de André Tardieu, *uma coisa monárquica*, e ao contrário se apresente como *uma coisa republicana* ou socialista.

Nas guerras de outrora, o rei, o general, o *imperator* — Alexandre, Júlio Cesar, ou Napoleão — mantinha, reforçava ou ampliava o seu poder e transformava fàcilmente os soldados em súbditos, conduzindo-os triunfantes à pilhagem das cidades ricas, ou à lauta distribuição dos bens dos vencidos, terras ou corpos. O mesmo se viu contemporâneamente, embora sob formas menos brutais e mais complexas, quando as monarquias da Prússia, do Japão, da Bulgária, da Grécia, e outras, já no regime novo da *nação armada*, conseguiram compensar o sacri-

ficio breve e leve dos povos, em campanhas decisivas e rápidas, com arredondamentos territoriais importantes, ou indemnizações avultadas, ou melhorias económicas imediatas, ou tudo isto junto, combinado e contado.

Nesta guerra de agora, universal e empatada, tôdas as forças superiores à vontade do homem parecem actuar em sentido contrário. Não é só que a cabeça do general pouco avulta, por trás do parapeto da trincheira, acima da dos soldados; não é só que a retaguarda preciosa dos exércitos se compõe hoje como nunca antes, de milhares de oficinas com milhões de operários. É também, e principalmente, que ao envés de tôdas as outras, esta guerra de agora se apresenta, não como uma aventura de alguns, mas como desventura para todos; não como lotaria com prémios que uns pagam para outros receberem, mas como sacrifício enorme e inútil de todos contra todos. Na própria Alemanha, que faz a guerra em casa alheia, e cujo povo está convencido pelos dirigentes de haver tirado o prémio grande — o prémio grande visível e palpável é a paralisação da indústria e do comércio, a morte ou o estropiamento de milhões de filhos ou de irmãos, a carestia incomparável da vida, o jejum de agora e o pavor de amanhã. E o resto são hipóteses, possibilidades, esperanças,

promessas cada dia iludidas, cada dia menores, cada dia mais fracas e menos capazes, portanto de concentrar e de prender os homens em tórno de quem lhas fêz, ou deixou entrever.

XLVIII

UM PRESENTINHO

Agosto, 1917.

AS autoridades superiores do Arsenal de Marinha de Lisboa receberam do cônsul geral dos Estados-Unidos um officio em que lhes era pedida, para pagamento, a conta de despesas feitas com reparações no navio de guerra *Corsair*, americano. Apresentado êsse officio ao ministro da Marinha, despachou êste dizendo que, sem melindre para aquela autoridade consular e para o govêrno americano, o govêrno portuguez não aceitava o pagamento de tais fabricos, visto tratar-se de uma nação aliada.

O jornal onde leio, sem nenhum prazer, esta notícia, fecha-a com as seguintes palavras, que não sei se fazem parte do próprio despacho ministerial, ou constituem um simples comentário, orgulhoso e desvanecido, do jornalista:

« Portugal procede assim, porque lhe cumpre

concorrer com todo o seu esforço em prol da Humanidade e da Justiça. »

Esta linda frase faz-me saudades do tempo *em que os animais falavam*; e também me faz pena de que não venha um tempo em que muitos homens deixem de falar, para não envergonharem os outros.

Os Estados-Unidos são uma nação milionária, e Portugal é um país pobre. Tão pobre, que precisa, para fazer a guerra, de pedir dinheiro emprestado.

Ora, de duas uma: ou os concertos que o nosso Arsenal fêz no *Corsair* não valem dois patacos, e então é ridiculíssima a ideia de concorrer com um esforço tão pataqueiro *em prol da Humanidade e da Justiça*; ou as reparações foram dispendiosas, e nesse caso é ridiculíssima a pretensão que revela o pelintra de fazer presentes ao nababo, de mais a mais com a agravante de ter mais tarde de lhe pedir dinheiro, a êle ou a outro, para os pagar.

Assim como agora se presentearam os Estados-Unidos com a importância das reparações no *Corsair*, assim se presenteou a Gram-Bretanha, logo no princípio da guerra, com várias baterias de 75 e algumas dezenas de milhares de espingardas. E assim o espírito dadivoso dos governantes portugueses se tem aplicado de preferência

às duas grandes e opulentas nações anglo-saxónicas, exactamente, àquelas que, além de grandes e opulentas, teem mais que tódas um acentuado pendor para tudo reduzirem ao mesmo denominador *money*, e são, portanto, e entre tódas as nações, as menos capazes de compreender e até de agradecer favores dêstes.

XLIX

O MAL E O REMÉDIO

Agosto, 1917.

TEEM-SE realizado em Lisboa várias festas e manifestações ostensivas de assistência aos soldados portugueses que se estão batendo ao lado de soldados ingleses, nas linhas do norte da França. Mas não consta que nessas festa haja participado visivelmente a colónia britânica.

Na venda da flôr pelas ruas tomaram parte várias senhoras francesas: senhoras inglesas vi apenas duas ou três, que eram mestras de crianças, ao serviço de famílias portuguesas; e, procurando informações, foi-me dito que as damas mais gradas da colónia inglesa se tinham abtido de intervir, a começar pela ministra, alegando, entre outras razões, que os Ingêses não eram simpáticos à população.

Os Ingêses são gente fria de aparência, às vezes mais de aparência que de verdade; e

comovem-se, ou manifestam a sua comoção, de maneira menos transparente do que a gente do sul. Convém, pois, ter em vista estas modalidades de temperamento, ao julgar a sua attitude; mas convém lembrar aos Ingêleses que é justamente a diferença entre a sua maneira de ser, e a nossa, que em parte os torna menos simpáticos às populações da nossa raça; e que, deixando subsistir ou acentuar-se tal diferença num momento dêstes, êles passam a ser olhados por elas, sem vantagem de ninguém, com crescente desconfiança.

Oficialmente, perante o mundo inteiro, estamos em guerra com a Alemanha porque somos aliados da Inglaterra, e porque a Inglaterra insistiu connosco para nos apossarmos dos navios alemães, que em seguida lhe entregámos quasi todos. Por isso o povo, psicólogo simplista, attribui mais aos Ingêleses, que conhece desde séculos, do que aos Alemães, que aliás confundia com Ingêleses pela figura e pela fala, os sofrimentos que lhe veem da guerra. Convinha, pois, que os nossos aliados britânicos, compreendendo isto, modificassem um pouco a sua exterioridade orgulhosa, ou desprezadora, ou simplesmente retraída.

Quando leio nos jornais que o ministro britânico da instrução Pública traz em estudo largos

e fundos projectos de reforma das escolas, destinados a assentar em novas ou melhores bases a futura luta económica com a Alemanha, penso sempre comigo que a primeira, senão a única reforma necessária, consistiria em ensinar muito bem, aos Ingêleses pequenos, que neste mundo existem, pensam e sentem outras gentes, além dos grandes Ingêleses.

L

« A GRANDE CRISE »

Janeiro, 1918.

LEIO no número 23 da *Atlântida* um belo artigo, assinado por José de Campos Pereira e intitulado « A grande crise ».

A « grande crise » é a crise portuguesa — económica, financeira, social, politica, moral, histórica, étnica, geográfica, botânica, zoológica e biológica — que todos os nossos grandes publicistas concordam em balisar desde o casamento de D. Teresa ou Tareja com o conde bolonhês D. Henrique, até os nossos dias sem pão nosso de cada dia, e as nossas noites sem gás de iluminação.

Nenhum país do mundo se orgulhará de haver resistido a uma crise tão comprida que se confunde com a sua própria idade, e fielmente o acompanha desde o alvor da sua história. Nenhum estudou e estuda com tanto pessimismo

a sua própria doença crónica, começada no dia em que o doente nasceu e não parecendo disposta a acabar senão com êle ou depois dêle. Nenhum fala tanto nos seus males, fazendo ao mesmo tempo tão pouco para os curar. Nenhum se gaba, tendo vivido sempre assim doente até a época próxima-passada em que o mundo inteiro parecia ter achado a fórmula decisiva da prosperidade e da saúde, de ver o mundo inteiro adoecer epidêmicamente, primeiro da cabeça, que o atirou para a loucura furiosa da guerra, e agora do estômago, cujo vazio crescente parece ser por emquanto o único penhor de um substancial regresso à paz.

Portugal doente, Portugal para sempre. Esta adaptação do provérbio individual à nossa valetudinária e sempre viva colectividade justifica-se hoje mais do que nunca, no enfraquecimento geral da humanidade pela guerra. Uma das principais causas de doença é o sentimento da melhor saúde dos outros; e se todos os homens fôsem tísicos, os do primeiro grau considerar-se-iam hércules ao pé dos do segundo, e assim por aí abaixo, ou acima.

Somos gente feliz, que nunca trasbordou de robustez, mas a quem a Sorte assistiu sempre, durante séculos e séculos de vida melindrosa, no seu lugar preciso e à sua hora certa. E pare-

cemo-nos muito com aqueles viciosos a quem o médico diz: «¡Não fume, se quer melhorar!» — e que preferem sem hesitação o saboroso vício de sempre à prometida cura de amanhã.

LI

GUERRA E LUCRO

Fevereiro, 1918.

UM certo negociante foi há tempos em romaria à Senhora dos Remédios, perto de Lamego, e prometeu à Virgem uma esmola de um conto de réis, se ela interceder com êxito para que a guerra dure mais um ano.

Esta ingênua demonstração de piedade católica, complicada de espírito ganancioso e de indiferença pelos sofrimentos da humanidade, produziu grave indignação e espanto enorme noutros seres igualmente ingênuos, menos bons católicos talvez do que o impetrante, mas de certo mais amigos da paz que do lucro.

E, no em-tanto, nada há mais universal, mais eterno e mais vulgar do que êste caso. O que o faz avultar não é a sua essência naturalíssima, mas sòmente a franqueza, direitura e simplicidade da sua forma.

As Companhias inglêsas de navegação teem dado dividendos de 65 por cento, desde que a guerra submarina se agravou. E esta sordidez, esta ganância, esta avareza, estadeavam-se ao mesmo tempo que nas trincheiras sofriam fome, frio e morte os melhores filhos da Inglaterra. ; Mas quem eram os sórdidos, os gananciosos e os avaros? Naturalmente os directores e os accionistas das Companhias, isto é, os pais, as mães e os irmãos mais velhos dos pobres rapazes que morrem na batalha.

Diz-se que as crianças teem uma resistênciã formidável à dôr física; que depressa se calam depois de gravemente magoadas, porque o seu cérebro saltita e se distrai sem grande custo, e o primeiro boneco as consola, num momento, da última pisadura.

A guerra está provando cada vez mais, cruel e escusadamente, aquella verdade tão sabida e tão natural que define o homem como criança grande. E o dinheiro, o muito dinheiro, sobretudo, ; que vem a ser, a final de contas, para quem o apetece, senão um brinquedo, ou a larga possibilidade de outros brinquedos?

É difficil indignar-se a gente contra aquellas mulheres que, embora tenham filhos, nunca tiveram pérolas, e ; agora as possuem do tamanho de feijões, e pedem à Virgem que a guerra dure

até elas poderem comprar e pôr ao pescoço fieiras de melancias irisadas.

Verdadeiramente admirável é, porém, no meio de tudo isto, aquele rapazito de seis anos que veio ter com a mãe num chôro doido, ao ver a irmã rezar pela Paz:

— ¡A mana está a pedir a Deus que a guerra acabe, agora que o papá foi nomeado capitão!...

O brinquedo dêle era o pai, com as suas futuras glórias e promoções. E a ternura filial desta criança não me parece mais repugnante e mais inconsciente, do que o amor paternal dos accionistas a 65 por cento de dividendo, ou o misticismo do tratante de Lamego, que foi pedir mais um ano de guerra e de ganhuça à Senhora dos Remédios.

UM POETA DA GUERRA

Março, 1918.

HOJE cedo a palavra a um poeta da Guerra, o soldado português M. S., que há pouco veio de França mutilado, e cujo poema, a seguir transcrito, chegou às minhas mãos por indiscreção louvável da sua enfermeira.

Conservo fielmente a métrica e a ortografia do original, e chamo a atenção do Leitor para o encanto moral dêstes versos, onde o rude e obscuro poeta, tendo no espírito a permanente obsessão da morte próxima e fatal, encara com serenidade o seu destino, que é aquele que o dever lhe marcou.

Os versos compõem-se, naturalmente, de uma quadra-mote, cujas linhas são depois glosadas tôdas quatro, ao estilo do fado nacional:

*Nos abrigos das trincheiras
Vejo-me em guerra metido;
Sacrifiquei o meu coração
Às balas do inimigo.*

1.º

*com a minha arma na mão
desempenho o meu devêr
pronto a matar ou a morrer
aos golpes do alemão.
Ouço zuar o canhão
e as metralhadoras lijeiras,
com as valas nas cartucheiras
aqui espero a minha sorte:
estou sujeito á morte
nos abrigos das trincheiras.*

2.º

*nestas medonhas moradas
onde me vejo habitando
as balas ouço zuando,
matando alguns camaradas;
vejo caveiras mirradas
vejo mortos e feridos,
vejo abrir os jazigos
onde estão amigos nossos;
irão para lá os meus ossos;
em maldita guerra estou metido.*

3.º

*aqui vejo o triste fim
dos amigos e companheiros:
morrem alguns com os morteiros,
o mesmo assuçederá a mim;*

*em triste hora eu nasci,
digo do meu coração
escrevo esta recordação
ainda antes de morrer ;
para a europa defender
sujeitei meu coração.*

4.º

*em triste berço fui embalado,
adeus minha mãe querida!
vim perder a minha vida,
muitos annos serei lembrado ;
vejo canhões ao meu lado
repetindo fôgo vivo ;
nas horas em que fui nascido
fui á guerra condenádo,
para ser espedaçado
pelas bálãs do inimigo.*

LIII

CAPACHO

Março, 1918.

UMA antiga pecha da política externa de Portugal é a tendência dos nossos dirigentes para se fazerem pequeninos em face do estrangeiro.

Quando digo *dirigentes*, refiro-mo a muitos homens públicos da antiga Monarquia, e não só aos políticos republicanos que teem governado desde a Guerra, e levaram a subserviência a extremos verdadeiramente reptilianos. Mais ainda: quando digo *dirigentes*, refiro-me não só aos governantes oficiais, mas ainda a outras classes que não exercem poder jurídico no Estado, mas comandam em certo modo a Sociedade.

A nossa aristocracia, por exemplo, essa coisa inorgânica, impotente e inútil a que ainda chamamos a *nossa aristocracia*, está sempre pronta a receber de braços abertos, de portas abertas e de bôca aberta, o primeiro, o segundo e por aí adiante até o último imbecil que vem de fora,

com o cartão de visita enfeitado de qualquer título diplomático. E isto dói a quem é bom português, e a quem sabe que a primeira tarefa, e às vezes a mais árdua e a mais longa, dos diplomatas que servem noutras terras, é o fazerem-se receber e bem tratar pelas aristocracias que se prezam.

Quem não deve, não teme; e a um país pequeno, desde que paga as suas contas pontualmente, convém estar em pé, e não de cócoras perante os outros, exactamente porque é pequeno, e para não parecer rasteiro.

Imputam-se grandes erros e grandes crimes aos políticos vencidos e arredados pela última revolução de Lisboa. Para meu gosto (ou desgosto) o pior que êles fizeram foi o organizarem a participação do país na Guerra não como um sacrifício que se faz gravemente, mas como esmola que se implora de rastos. Ofereceram o sangue da nossa mocidade como certas mães indignas impingem as filhas para casar. Achincalharam o valor do esforço nacional, pondo-o aos pés dos Aliados, como se põe à porta da rua o caixote do lixo. E fizeram tudo isto para consolidarem as instituições, persuadidos, nas suas almas servis, de que as instituições de um povo livre se consolidam de fora para dentro, estirando-as ao longo da fronteira como um longo capacho.

LIV

A ESCOLA ALEMÃ

Março, 1918.

PARA vencer os Belgas tiveram os Alemães a ideia engenhosa de fazer marchar à frente das suas tropas invasoras os filhos e as espôsas dos Belgas; para derrotar os Inglêses afogaram no mar, às centenas, mulheres e crianças de tôdas as nações; ou fizeram cair do céu, que a natureza povoara de aves inocentes e a imaginação enchera de anjos loiros e benignos, a metralha cega, assoladora de cidades abertas, assassina das pobres criaturas sem maldade e sem culpa.

Estas práticas alemãs indignaram o mundo — e fizeram escola. Porque o mundo, como as outras crianças e como tantos educandos normais, não aproveita senão com lentidão as lições boas, mas recolhe e assimila instantâneamente as de maldade.

Á ordem de almirantes patriotas e bravos,

que nas suas proclamações invocam a Justiça, a Liberdade, a Humanidade, e fulminam com tropas as bárbaras tropas alemãs, Lisboa tem sido, nos últimos tempos e sem aviso prévio, assiduamente bombardeada pelos galhardos marinheiros portugueses. E agora já se diz que vamos ter dentro em pouco a folga geral dos caixeiros de loja; e que entre os «números» dêsse grande espectáculo de solidariedade nas reivindicações do direito à vida, avultará, como trunfo máximo, o encerramento escrupuloso e total das mercearias e das farmácias.

Para vencer os patrões, que se negam a repartir com êles um pouco do muito que teem ganho a mais com a Guerra, não hesitariam os caixeiros em matar assim, à míngua de alimento e remédio, a população inocente e até prestimosa, de cuja fome, doença e miséria, bem espremidas, foi pingando o excesso de lucro em que querem partilha.

Desta maneira se demonstraria mais uma vez que os Alemães são bárbaros terríveis, e excelentes pedagogos.

ATAQUE AO SECTOR PORTUGUÊS

Março, 1918.

OS Alemães acabam de expedir (2 de Março de 1918) um violento ataque contra o sector português nas linhas de Flandres; e gabam-se, no seu comunicado, de haverem aprisionado setenta homens, sendo treze oficiais. Pelo seu lado um correspondente francês na frente britânica, onde está incorporado o sector português, historia o caso nos seguintes termos, que a Agência Havas nos transmite:

« Para se compreender como, depois de um violento bombardeamento, o inimigo pôde penetrar no sistema das trincheiras portuguesas, é preciso que nos recordemos de que, no sector de Neuve-Chapelle, defendido pelos nossos Aliados, o terreno é paludoso e muito húmido, não se prestando à defesa. Todo o sistema de-

fensivo alemão, como o nosso, é exterior, isto é, dada a impossibilidade de cavar a terra, tôdas as obras de protecção estão à superfície e foram constituídas, com grande dificuldade, por milhares e milhares de sacos de terra. Calcule-se qual será a resistência de semelhante sistema contra um violento bombardeamento de destruição; e acrescente-se que, em frente dos Portugueses, possuem os Alemães uma posição de primeira ordem, na colina de Aubers, a leste de Neuve-Chapelle. É o único montículo que o inimigo conserva na frente britânica; mas, graças a êle, dominam os Alemães até muito longe as linhas portuguesas, o que, certamente, é de grande desvantagem para estas, em ataques como o de hoje. E no em-tanto, depois do primeiro êxito de surpresa, os Alemães foram eficazmente contra-atacados pelas reservas portuguesas, prontamente acorridas e sòlidamente apoiadas nas alas, por contingentes britânicos.»

Posteriormente a êste telegrama outro chegou, referindo que, seis dias depois do ataque alemão, não contentes de manterem as posições de onde haviam sido rechaçados um momento, os Portugueses tomaram por sua vez a iniciativa do assalto e galhardamente levaram o ataque às segundas linhas alemãs.

Não podia nem pode fazer mais um corpo

expedicionário tão pequeno, relativamente, como o nosso. O que pode extranhar-se é que tenha feito tanto, de mais a mais nas más condições da preparação que levava, e do péssimo terreno que encontrou.

Destinou-se aos Portugueses, como se está vendo, um dos pontos mais difíceis da linha de Flandres, e êles souberam corresponder dignamente a esta honrosa distinção — homenagem das grandes nações a um pequeno povo e prólogo, talvez, das vantagens práticas que o futuro reserva aos pequenos povos por parte das grandes nações.

A ILUSÃO DOS POBRES

Junho, 1918.

HÁ alguns anos um jornal inglês (não me lembro bem se o *Times*) organizou um *plebiscito* entre as suas leitoras, subordinado à seguinte pergunta:

— Qual é o melhor meio de trazer contentes os maridos?

As respostas foram aos milhares, e muitas delas longas, cheias de bom-senso, de filosofia prática e até de beleza literária. Porém, o prêmio grande alcançou-o uma pequena de dezasseis anos, que apresentara êste alvitre forte e lacónico:

— *Feed the beast!* Dai de comer à fera...

Aquela rapariga tão nova e tão esperta deve ser a estas horas uma espôsa modelo, pelo menos ao almôço e ao jantar. Mas o seu precoce cinismo não me permitiria responder por ela durante o resto do tempo...

Sem cinismo e sem o menor intuito de ofensa ao Povo Soberano, estou em crer que a receita conjugal da espevitada pequena inglêsa pode servir de divisa aos melhores estadistas de hoje em dia e merecia, muito especialmente, ser afixada em letras de bronze sôbre as portas de todos os Ministérios que ressonam, sonham ou deliram em volta da estátua do snr. D. José I.

Infelizmente não vejo seguido em Portugal, para assegurar a alimentação do povo e a sua consequente tranqüilidade, o caminho direito e liso. Vejo que se embaratece o dinheiro em lugar de se tornarem acessíveis as subsistências; e que à medida que estas rareiam e encarecem, o Govêrno fabrica mais papel-moeda e aumenta os ordenados ou faz aumentar os salários.

Ora, a abundância de víveres por preços razoáveis teria como perigo máximo uma indigestão colectiva — guerra intestina sem repercussões assustadoras na existência da República. Mas o hábito em que o povo se está pondo de ver os seus rendimentos aumentados na medida em que o papel-moeda se deprecia, produz um fenómeno gravíssimo de insaciabilidade progressiva, que pode levar-nos depressa à anarquia e à loucura social.

A fome de comida cura-se comendo: mas a fome de dinheiro é incurável e ilimitada. Aquela

nasce e morre nos acanhados limites do estômago, pequeno saco onde mal cabe um litro de água com um quilo de pão. Esta vive e eterniza-se no cérebro, reservatório infinito da estupidez humana...

Se os homens experientes e manhosos que chegam a milionários não teem nesta vida outro afan e outro fito, senão os de obter mais milhões, ¿o que há-de esperar-se da mentalidade pueril da multidão, habituada a reclamar e a obter sempre mais dinheiro? E ¿para onde marcha a sociedade em que os pobres se estão enlouquecendo, na ânsia e na ilusão de enriquecer?...

INSUBSISTÊNCIAS

Julho, 1918.

A NOMEAÇÃO de um alto conselho de grandes negociantes, presidido por um financeiro e economista provado, mostra aquilo que aliás já se sabia, isto é: que a Política está sendo cada vez mais...
Economia Política.

Não me refiro, evidentemente, à política de matar gente, porque essa há-de ter sempre por base a Tática e a Estratégia, e é afinal por falta destas duas musas da Guerra que a Guerra actual tem durado tanto tempo.

A política a que eu me referia acima é, não a de matar gente, mas a de não deixar morrer a gente à fome. É de esperar que o problema da alimentação pública se aproxime um pouco da sua solução razoável, agora que a República o entregou a meia dúzia de cabeças de homens práticos, depois de ter verificado a insubsistência

dos esforços de um aliás inteligente e bem intencionado ministro das Subsistências que era um herói e um político.

Os políticos teem quási sempre, por hábeis e sinceros que sejam, de dar de comer, antes de mais ninguém, aos seus próprios partidários. E às vezes não fica nem migalha para o resto da humanidade.

Isto tem-se visto, e é perfeitamente compatível com a mais completa honestidade civil. Para dar de comer aos partidários é preciso collocá-los e nomeá-los, coisa fácil. Dificil é dar-lhes competência para exercerem os cargos que os alimentam. E quando do bom exercício dêsses cargos depende a alimentação de um país inteiro, não se pode prever a que píncaros ou a que abismos de dieta nacional nos levará a incompetência dos « nossos amigos ».

Agora vamos ter um conselho técnico, um claustro-pleno de competentes, um areópago de práticos. Pois que Deus lhes ponha a virtude, começando por não lhes tirar a que já teem, que é muita, e dando-lhes um condão novo, muito importante: o de fazerem ouvir aos políticos o seu douto conselho. Diz um provérbio, a respeito de conselhos, que é muito mais fácil dá-los, do que seguí-los. Não fala o provérbio dos conselhos dados a políticos, talvez por ser evidente que

êstes, profissionalmente surdos, seguem logo... o conselho contrário.

— Vamos a ver (diz o cego) se agora se morrerá de fome, mais depressa.

*

* * *

Há uns quatro ou cinco dias não tínhamos batatas em casa, e não nos foi possível lobrigá-las em qualquer das mercearias do bairro, nem mesmo mediante a oferta principesca de seis vinténs, por quilo das da colheita velha.

Nesse mesmo dia, descobriu a nossa cozinheira, na canastra da varina que costuma vender-nos o seu peixe, um quilo de batata nova, assetinada, sã e amarelinha, que fazia gôsto. Felicitou sinceramente a peixeira pela posse daquela feculenta fortuna, e, por sua conta e risco, começou a negociar á cedência de meio quilo do alimento precioso e raro. Mas a freguesa a nada se moveu:

— Custou-me muito a arranjá-la, dizia e repetia a mulherzinha. Perdi mais de meia hora no apertão da Praça da Figueira para conseguir trazê-la, e, já agora, não estou para ficar sem ela. Foi cara, bem sei; mas mais vale um gôsto na vida do que nove vinténs na algibeira...

Queria ela dizer, na sua, que o quilozinho das batatas lhe custara nove vinténs, preço a que nunca aspirou, desde que o mundo é uma batata, o mais ambicioso e presunçoso *solanum tuberosum* de Lineu, ou lá quem é. E que, se nós, burgueses nédios e infames, imaginávamos tentá-la na sua pobreza proletária, oferecendo-lhe pela cedência o mesmo ruinoso preço que ela dera, ou mais ainda, profundamente nos enganávamos em nossa prosápia e sibaritismo. Que varina, também ser gente. . .

Já outro dia afirmava um patusco que os ovos, agora, só se encontram nos cofres dos bancos, ao câmbio do dia; e outro, a quem o homem das ostras pedia quási um conto de réis por uma dúzia, explicou-lhe que não queria *dessas*, mas sim das que não teem pérolas dentro. E no em-tanto, com a vida assim pela hora da morte, o pobre povo trata-se milionariamente, atirando-se às primícias por todo o preço e atingindo sem custo tôdas as custosas petisqueiras de Cocagne.

Já se diz por aí que à classe dos *novos ricos* pertencem, por direito de *grève* e de conquista, os antigos miseráveis; e que outra classe se está formando, à dos *novos pobres*, que são pura e simplesmente os antigos remediados, incompetentes para negociarem com a economia

política de jôgo ou de batota, suscitada pelos imprevistos fenómenos da Guerra.

A humanidade compõe-se neste momento de soldados que morrem a tiro; de operários ou milionários que morrem de indigestão; e de um terceiro grupo, neutro, indeciso e expectante, cuja única missão prática é ir morrendo de fome. Não se vê mais onde escolher...

*

* *

Sente-se há muitos dias em Lisboa, e creio que por todo o país, grande carestia de açúcar. E ao mesmo tempo sabe-se, ou diz-se (o que neste caso dá o mesmo resultado) que existem acumuladas em armazéns oficiais grandes quantidades daquele género de primeira necessidade. Desde que se sabe, ou se diz isto, logo se denuncia ou *se inventa* (e tanto faz, para o caso, uma coisa como outra) que no fundo desta situação disparatada se alapardam, para formar pulo, vários projectos de negociatas gordas, mas ágeis.

A difícil situação económica que atravessamos, e dia a dia se agrava materialmente, pela persistência calamitosa do estado de guerra, agrava-se também moral e politicamente, pela

indisciplina dos governados e pela incompetência dos governantes.

E dizemos isto sem nenhum espírito de opposição, e nem mesmo de crítica, como quem serenamente reconhece que não há governantes susceptíveis de competência para governados insusceptíveis de disciplina.

Outros países teem-se equilibrado melhor ou pior, em face de análogas ou maiores difficuldades, graças ao bom-senso do Estado, pôsto em feliz acôrdo com o civismo da Nação. Entre nós tudo falha, tudo se desmoraliza e desacredita, e assim iremos andando até pararmos perto, num caos de fome, da desconfiança recíproca e de irritação insensata.

Oiço dizer que o Govêrno mandou fazer distribuição de açúcar, por pequenas parcelas, em vários pontos da Capital; e que dêste modo conseguiu apenas dar occupação fácil e rendosa a milhares de vadios que teem tempo para esperar vez à porta dos postos de distribuição, e esperteza para depois vender, pelo dôbro ou o triplo do que pagaram, o açúcar de que precisam as pessoas que teem mais que fazer.

Oiço dizer que, para beneficiar uns negociantes contra outros, certas estações sonegam ao mercado livre grandes porções daquele género; que o açúcar está assambarcado pelos

consumidores ricos, premunidos para anos de consumo, emquanto os pobres jejuam; e, por último, que a culpa é dos pobres, ou pseudo-pobres, habilitados agora a gastarem por guloseima, graças ao aumento dos salários, muito mais açúcar do que lhes seria útil ou necessário. E fica-me assim a impressão de que estamos vivendo numa casa de Orates — não aquela onde, por não haver pão, todos ralham sem razão, mas noutra ainda pior, cujos moradores são uma espécie de Tântalos, que possuem açúcar, mas não o podem gozar, e irritados se atiram uns aos outros para a Rua da Amargura.

*

* *

Hoje, em Lisboa, as famílias que gastavam, no bom tempo do trigo, três a quatro quilos de pão, resumem o seu consumo diário a pouco mais de quinhentas gramas desta invencível broa de guerra. E já se diz que os moços de padeiro estão desgraçados, porque, não vendendo, não ganham para viver. A todo o momento se espera que façam *parede*, aproveitando o excelente material de construção que teem nos cestos.

Mas Lisboa não é só a terra das alcunhas:

é também, e mais ainda, a terra dos boatos. A respeito da crise do pão, e das responsabilidades que nela tem o Govêrno, correm as ruas e os jornais notícias estupendas. Diz-se e imprime-se, por exemplo, que há tempos ancoraram no Tejo três vapores carregados de trigo e tiveram de se ir embora com os carregamentos intactos, escoraçados pelos empecilhos oficiais de tôda a ordem, que se levantaram contra a venda e descarga. E agora rumoreja-se que se vai também embora por iguais motivos um navio grego, de cinco mil toneladas, entrado há poucos dias e cheiinho de trigo até as bordas. Não sendo possível acreditar que o nosso govêrno governe tão mal, devemos supor que estes boatos são uma forma nova, estomacal e por em-quanto pessimista, do ingénito sebastianismo lusitano. Mas os jornais adversos ao regime vigente exploram o caso do Trigo Errante, na esperança de erguer o povo em fúria contra a República.

Enganam-se redondamente, porque o povo sente-se compensado do incómodo de ter mau pão, com a delícia de saber que os ricos não o teem melhor. O nosso povo é idealista, e troca de bom grado o pão pela Igualdade.

LVIII

ABSOLUTISMO E GUERRA

Agosto, 1918.

A PARECEU nova edição desenvolvida do *Portugal Económico*, do eminente publicista snr. Anselmo de Andrade. É um livro que, na justíssima opinião de um jornal democrático de Lisboa, partidário entusiástico da intervenção portuguesa na Guerra, deve ser lido *por todos os que se interessam pelo nosso destino, e meditado por todos aqueles que teem funções dirigentes.*

Ora, a respeito da intervenção portuguesa na Guerra, diz assim o snr. Anselmo de Andrade:

« Todos sabem já que estamos na grande conflagração europeia mais por vontade que por fatalidade, e não se deve supor que nela nos tenham envolvido, sem primeiramente se terem acautelado tôdas as eventualidades futuras. Não sabemos com que se conta. É segrêdo de Estado.

Não se pode, porém, duvidar que o govêrno se teria habilitado, dentro da capacidade tributária da nação, com todos os meios de satisfazer os compromissos tomados. Se assim não fôsse, a nossa participação na Guerra teria sido apenas um capricho de megalómano, ou uma aventura de loucos, como tantas vezes se tem dito. O govêrno que assim procedesse, podendo-se ter metido simplesmente e honradamente dentro dos tratados, não teria praticado um êrro: teria cometido um crime. Nos desígnios ocultos do govêrno, que nos pôs em guerra, está, certamente, a razão, ou pelo menos a desculpa do formidável sacrifício. Não lhe daremos, por isso, aquele nome, que escaldaria os lábios de quem o proferisse. Chamemos-lhe antes *o mistério da guerra*. Não se sabe o que ela nos tem custado, e não se sabe também que utilidades ou que desgraças virão corresponder ao enorme passivo que ela faz pesar sôbre a nação ignorante do seu destino. Um dia se desvendará o mistério, e oxalá que êsse dia não seja, em vez da madrugada redentora que nos prometeram, a tarde de uma época de expiações.»

Estou pronto a concordar que o livro do snr. Anselmo de Andrade é uma obra de patriotismo, e deve ser lido e meditado por todos aqueles

que se interessam pelo nosso destino. Mas devo dizer, como amante que sou, e praticante que sempre quis ser, da clareza bem clara, que um livro chamado *Portugal Económico* se entenderia e meditaria muito melhor, se falasse da nossa participação na Guerra com cifras, contas e factos, em vez de adoptar o tom vago e apocalíptico das *Profecias do Bandarra*... sem D. Sebastião.

Não pôde o snr. Anselmo de Andrade escrever êsse livro, porque é um cidadão português, e os cidadãos portugueses, tratados como pretos ou como gado pelos seus governantes, estão na Guerra porque estes os meteram nela, mas não sabem como, por quê, por quanto, nem para quê.

*

* *

Vejamos, em confronto, como era nítido êste comunicado britânico:

«A artilharia portuguesa portou-se valentemente. Grupos de serventes de várias peças ficaram quási aniquilados; mas os sobreviventes trouxeram para a retaguarda as culatras, de forma que poucas foram as peças que com

alguma utilidade ficaram em poder do inimigo. Alguns artelheiros portugueses estavam adidos às baterias pesadas britânicas, e, segundo os oficiais britânicos, nada mais belo do que ver a maneira como os Portugueses resistiram. Um destacamento de infantaria portuguesa manteve-se no seu pòsto em-quanto teve munições. O comandante recusou retirar-se, e os Portugueses resistiram até o momento em que a infantaria alemã carregou à baioneta. Infelizmente, poucos dêstes homens sobreviveram ao seu heroísmo. »

Isto entende-se perfeitamente, mas não foi o govêrno português quem no-lo disse: foi o comunicado britânico. E foi pelo Rei de Inglaterra que nós ficamos sabendo, um dia dêstes, que tinhamos ainda, já depois do desastre de março, uma divisão na frente de batalha.

Os reis estrangeiros ainda nos dizem de vez em quando qualquer coisa sôbre a nossa intervenção na Guerra. Os reis portugueses mandam marchar e morrer, mas não dizem porquê nem para quê. Assim fazia Sua Majestade Afonso Costa, assim vai fazendo também El-Rei Sidónio, que aliás prometera virar do avêssô a obra do seu antecessor.

Os Portugueses, coitados, sabem morrer. Mas

não são dignos, ao que parece, de saberem porque é que morrem.

Desde o *Príncipe Perfeito* até fins de agosto de 1918 temos tido em Portugal vários príncipes perfeitíssimos. E eis aqui a razão por que ainda não conseguimos sair da monarquia absoluta.

PELOS PRISIONEIRO

Setembro, 1918.

QUAL é e tem sido sempre desde o principio da Guerra, o duplo e natural empenho dos Aliados para dominar a Alemanha?

¿E qual é a consequência fatal desta dupla tática, para a existência dos prisioneiros aliados? Não pode deixar de ser que os Alemães farão trabalhar os prisioneiros o mais possível, alimentando-os o pior possível. Fôsem os Alemães umas pombas, e os prisioneiros passariam fome, visto que os próprios Alemães a passam. Mas, como tôda a gente diz e sabe que os Alemães não são umas pombas, mas umas feras, é bom que tôda a gente aqui saiba tirar, bem do fundo da sua consciência, as conclusões lógicas do que diz e do que sabe.

Uma das coisas que tôda a gente sabe é que os prisioneiros não se podem queixar, porque a

censura alemã não dá licença. Todos êles escrevem para cá *que estão bem*, nem poderiam escrever senão isto. Apenas um ou outro, mais esperto, se lembrou de combinar com os amigos ou a família, antes da partida para a Guerra, uma frase de convenção para significar: *tenho fome!* De um sei eu que convencionou para êste efeito a frase *muitos recados ao Fonseca*; e que, coitado, de cada vez que escreve, quasi não faz outra coisa senão mandar recados ao Fonseca...

Um official português escreve da Alemanha para Bragança:

«Nada me falta aqui, e a única coisa que envejo ao capitalista Roque, da minha terra, é a liberdade que tem para procurar o que lhe apetece.» Ora o «capitalista» Roque é um miserável mendigo; e a frase do official prisioneiro significa assim que êle tem fome; e que a sua situação é pior que a do mendigo, porque êste tem a seu favor a preciosa liberdade de pedir esmola!

Disse-me há tempos o ministro de Portugal em Berne, dr. Bartolomeu Ferreira, que os prisioneiros britânicos recebem de fora da Alemanha cêrca de trinta paçotes de víveres por mês, o que significa que são *quasi totalmente alimentados* pelas instituições de socôrro, públicas ou

particulares, da sua pátria. O pão que os Alemães lhes dão *queimam-no êles para se aquecerem*. E é com êste *pão-carvão* que os pobres prisioneiros portuguezes se estarão sustentando, em-quanto lhes não acudirmos eficazmente, por caridade com êles ou, ao menos, por dignidade nossa.

LX

INCORRIGÍVEIS

Setembro, 1918.

DIZ-SE que as expedições de tropas portuguesas para a França e para a África tem sido organizadas com um grande luxo de desorganização. Acusa-se o govêrno democrático de ter causado, pela sua imprevidência ou atabalhoamento, e pelo seu prurido de expedir muita gente lá para fora sem se importar com a preparação material das expedições — verdadeiras hecatombes de soldados portugueses. Afirma-se que se poupou grande trabalho ao inimigo, mandando a pobre rapaziada para a Flandres mal defendida contra os frios do Norte e empacotando-a para Moçambique sem a menor defesa contra as febres africanas. E tudo isto deve ser verdade, porque está nas nossas tradições de povo sempre guerreiro, mas sempre trapalhão; e porque outros quaisquer governantes doutro qualquer país nas

condições do nosso não teriam feito muito melhor, se com efeito era preciso improvisar em poucos meses um exército de cem mil homens, ou mais.

Na minha qualidade de cidadão português, continuo a ignorar, como todos os outros partícipes desta nossa república ultra-democrática, quais os motivos de alta política nacional e internacional que levaram Portugal a intervir directamente e militarmente na guerra europeia.

Se essa intervenção era inevitável, ou necessária, ou sequer, ao menos, útil, não é fácil sabê-lo, visto que ninguém no-lo explica. Mas é facilimo compreender que em poucos meses não poderíamos prepará-la com definitiva perfeição; e ainda mais fácil provar, com a nossa História nas mãos, que há três para quatro séculos íamos para as campanhas da Índia, exactamente com a mesma falta de previdência, de preparação e de cautela, com que agora marchámos ao assalto da África Oriental Alemã:

«Depois de ancoradas em a barra de Gôa as naus, aqueles soldados que escapam da corrupção de gengivas, febres pestilentas, fluxos de ventre, e outra grande cópia de enfermidades que muitas vezes consomem na viagem a maior parte, causadas assim da malícia e da diversi-

dade dos ares e elimas por onde passam, como da pestífera corrupção que nos corpos se gera com água infeccionada, mantimentos podres e de péssima qualidade, que os infernais ministros do provimento em Lisboa metem nelas; e também da fome com que depois veem a perecer os miseráveis, se na viagem põem mais de cinco meses, como de ordinário acontece: desembarcam em terra os que veem em disposição para o poderem fazer, e os enfermos levam-nos ao hospital...»

A parte o estilo, isto parece tirado a um artigo de fundo da opposição em 1918; mas foi escrito por Francisco Rodrigues da Silveira, soldado que partiu para a Índia na armada de Fernão de Mendonça, a 10 de Abril de 1585...

GUERRA E BATOTA

Setembro, 1918.

TÓDA a gente, em Lisboa, joga hoje na Bôlsa, incluindo as pessoas mais bem comportadas, e com uma desfaçatez, que há dois ou três anos poria os cabelos em pé ao mais audacioso e mais careca dos corretores de fundos.

Pela crescente desvalorização do dinheiro, pelas condições económicas novas que a Guerra abruptamente fêz surgir, pela abundância de capitais que mal sabem como se juntaram e ainda menos onde se hão-de empregar, os títulos públicos e particulares de tôdas as espécies estão atingindo cotações que poderiam chamar-se vertiginosas, se a sua mesma inverosímil altitude não fôsse prova do nenhum mêdo que hoje tem o capitalista de estatelar-se de repente nas profundas.

Ser essencialmente timorato e pessimista

noutros tempos, o Capital está de todo transformado num doidivanas ou num pândego. Não há loucura que êle não faça, jogatina em que não entre, cambalhota a que se não arrisque. E esta sua mudança de temperamento é um caso digno de meditação e de estudo, menos talvez da competência dos financeiros, do que da alçada dos psicólogos.

Pode supor-se agora que a desaparecida timidez do Capital era um produto artificioso do excesso de cautelas e seguranças, inventadas para o ampararem; e que a sua verdadeira natureza veio à tona, mal se emancipou das bóias a que a rotina o amarrara, para o não deixar ir ao fundo, obrigando-o, porém, a vogar entre as duas águas indecisas do *talvez sim* e *talvez não*, do *ser* ou *não ser*... bom negócio.

Dantes empregavam-se as sobras do rendimento em boas casas e boas terras; mas hoje a terra, a cal e a pedra, haveres excessivamente visíveis, arriscam-se a ter de pagar, finda a Guerra, a maior parte das despesas loucas a que ela arrastou os Governos. Dantes metiam-se dinheiros nas indústrias; mas hoje as indústrias, perturbadas pelas exigências operárias, perderam o seu velho ritmo de capitalização tranqüila e regular. Dantes atribuía-se o seu a cada um;

hoje a propriedade receia tudo e não conta com coisa alguma. Dantes adormecíamos fiados na segurança das portas, das chaves, das gavetas e dos cofres; hoje acordamos preparados para ver a casa invadida pelas fúrias libertas da Comuna e do Saque. Dantes entesourava-se previdentemente para deixar aos filhos; mas hoje os filhos morrem novos na Guerra...

O verdadeiro capital é a Vida; e quando a Vida foi reduzida a um jôgo, o capital está dentro da lógica, passando a vida na batota.

FIM.

ÍNDICE

Primeira Parte: Os nossos fiéis Aliados

	Pág.
I—Espião inglês	7
II—Cavalheirismo naval	10
III—O Inglês antipático	15
IV—A Irlanda	25
V—Profecias de poetas	34
VI—Guerra e Democracia	41
VII—Voluntariado e obrigação	51
VIII— <i>Les embusqués</i>	54
IX—O pessimismo inglês	57
X—Voltas que o mundo deu	60
XI—Balanço de um ano	63
XII—Indignidade	66
XIII—Devagar, para chegar	69
XIV—O relógio de Fryatt	72
XV—Imperialismo anti-imperialista	75
XVI—Crepúsculo da pontualidade inglesa	78
XVII—O novo ministério da Conversa	81
XVIII—Conselheiros	84
XIX—Três povos, três almas	87
XX—Respeito do indivíduo	90
XXI—A espionagem	93
XXII—Historieta de guerra	96

148

Segunda Parte: Portugal em campanha

	Pag.
I — A nova deusa	101
II — Muitos parabéns	104
III — Os coronéis pacatos	107
IV — Língua comprida e vista curta	110
V — O pessimista	113
VI — Neutralidade e beligerâncias	116
VII — Vôvô <i>Times</i>	119
VIII — Portugal e a Guerra	123
IX — A nota e a fífia	126
X — Lusitânia	129
XI — ¿Navios ou repartições?	132
XII — Virtudes latinas	135
XIII — Portugal e Inglaterra	138
XIV — À mercê de Deus	144
XV — Pergunta de algibeira	149
XVI — Dilema	152
XVII — Fala o Chanceler	155
XVIII — Navios que navegam	159
XIX — Quionga	162
XX — Impureza de sangue	165
XXI — «¡Odeia o inimigo!»	168
XXII — Desunião ibérica	171
XXIII — Antes assim que pior	174
XXIV — O nosso retrato	177
XXV — ¡Engole os traidores!	180
XXVI — Operários para França	183
XXVII — <i>Qui non manducat</i>	186
XXVIII — Portugal barateiro	188
XXIX — Crepúsculo e aurora dos deuses	191
XXX — O prestígio do exército	194
XXXI — O depoimento do <i>Times</i>	197

	Pág.
XXXII — Para a História	200
XXXIII — Não pode ser	205
XXXIV — Fantasmas e Bandarras	208
XXXV — O novo fardamento	213
XXXVI — A partida para a Guerra	215
XXXVII — ¡Vamos bem, obrigado!	218
XXXVIII — Portugueses lá fora	221
XXXIX — Franqueza à inglesa	224
XL — Olivença e o resto	227
XLI — Reclama-se contra o reclamo	230
XLII — Pão nosso	233
XLIII — ¿E nós?	236
XLIV — Guerra e política	239
XLV — O jogo da política externa	242
XLVI — Filosofia às escuras	244
XLVII — O instinto do saque	246
XLVIII — Um presentinho	250
XLIX — O mal e o remédio	253
L — A grande crise	256
LI — Guerra e lucro	259
LII — Um poeta da Guerra	262
LIII — Capacho	265
LIV — A escola alemã	267
LV — Ataque ao sector português	269
LVI — A ilusão dos pobres	272
LVII — Insubsistências	275
LVIII — Absolutismo e Guerra	283
LIX — Pelos prisioneiros	288
LX — Incorrigíveis	291
LXI — Guerra e batota	294

Livro de tombo n.º 307
Oferta do Instituto de Cultura
Portuguesa, em 05/81

